



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 041 - TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 20^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 8/2006-CN (GAPRE-2006/0323, na origem), de 17 do corrente, do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referente ao exercício de 2005.

08723

Nº 127/2006, de 17 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 285, de 2006.....

08723

Nº 128/2006, de 17 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América.

08723

Nº 174/2006, de 17 do corrente, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 1999 (nº 4.217/2001, naquela Casa), que dispõe sobre a gratuidade na inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, tendo sido enviado à sanção naquela data.....

08723

Nº 791/2006, de 20 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que foi declarada a perda de mandato parlamentar, no dia 15 do corrente, do Sr. Pedro Corrêa, conforme a Resolução nº 38, de 2006, em anexo.....

08724

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes.

08724

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 103, de 2006 (nº 169/2006, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autori-

zada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO.

08726

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 290, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à **Rádio Amazonas-FM**, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses veículos de comunicação de Manaus.

08726

Nº 291, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento nacional de seu livro **A Arte da Política – A História que Vivi**.

08726

Nº 292, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM.

08727

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 26/2006, de 16 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaleó Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante aquela Comissão.

08727

Nº 27/2006, de 16 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera o artigo 12 da Lei nº

9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante aquela Comissão.	08727
1.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADOR NEY SUASSUNA – Pedido de mais verbas no Orçamento, destinadas à educação básica.	08728
SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI, como Líder – Congratulações ao Prefeito Hilário Junges, do município de Tupandi – RS, vencedor do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Loureiro da Silva 2005.	08730
SENADOR ALVARO DIAS – Corrupção no governo Lula. Críticas à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Notícia de que a Oposição encaminhará requerimento à CPMI dos Bingos, para que solicite à Polícia Federal investigação das atividades praticadas pela “República de Ribeirão Preto”.	08731
SENADORA SERYS SHHESSARENKO – Defesa do governo Lula salientando seus programas sociais. Aprovação do Orçamento deste ano. Apelo para que o Fundeb, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja aprovado.	08731
SENADOR MÃO SANTA – Transcurso, ontem, do Dia de São José: importante data para a democracia brasileira. Críticas às medidas adotadas pelo Judiciário que visaram impedir a realização de prévias pelo PMDB.	08733
SENADOR PAPALÉO PAES – Preocupação com a situação dos agentes de controle de endemias – os “mata-mosquitos”.	08734
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Apelo pela aprovação do Fundeb, indicando, porém, qual será sua fonte de recursos.	08736
SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Comentários sobre matéria divulgada pelo programa Fantástico de ontem, na Rede Globo de Televisão, que abordou a situação de crianças envolvidas com o tráfico.	08739
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a matéria de autoria do Deputado Paulo Delgado, publicada no jornal Correio Brasiliense , edição de hoje, sobre a relação entre o Citibank e os fundos de pensão.	08739
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Inserção nos Anais do Senado da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista Veja desta semana.	08751
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Corrupção no governo Lula. Críticas à atuação do	

Senador Tião Viana que culminou com determinação judicial que impediu o depoimento do caseiro Francenildo.	08759
SENADOR TIÃO VIANA – Manifestação de divergência às palavras pronunciadas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.	08760
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Resposta ao Senador Tião Viana.	08761
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Críticas ao governo Lula pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	08761
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentário sobre a liminar concedida pelo STF, que suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo. Análises qualitativas das pesquisas de intenção de voto.	08765
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Negativa de ter qualquer relacionamento ou de ser o protetor do caseiro Francenildo.	08768
1.2.7 – Leitura de requerimento	
Nº 293, de 2006, de autoria Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Usam da palavra para encaminhar a matéria os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho, César Borges, Heráclito Fortes e Paulo Octávio, havendo a Presidência, em nome da Mesa, se associado às homenagens prestadas.	08770
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Análise da situação do Banco Popular do Brasil.	08771
SENADOR TIÃO VIANA – Informação ao Plenário de que irá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário e documentos do Sr. Francenildo dos Santos Costa.	08773
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o pleito a ser apresentado pelo Senador Tião Viana.	08774
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Repúdio à proposta de quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo.	08775
SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre o requerimento do Senador Tião Viana para a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	08776
SENADOR ALVARO DIAS – Necessidade de se responsabilizar quem quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo.	08777
1.2.9 – Leitura de requerimentos	
Nº 294, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona....	08777

Nº 295, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sobre o Sr. Francenildo dos Santos Costa.....	08779
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Repúdio à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	08780
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Representação no Ministério Público para investigar responsabilidade sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.....	08780
1.2.11 – Leitura de requerimento	
Nº 296, de 2006, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sobre o Sr. Paulo Tarcísio Okamoto.....	08780
1.2.12 – Discurso do Expediente (continuação)	
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Encaminhamento de requerimento solicitando a quebra do sigilo bancário do Sr. Fábio Luis Lula da Silva.....	08781
1.2.13 – Leitura de requerimento	
Nº 297, de 2006, de autoria dos Senadores Antero Paes de Barros e Mão Santa, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações e documentos sobre o Sr. Fábio Luis Lula da Silva.....	08782
1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADORA IDELI SALVATTI – Repúdio pela apresentação de requerimentos solicitando quebra de sigilo bancário, lidos anteriormente.....	08782
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Discordância dos argumentos expostos pela Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.	08783
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da quebra do sigilo do Sr. Paulo Okamoto e da legitimidade da apresentação dos requerimentos lidos anteriormente, tratando de quebra de sigilo bancário dos Srs. Paulo Tarcísio Okamoto e Fábio Luis Lula da Silva.....	08783
SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	08784
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Manifesto do Centro Acadêmico XI de Agosto pedindo ética e mais respeito do governo brasileiro ao seu povo.	08786
SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre as denúncias contra o Ministro Antonio Palocci.	08787
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Crença nas instituições e no aparecimento da verdade em relação às denúncias veiculadas contra o	

governo. Reconhecimento das políticas públicas executadas pelo governo federal em benefício do social.....

08789

1.2.15 – Ofício

Nº S/5, de 2006 (nº 12/2006, na origem), de 15 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Ministra Ellen Gracie Northfleet foi indicada para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

08795

1.2.16 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “*Entre o investimento e a mágica*”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 16 do corrente. Aplausos à criação de uma nova linha internacional da TAM, ligando Manaus a Miami. Destaque para a urgência necessária da presença efetiva da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Solidariedade às populações de Humaitá e Manicoré, no Amazonas, vivendo em alerta pela enchente do Rio Madeira.....

08798

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “*Quem sustenta Palocci*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 16 do corrente.....

08800

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Tema contrapõe PT à equipe econômica*”, publicada no jornal **Valor Econômico**, edição de 14 do corrente.

08801

SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “*PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 do corrente.

08802

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “*PT prega intervenção no Banco Central*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 do corrente.

08803

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*União deu R\$79 mil a invasoras da Aracruz*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 14 do corrente.

08804

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Delegado diz que entregará provas cabais contra Palocci*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 7 do corrente.

08805

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “*Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 12 do corrente.

08806

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 21, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

08807

1.3 – ENCERRAMENTO

**2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

Comunicando que a 2^ª Reunião do Conselho está convocada, pelo Vice-Presidente daquele Conselho, no exercício da Presidência, para o dia 21 de março, terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir envolvidos na Denúncia nº 5, de 2005. 08809

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÕES DO SENADO FEDERAL

– 52^a LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.**

Ata da 20^a Sessão Não Deliberativa, em 20 de março de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência do Sr. Papaléo Paes, da Sra. Serys Shhessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias,
Mão Santa e Romeu Tuma*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 8, de 2006–CN(GRAPE-2006/0323, na origem), do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, encaminhando ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referente ao exercício de 2005, de acordo com o art. 20, §4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 127

Brasília, 17 de março de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados Titulares do PMDB, que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 285/2006, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Eunício Oliveira
Moraes Souza

Suplentes

Albérico Filho
Carlos Eduardo Cadoca

Por oportuno, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Waldemir Moka**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 128

Brasília, 17 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marinha Raupp passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com e emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos da América”, em substituição ao Deputado Marcelino Fraga.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Waldemir Moka**, – Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 174/06/PS-GSE

Brasília, 17 de março de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.217, de 2001, do Senado Federal (PLS nº 601/99), o qual “Dispõe sobre a gratuidade na inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 1999, e encaminhado à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N^o SGM/P N^o 791/06

Brasília, 20 de março de 2008

Assunto: Comunica a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 15 de março do corrente, do Senhor Pedro Corrêa (PP/PE), nos termos do art. n^o 55, inciso II e 1^º da Constituição Federal; dos arts. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4^º, inciso II do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, conforme a Resolução n^o 38, de 2006, publicada no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados n^o 44, de 16 de março de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados

RESOLUÇÃO N^o 38, DE 2006

Declara a perda do mandato do Senhor Deputado Pedro Corrêa por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º É declarada a perda de mandato do Senhor Deputado Pedro Corrêa por conduta incompatível com o decoro parlamentar, com fundamento no inciso II e no § 1º do art. 55 da Constituição Federal; no inciso II do art. 240 e no art. 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no inciso II do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara dos Deputados, 15 de março de 2006.



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 66, DE 2006

Altera a Lei n^o 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º e os **caput** dos arts. 14 e 23 da Lei n^o 7.102, de 20 de junho de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, bem como as cooperativas constituídas de vigilantes, além das hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e a órgãos e empresas públicas.

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e, no que couber, pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas e as cooperativas definidas no parágrafo anterior.

.....

§ 5º As cooperativas constituídas para fins do disposto no § 2º ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.(NR)”

“Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas e as cooperativas de vigilantes operem nos Estados e no Distrito Federal:

“Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas e as cooperativas de vigilantes operem nos Estados e no Distrito Federal:

..... (NR)”

“Art. 23. As empresas especializadas, as cooperativas de vigilantes e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O setor de segurança privada tem desempenhado importante papel na criação de novos postos de trabalho, empregando hoje cerca de 365 mil vigilantes.

Infelizmente, esse segmento de trabalhadores está aguardando quase um milhão de novas vagas, que não são efetivadas, em consequência do alto custo da intermediação empresarial imposta pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

O objetivo da proposta é a de incluir no referido diploma legal a participação de sociedades cooperativas e, especificamente, as cooperativas de trabalho constituídas por vigilantes, na prestação de serviços de segurança.

Vale lembrar que a Constituição Federal, no § 2º do art. 174, estabelece que a lei deverá apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo e preceitua, como um dos seus princípios fundamentais, a liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei determinar (art. 5º, XIII, CF).

Assim, não pode a lei perpetrar restrições que impeçam a participação das cooperativas no setor de segurança privada, eis que, além de desrespeitar os princípios constitucionais, representa um retrocesso ao crescimento já alcançado por elas. Seu papel e atuação positivos na economia brasileira atestam que elas devem ser vistas como uma solução e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e social do País.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Texto de Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas (Conferência Internacional do Trabalho, 90ª reunião, Genebra, 2002), é enfática ao afirmar que as cooperativas devem beneficiar-se de condições, de acordo com a legislação e práticas nacionais, que não sejam menos favoráveis do que as que se concedam a outras formas de empresa e de organização social. Os governos deveriam adotar, quando adequado, medidas apropriadas de apoio às atividades das cooperativas que respondam a determinados objetivos de política social e pública, como a promoção de emprego ou desenvolvimento de atividades em benefícios de grupos ou regiões menos favorecidos.

Ressalte-se que as ações solidárias e a cultura do cooperativismo foram capazes de reerguer a economia de muitos países arrasados por guerras e conflitos internacionais.

Sob o aspecto econômico, cabe destacar que os cooperados têm a probabilidade de perceber 30% a mais do que ganhariam como empregados. Por outro lado, os preços cobrados pelos serviços prestados pelas cooperativas seriam da ordem de 20% a 40%

inferiores aos praticados pelas empresas especializadas em segurança, representando, desse modo, uma significativa economia nos gastos das empresas contratantes.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I – proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II – realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 14 – São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I – autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II – comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 23 – As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I – advertência;

II – multa de quinhentas até cinco mil Ufirs: (Redação dada pela Lei nº 9.017, de 1995)

III – proibição temporária de funcionamento; e

IV – cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único – Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 103, de 2006** (nº 169/2006, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte – PROACESSO.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 290, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornal Diário do Amazonas e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois veículos de comunicação de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à Rádio Amazonas-FM, pelo transcurso do 210 aniversário de criação desses dois importantes veículos de comunicação do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção do **Diário do Amazonas** e da Rádio Amazonas-FM e, por seu intermédio, aos seus repórteres, redatores, fotógrafos, gráficos, cinegrafistas e funcionários administrativos.

Justificação

O Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República é justo. Os dois veículos de comunicação – **Diário do Amazonas** e Rádio Amazonas-FM – completam 21 anos de bons serviços como informativos que já se consolidaram entre as populações de Manaus e do Amazonas.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento de seu livro “A Arte da Política – A História que Vivi.”

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento nacional, hoje, dia 20 de março de 2006, de seu Livro **A Arte da Política – A História que Vivi.**

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao jornalista Ricardo Setti, coordenador editorial da obra.

Justificação

O Brasil passa a contar, a partir de hoje, com uma excelente contribuição à História contemporânea, que é o livro do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, "A Arte da Política – A História que Vivi." Segundo a revista **Veja**; o livro explica o Brasil, com revelações dos bastidores políticos. A edição do livro contou com a ajuda do jornalista Ricardo Setti, coordenador editorial da obra. É pois merecido o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 20 março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 292, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao ortopedista e pesquisador gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com tecnologia, aprovada nos testes internacionais ISO e ASTM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao médico ortopedista gaúcho Dr. Carlos Alberto Souza Macedo, pela criação de prótese para quadril, com 95% de tecnologia brasileira e aprovado nos testes internacionais de ISO e ASTM.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do Dr. Carlos Alberto e à UFRGS.

Justificação

O pesquisador e ortopedista gaúcho Carlos Alberto Souza Macedo criou, na UFRGS, onde é professor, um modelo de prótese para quadril, usando 95% de tecnologia nacional e que mereceu aprovação nos testes internacionais ISO e ASTM. Sua invenção destina-se a pessoas portadoras de doenças que desgastam as cartilagens, como a osteoartrite, que atinge ao idosos com mais de 65 anos de idade. O custo da prótese é 60% inferior ao valor de venda das próteses importadas. A prótese do Dr. Carlos Alberto poderá beneficiar milhares de brasileiros, já que, dados do Instituto Na-

cional de Traumato-Ortopedia, indicam existirem no País mais de 200 mil pessoas obrigadas a usar cadeiras de rodas por falta de um implante ortopédico. Com o implante da prótese de quadril, todas essas pessoas teriam condições de andar no dia seguinte.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 26/2606 – PRES/CAS

Brasília, 16 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "Altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente".

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente

OF. Nº 27/2006 – PRES/CAS

Brasília, 16 de março de 2006

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que "Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998 que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluírem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante".

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2002; e 124, de 2005, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação de interesse partidário, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, primeiro orador inscrito.

S. Ex^a fará uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, se necessário for.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, chegamos ao final da convocação extraordinária e já vamos ao término do primeiro mês do ano legislativo sem concluirmos a votação do Orçamento para 2006. Hoje são 20 de março, e continuamos sem a aprovação do Orçamento.

Esta é uma época do período legislativo que guarda, por características diversas e por vezes contrastórias, um significado muito especial para os Parlamentares.

Não é a primeira oportunidade que tenho de acompanhar, como Líder, o debate orçamentário. Não é também a primeira vez que observo tomar conta do Congresso Nacional o sentimento conflituoso que opõe a esperança – representada pela real possibilidade de fazer o novo, o justo e o certo – ao senso de realidade, dada a consciência concreta de todas as dificuldades que cercam o processo de negociação do Orçamento.

O ano de 2005 viu questões candentes afetas ao tema do Orçamento serem colocadas à avaliação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O orçamento impositivo foi uma delas; a adoção de regras para a correção do salário mínimo, outra.

O fato é que, apesar dos avanços e dos recuos, pude sentir nos sinais enviados durante a convocação – de resto bastante produtiva no Senado Federal – que há a possibilidade de que, em temas de grande impacto para o desenvolvimento nacional, seja no

campo econômico, seja no campo social, haja espaço para o consenso e a deliberação multipartidária já nos primeiros dias do ano legislativo que se iniciou.

Como disse o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, há que se preservar espaços para o debate de itens críticos pertinentes a uma agenda estrutural, de interesse da Nação, apesar da crise política ou até mesmo por causa dela. Nesse espírito, entendo fundamental que, no Orçamento-Geral da União, façamos por criar tal oportunidade.

Assim, com espírito de humildade e de colaboração, ensaio a proposição de temas que, sem a menor dúvida, representam consenso e convergência em ambas as casas congressuais, dentro do princípio geral de que é impostergável a melhoria da qualidade do dispêndio público, seja ele referente aos investimentos, seja ele referente às despesas com custeio.

Sr. Presidente, hoje, de manhã, ouvia na Band Rio comentário do jornalista Ricardo Boechat a respeito da continuação de um déficit orçamentário de 16 bilhões e da arrecadação de 60 bilhões. E ele reclamava que, em vez de se procurar diminuir os custos da máquina estatal, se buscava encontrar meios para arrecadar mais.

Sabemos que o País tem prioridades. Uma delas é a estrutura viária, porque o modelo de transporte escolhido foi o rodoviário. A produção é escoada por estradas mal conservadas, que não oferecem às pessoas que se movimentam por elas confiabilidade e segurança. Por isso, é preciso que as estradas ocupem a primeira posição da lista de prioridades ainda neste primeiro semestre.

Entendemos esse aspecto, mas existem outros que precisam ser constantemente observados, como, por exemplo, saneamento básico e ambiental, que, freqüentemente, chama a atenção pelo impacto social que provoca. À medida que fazemos o saneamento básico e ambiental, não só estamos preservando o meio ambiente, mas principalmente preservando o ser humano, porque a ausência de esgotamento sanitário, de saneamento, de tratamento da água se reflete enormemente na saúde.

Entretanto, há um assunto que gostaria de sugerir como fundamento maior, como o tema que melhor expressa e traduz minhas preocupações: a educação básica.

As necessidades do ser humano são muitas: alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação. Mas a educação, Srs. Senadores, tem o poder de exponenciar todas as demais, porque o cidadão que recebe educação cuida melhor da higiene, da alimentação, de todos os demais itens. A educação é, pois, uma alavanca para a melhoria dos outros itens.

Se é grande a necessidade de se qualificar o gasto público, de se obterem melhores resultados com os

parcos recursos livres do Orçamento federal e de se fazerem valer, para as prioridades da sociedade, as disponibilidades do Tesouro Nacional, para tudo isso, a educação é o ponto ideal, o ponto em que se obtém melhor retorno para os investimentos públicos.

É perceptível, Sr. Presidente, que a educação – a educação básica, em especial – encontra-se subamparada, pois, apesar de todos os projetos, de todas as investidas que fizemos, ainda continua, comparativamente com outros países, subamparada em termos de investimentos federais.

Na execução orçamentária de 2005, por exemplo, na coluna dos valores autorizados, conta a educação com percentual equivalente a 47,4% dos recursos alocados à saúde, portanto, inferior aos recursos da saúde. Os montantes financeiros empenhados são, por sua vez – na mesma linha de comparação –, ainda menores, da ordem de 43,2%.

Não se trata aqui, evidentemente, de reduzir a importância dos recursos alocados à saúde, de maneira nenhuma. No final de semana passado, estive no Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, no Hospital Universitário e na Maternidade Elpídio de Almeida, em Campina Grande, esta última na esfera municipal. Em todos eles, a carência de recursos ainda persiste num montante muito elevado. Nem falo dos particulares. Outro dia conversávamos sobre recursos, sobre a tabela do SUS. Esses aspectos são insignificantes se considerarmos que, para se engraxar um sapato se paga, em média, R\$5,00, e, para uma consulta médica pela tabela do SUS, R\$2,50. Ou seja, é preciso que um médico faça duas consultas para engraxar seu sapato. Realmente, a saúde continua sendo muito importante. E não estou aqui, de maneira alguma, pregando que se tire nada da saúde. O que quero é que se aumentem recursos para a educação.

Portanto, não se trata aqui, evidentemente, de reduzir a importância dos recursos alocados à saúde, fundamentais para o desenvolvimento social, em especial nas regiões menos prósperas e mais carentes do País, como é o caso do meu Estado, a Paraíba.

Trata-se, pelo contrário, de questionar a pouca contribuição que a União vem dando, no contexto federativo, à educação. Queria que fosse mais. É possível que com esse plano que estamos votando agora consigamos mais recursos. Mas é um plano de longo prazo, e eu sou mais imediatista.

Eu assisti ontem no Fantástico – todos os senhores devem ter assistido – e hoje no Bom Dia Brasil ao documentário Falcão. Eu me senti mal de ser parlamentar em um país onde crianças não têm a menor opção nos morros. Eu falava aqui do meu Estado, mas, na periferia das grandes cidades, a educação, princi-

palmente nos morros, continua sendo um problema gritante. Ontem, me senti mal de ver crianças de 13 e 14 anos dizendo: "Sei que, se eu morrer, vai nascer um outro, talvez até pior ou melhor do que eu, mas, lá em casa já morreram três e eu sou o quarto que está aqui no trânsito". Fiquei chocado. Ontem à noite, fiquei muito chocado de ver o quanto está faltando de ímpeto para resolver o problema educacional brasileiro. Crianças estão sendo jogadas na vala do lixo e estão na contramão de uma vida saudável.

Poderíamos até perguntar se a prioridade, que ao menos nominalmente o setor educacional alcança, em todos os documentos oficiais, em todos os discursos governamentais vem ocorrendo efetivamente. Eu diria, Sr. Presidente, e certamente todos aqui me acompanharia, que não.

As verbas para a educação são colocadas nos Estados, 25%, mas não são verdadeiras. Todas as pessoas contratadas e à disposição das assembléias são enfiadas ali dentro para compor os 25%. Eu fico muito preocupado quando vejo isso.

Ouço o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Ney Suassuna, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pela sensibilidade ao tratar de um tema de tamanha relevância. Acho que todo o Brasil está impactado com a reportagem que a Rede Globo mostrou ontem à noite, impactado com esta realidade que convive com o nosso dia-a-dia e da qual, muitas vezes, nós que legislamos permanecemos distantes – eu não digo desligados, mas afastados. Seria interessante que a Comissão de Assuntos Sociais trouxesse a esta Casa os produtores do programa para que o centro do poder pudesse refletir, com mais intensidade, sobre essas questões. Tenho abordado constantemente aqui um tema que considero relevante, que é o da paternidade responsável. Entendo que ela só alcançará esse patamar a partir do investimento em educação e em informação, dois aspectos fundamentais que dependem da iniciativa pública, da iniciativa governamental. Com melhores níveis educacionais e com um patamar de informação melhor, vamos melhorar esses índices das periferias. Entendo que deveríamos pressionar para que a publicidade oficial não servisse apenas para fazer propaganda do Governo e sim para que os cidadãos fossem servidos com informações; que esses espaços privilegiados da publicidade oficial pudessem ser transformados em informações para a sociedade. É uma forma, com certeza, de gerar junto a essa população um nível de informação adequado de maneira que, com uma formação cidadã, o nível de exigência do cidadão eleve-se, e, em consequência, a cobrança ao Estado seja mais forte e mais fiel. Obrigado pela

oportunidade e parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Eu diria a V. Ex^a que ontem, ao assistir àquele documentário mostrado pela televisão, eu fazia um paralelo entre o que acontece no meu Estado e nos Estados nordestinos. Cada vez que vem uma estiagem, os homens saem de lá, alguns vão para o Sul, outros para Brasília, outros para São Paulo, e as famílias se desmoronam. E aí, o que vemos? Não o tráfico, mas a prostituição. São centenas de meninas às margens das estradas se prostituindo, até mesmo – por que esconder? – nas calçadas, nas praias da capital do Estado.

Vemos isso na capitais dos Estados, com constrangimento. Percebemos que muitas pessoas são insensíveis ao problema, tanto que eu ouvi comentários como este: “Não, agora aumentou porque tem o *kit* prostituição.” E eu indaguei de quem estava falando: como é essa história de *kit* prostituição? “É só dar um aparelho ortodôntico e um telefone celular a uma garota e com certeza terá todo o acesso a essa criança”. Trata-se de crianças. Isso me constrange, seja porque estão no tráfico, seja porque estão na prostituição.

Nós, Parlamentares, somos responsáveis pelo encontro de soluções. Eu queria trazer essa preocupação na hora em que estamos votando o Orçamento, pois deveremos votá-lo esta semana. Temos de lutar por mais verbas para a educação, porque é o único caminho para mudar este triste quadro. Estamos assistindo a conterrâneos nossos, patrícios nossos nesse caminho sem volta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB, amparado no art. 66, “a”, parágrafo único.

S. Ex^a terá cinco minutos para o uso da palavra e, se necessário for, dois de tolerância.

O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sras e Srs. Senadores, se de um lado acompanhamos o pronunciamento do Senador Ney Suassuna, falando da repercussão do programa que tratou dos gravíssimos problemas enfrentados pela nossa população periférica, que realmente impactou a Nação, e os jornais de hoje repercutem a questão da prostituição infantil e mostram que cerca de mil municípios brasileiros também registram essa verdadeira calamidade, de outro lado, trago aqui uma notícia de um pequeno município do Rio Grande do Sul, localizado a 90 quilômetros da ca-

pital gaúcha, um verdadeiro exemplo de administração pública, motivo de orgulho para todos os gaúchos, especialmente para mim e para meu Partido, o PTB.

Estou falando do Município de Tupandi. O seu Prefeito, o petebista Hilário Junges, que foi declarado vencedor, acaba de receber o grande Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Loureiro da Silva 2005, entregue na última quarta-feira, em cerimônia realizada em Porto Alegre.

A vitória do Município, que tem pouco mais de três mil habitantes e uma área de apenas 62 quilômetros quadrados, foi resultado do estímulo da prefeitura municipal ao empreendedorismo dos pequenos produtores rurais da comunidade, valorizando as vocações naturais da região, voltadas especialmente para a agropecuária.

Para isso, a administração de Tupandi, que como eu disse fica a 90 quilômetros de Porto Alegre, na região do vale do rio Caí, desenvolveu o projeto Fundat – Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Tupandi – em parceria com o Banco do Brasil.

Em 1993, em sua primeira administração, o Prefeito Hilário Junges – laureado vencedor –, preocupado com a baixa qualidade de vida dos cidadãos e com o apoio das lideranças comunitárias, implantou o projeto com o objetivo de desenvolver a economia do Município, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, fixar o homem no campo e viabilizar as pequenas propriedades rurais – que têm, em média, Presidente Papaléo Paes, 9,6 hectares. Esse é o tamanho das propriedades agropecuárias do Município de Tupandi. Comparado em nível de Brasil, são menores do que sítios de lazer na maioria dos Estados brasileiros.

Pois bem. Nessas pequenas áreas, implantado esse programa, além de absorver a mão-de-obra familiar disponível, criou mão-de-obra especializada e aumentou a arrecadação do ICMS.

Essa ação interrompeu o êxodo rural e estimulou o espírito empreendedor dos pequenos produtores rurais, melhorando sua subsistência financeira e também, claro, a sua qualidade de vida. Também resultou na elevação de todos os índices referenciais de qualidade e progresso. Hoje, 680 das 720 pequenas propriedades rurais do município são beneficiadas pela iniciativa, que também elevou a renda das famílias do município.

O Fundat fez de cada pequena propriedade uma empresa geradora de renda para os proprietários e para o município. De acordo com o prefeito, Hilário Junges, o programa alavancou a economia do município e beneficiou 95% das propriedades rurais. Hoje, enquanto o PIB **per capita** no Brasil é de R\$ 9.700,00 e no Rio Grande do Sul é de R\$ 14.000,00, o índice em Tupandi é de mais de R\$ 30.000,00.

Apenas para exemplificar o que o projeto significou na melhoria da qualidade de vida da população

municipal, citamos os benefícios na área da educação. Em Tupandi, foi desenvolvido o Projeto Universitário, inicialmente com apenas três participantes, hoje tem mais de cem alunos universitários e de cursos profissionalizantes que recebem auxílio financeiro no valor de uma cadeira por semestre e 50% do valor das passagens, para deslocar-se até uma das universidades da região. Para os alunos de cursos técnicos, a Prefeitura custeou 50% do valor do curso e 50% do valor do transporte. Além disso, as crianças passaram a ser atendidas no turno oposto à escola, com oficinas de desenvolvimento e alimentação.

No setor de obras e infra-estrutura, também houve benefícios significativos. Após a implantação do Fundat, 80% das estradas municipais foram pavimentadas. Atualmente, 100% da população conta com energia elétrica e 98,89% dos habitantes têm água potável, água encanada. O município desenvolveu também um projeto de loteamentos populares, no qual a Prefeitura adquire os lotes, providencia a infra-estrutura necessária e subsidia 70% do valor para a população.

E o índice de mortalidade infantil, Presidente – V. Ex^a que é médico –, que é um dos principais dados para avaliar o desenvolvimento de uma comunidade de acordo com a ONU, em Tupandi, no ano de 2005, foi zero de mortalidade infantil, motivo, talvez, de maior orgulho para todos nós.

O projeto desenvolvido no Município disputou com outros de 71 Prefeituras do Rio Grande do Sul, que se inscreveram na promoção do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS). O objetivo do prêmio é incentivar administradores públicos que contribuem para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e oportunizar que as lideranças políticas no Estado dêem transparência ao seu trabalho.

O Prefeito Hilário virá representar o Rio Grande do Sul na etapa final do prêmio, em Brasília, no dia 25 de abril.

Os administradores que quiserem conhecer melhor o Fundat, desenvolvido pelo Município de Tupandi, podem acessar o site do PTB/RS, no endereço www.ptbrs.org.br.

Sr. Presidente Papaléo Paes, encerrando esta manifestação, tenho convicção de que o Município de Tupandi é um exemplo para todas as cidades gaúchas e brasileiras – por que não? Exemplo de que, com ações simples e o estímulo às vocações locais, é possível promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Parabéns ao Prefeito Hilário Junges e a toda a comunidade do Município de Tupandi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns, Senador Sérgio Zambiasi.

As informações trazidas por V. Ex^a são um alento para nós que lidamos com a área da saúde e que vemos que essa área está em uma situação muito difícil em todo o País.

Parabéns ao Rio Grande do Sul e ao município que V. Ex^a divulgou entre nós.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento e cinco minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra neste momento, pois em se tratando de uma sessão não deliberativa, intercalamos um orador inscrito com uma comunicação inadiável.

Então, V. Ex^a poderá fazer o uso da palavra por cinco minutos, com dois minutos de prorrogação, se necessário for.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma colocação breve antes de falar do assunto que me traz a esta tribuna. O que está acontecendo hoje é, sim, confrontamento eleitoral. E é legítimo que o seja. A Oposição está no papel dela. É legítimo que a Oposição esteja fazendo o confrontamento eleitoral desde já.

Agora, não tenho dúvida de que a sociedade brasileira quer duas coisas no Brasil. A primeira é que se apure absolutamente tudo. E isso está sendo feito pelas CPIs, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, com total e absoluto apoio do Governo. Que se apure tudo. E a segunda: a sociedade brasileira quer que deixem o Presidente Lula governar! Deixem-no governar, porque

ele é o Presidente da República, e o povo brasileiro quer que o Brasil seja governado, senhores! O povo brasileiro precisa que o Orçamento seja aprovado. Já estamos na segunda quinzena de março e não se aprova o Orçamento. Não se quer deixar o Presidente Lula governar neste ano, porque é um ano de eleições.

É legítimo a Oposição fazer um confrontamento eleitoral, mas não é legítimo não permitir que o Governo Lula governe. Todos os brasileiros e brasileiras precisam que o Governo ande. Ele não tem culpa de ser um ano eleitoral e existir a disputa eleitoral. Que a disputa se faça, mas deixem – esta é a conlamação que faço – o Presidente Lula governar.

Quero falar aqui, Sr. Presidente, sobre assunto da mais alta relevância. Antes de ser Senadora, sou educadora. Fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos. Vemos aí avanços e mais avanços significativos na Educação. Vou citar o ProUni: são 225 mil – não dá para esconder, pois não é possível fazer de conta que os dados não existem – são 225 mil estudantes que não podiam freqüentar uma universidade particular e hoje podem, graças ao ProUni, um programa do Governo Lula. Duzentos e vinte e cinco mil já estão dentro de universidades particulares, freqüentando o ensino superior. Isso é ou não importante?

Eu não citarei outros programas porque não vim falar disso agora. Mas comparem o Luz para Todos com, por exemplo, o Luz no Campo, do Governo passado. As pessoas que aderiram ao Luz no Campo estão encalacradas, literalmente, por 10 anos, porque têm de pagar mensalmente prestações que vão de R\$ 100,00 a R\$ 300,00; o pequeno produtor rural, aquele que pratica agricultura familiar, não tem a menor possibilidade de fazê-lo.

Por outro lado, o Luz para Todos é absolutamente de graça. De graça! E são 12 milhões de famílias beneficiadas. Até 2008, a continuar esse Programa, não teremos mais nenhuma casa no meio rural, nenhuma residência ou família sem energia elétrica, pois é um gigantesco programa.

Não posso abordar outros programas porque estou falando para uma comunicação inadiável, e o tempo é pouco. Mas quero falar aqui do Fundeb.

Não querem deixar o Governo Lula governar e dizem que não vão aprovar o Orçamento por isso ou aquilo. Mas vamos aprová-lo, sim, porque o povo brasileiro quer e dele precisa.

E vamos aprovar o Fundeb, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Este é o projeto mais importante, na área da Educação, da história do Brasil! Vai mudar, realmente, a vida do povo brasileiro. Eu, como educadora, acredito, Sr. Presidente, tenho convicção de que é pela educação, pela conscientização,

pelo conhecimento e pela compreensão da realidade brasileira que chegaremos à transformação. Somente por aí. E só chegaremos a conhecer, a compreender a realidade e a transformá-la, por conseguinte, se tivermos realmente educação para todos e de qualidade. Não aquela educação que diz que um mais um são dois, mas aquela que diz a favor de quem está a soma e contra quem está a subtração; a favor de quem está a multiplicação e contra quem está a divisão. É essa a educação de que precisamos para a compreensão da realidade e para a construção do conhecimento na mentalidade de cada um que freqüenta as nossas escolas.

O Fundeb é isso, senhoras e senhores. O Fundeb é a transformação, é uma educação de qualidade, é uma educação que vai colocar todos dentro da escola, trazendo o conhecimento para valer, para que cada um compreenda essa realidade e, a partir do momento em que a compreenda, possa transformá-la. Esse é um projeto do Governo Lula, e não é porque é dele que vamos deixar de aprovar – e aprovar com urgência –, porque isso é bom para o Brasil, para os brasileiros e brasileiras, para a educação fundamental e para o ensino médio.

Não é justo que se fique protelando a aprovação do Fundeb porque a Oposição quer fazer disso uma bandeira contra o Governo Lula. Que deixem aprovar todos os bons projetos. Que se aprovem os projetos; que se aprove o Orçamento. Vamos deixar o Presidente Lula governar e vamos realmente medir forças nas urnas, na hora do voto secreto. Cada cidadão e cidadã terá a possibilidade de exercer esse direito no dia da eleição.

Não existe voto mais importante ou menos importante. No dia da eleição, todos os votos são absolutamente iguais. Desde o daquele que tem mais dificuldade de sobreviver pela questão econômica ao daquele mais poderoso economicamente no Brasil. Vamos medir essa força no dia da eleição, nas urnas, mas vamos deixar o Presidente Lula governar. Vamos fazer com que realmente ele possa levar programas importantes como o Fundeb, a Super-Receita e outros mais que estão aí para serem aprovados e que vêm sendo protelados porque não querem deixar que bons projetos deste Governo avancem. Estão fazendo disso, sim, confrontamento eleitoral, e isso é contra o povo brasileiro, é contra homens e mulheres. Não aprovar o Fundeb é contra todas as nossas crianças, da primeira infância aos adolescentes.

Portanto, espero e acredito que, amanhã, na CCJ, consigamos aprovar o Fundeb.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serlys Slihessarenko, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Mão Santa, do Piauí.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de cinco, se desejar. Depois do Senador Mão Santa, usará da palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado e brasileiros aqui presentes, ontem, o calendário cristão comemorava, Senador Heráclito, o Dia de São José. Senador Osmar Dias, que tem uma vida dedicada ao campo e à produção, nosso homem do campo tem uma crença: se a chuva não chega no Dia de São José, haverá seca. Graças a Deus, choveu antes desse dia. É uma crença! Ontem, o Dia de São José foi um dia muito importante na história da democracia do Brasil.

Senador Heráclito, todos sabemos que a democracia é difícil. Senador Alvaro Dias, Winston Churchill disse que a democracia é complicada e difícil, mas que não conhecia modelo melhor.

O homem, que é um animal político, segundo Aristóteles, visa a buscar o melhor com a sua racionalidade. O modelo de governo dos reinados perdeu muito porque havia o místico: o rei era um deus na terra. Deus seria um rei no céu. Mas o povo, Senador Alvaro Dias, estava insatisfeito com os reis. Era bom para quem estava na corte. Fora da corte, desprezo, sofrimento, pobreza, miséria. Esse povo, então, foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Aí nasceu a democracia. Então, ela é do povo, criada pelo povo e pertencente ao povo. Em nosso País, chegou tardivamente, um século depois, Senador Alvaro Dias, desse grito na França.

Senador Heráclito, D. João VI disse: “Filho, coloque a coroa antes que um aventureiro o faça.” Era porque Simon Bolívar estava derrubando reis nos países vizinhos e iria fazer o mesmo aqui. Era El Libertador.

Nasceu, e aí vivemos. Foi difícil. Na França foi complicado. Houve a guilhotina, Marat, Robespierre, Danton e Napoleão. Aqui também houve a ditadura civil, com Vargas. Embora fosse generoso, a ditadura nunca é boa. Está aí o livro “Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos. As memórias militares conhecemos recentemente, além da obra de Hélio Gaspari.

O meu Partido esteve aqui para libertar o povo da ditadura. Falo do MDB. Senador Alvaro Dias, falo dos autênticos, de Ulysses Guimarães, candidatando-se contra os canhões de gás; de Sobral Pinto; de Teotônio Vilela, com câncer, trazendo esperança, já moribundo, lutando; de Tancredo Neves, que se imolou

com uma doença banal, pois retardou o seu tratamento para poder fazer a transição. Imolou-se. Juscelino foi humilhado, cassado. Mas foi o MDB.

Senador Heráclito, que fez essa luta toda, não sei por que, mas tenho uma saudade do PMDB do Heráclito. S. Ex^a foi do PMDB dos momentos difíceis, eu o vi lutando em convenções. Companheiro de Ulysses, de Tancredo e de outros, como Renato Archer. E lutou também nos momentos mais difíceis. Mas, ontem, o PMDB, por intermédio desse extraordinário líder, nosso Presidente Michel Temer, deu a maior contribuição à nossa história democrática.

Olha, Senador Osmar Dias, esse Montesquieu quis aprimorá-la, como todos nós. Então, tirou o *L'etat cest moi*, o poder único dos reis, e o dividiu em três: Legislativo, no qual estamos; Executivo, em que o Lulinha está na boa acolá; e Judiciário. Contrapoderes equipotentes, harmônicos, respeitosos. Ele nunca imaginou. Ô Tião Viana, o Montesquieu está pulando na sepultura, porque aqui é como se um quisesse pular no outro, aproveitando-se desse poder. Um quer ser o vice do Lula; o outro quer ser Governador do Maranhão. Não foi isso que imaginou Montesquieu. Não foi isso que imaginaram os idealistas que estão servindo ao Poder Judiciário, que queremos aperfeiçoar. Sabemos porque somos cristãos. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!” Moisés recebeu as Tábuas da Lei, mas não pensava nessa traquinagem de alguém se aproveitar da justiça, não.

Senador Alvaro Dias, que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis. Esse pensamento não é meu, mas de Aristóteles. Que a coroa da justiça esteja mais alta do que os santos. A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita. Mas não é essa traquinagem, não. A justiça é divina. Esses homens têm só um ideal. O que está havendo agora é uma conturbação. Estão misturando as coisas. O sujeito aproveita a toga ou o poder para pular para o outro e sair na dianteira. Isso é malandragem! Isso não é justiça.

Liberdade foi o grito da democracia. Então, aqueles que fazem o Partido, Senador Osmar Dias, atentai bem, saem de lá – são 800 quilômetros – sem mensalão, sem ser ladrão, porque os do mensalão e dos ladrões estão cheios os outros poderes. Cotizaram-se para alugar uma van – vereadores, delegados de partido, os militantes, a fim de irem à convenção. Não podem escolher.

O grito foi liberdade, Professora Serys! Acabou a democracia. Cercear essa liberdade é obsceno, canhice desses vendilhões. Senador Osmar Dias, nem a ditadura impediu o PMDB de ter um candidato. Agora, esses corruptos velhos vão impedir a nossa luta de ter candidato?

A Senadora Patrícia Saboya entende de estupro infantil, assédio sexual, e não vou dizer que seria porque

o PMDB vai completar 40 anos, mas, Senador Heráclito, o que estão fazendo aí é um estupro. O Lula, o PT, quer que o PMDB vá se casar com ele, que vá para a cama no dia da eleição com ele, e nós não queremos. Não queremos, não queremos. Repudiamos o Lula, a sua base e a sua corrupção.

Ó Deus, permita-me ir deste mundo se isso acontecer. Já disse aqui, em nome do pobre, do aposentado, da professorinha, quando lhes tiraram os direitos, que três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Mas ontem houve, com a coragem, igualdade. Todo o mundo se manifesta, e nós não podemos escolher um candidato. Liberdade, igualdade e fraternidade, como tem de ser um partido, uma família. E nos reunimos.

Cumprimento Michel Temer, que escreveu a mais bela – isso foi mais bonito do que a candidatura do Ulysses –, porque afrontamos a corrupção. E Ulysses disse que a corrupção é o cupim que destrói e corrói a democracia. Ninguém nunca viu.

O fato é que faz a lei. Foram contra todas as maquinações, contra todas as trapalhadas, contra todas as imoralidades, mas não abdicamos do grito do povo: liberdade, igualdade e fraternidade, e o Piauí lá. Então, o Piauí ajudou o Brasil; ajudou o PMDB a escolher o seu candidato e a entrar no banquete da democracia, que é a eleição, reconhecendo que não são poderes o Executivo, o Legislativo, nem o Judiciário; são instrumentos da democracia. Senador Osmar Dias, o poder é o povo, que paga a conta; é o povo, que trabalha, é soberano e decide. Esse é o poder. É Deus. E a sabedoria diz que a voz do povo é a voz de Deus.

Então, o PMDB quer isso; quer continuar com o cumprimento, com o compromisso do sonho de Ulysses: "Ouça a voz rouca das ruas". Quem está na rua é o povo. Ele nasceu com essa intimidade com o povo, com esse compromisso com o povo, para defender a democracia, que é do povo.

E, na riqueza da democracia, Senador Papaléo Paes, V. Ex^a foi um dos que estava na canoa do PMDB, desconfiado dessas forças malignas e ocultas. V. Ex^a criou asas e voou. Mas estamos nessa canoa, que queremos levar ao povo, ter uma opção. Dois partidos não é o nosso modelo e a nossa tradição. Foi o regime da ditadura. Agora, não! O povo tem opção. Não.

A mídia paga pelo Governo que mais gastou dinheiro com os banqueiros; depois, com a propaganda. De um lado, o modelo tucano, que o PT acusou de neoliberal, que era pai dos banqueiros. Agora, conhecemos o outro lado, o lado do PT. Se o PSDB, com FHC, foi o pai dos banqueiros, o Lula tem sido a mãe dos banqueiros, muito mais. Atolado, afogado, não só por juros, mas pela corrupção, o cupim da democracia.

E nós queremos estar no meio, e está no livro de Deus que a verdade está no meio; a virtude está no meio – não se ajoelhando aos banqueiros, aos poderosos, mas servindo ao trabalho e ao trabalhador, que vêm antes e precisam ter primazia, respeito e apoio. O trabalho é quem dá origem às riquezas, e é essa candidatura que queremos construir no nosso PMDB com o nosso candidato.

Uma tradição do trabalhismo de Getúlio Vargas, que falava pouco no Dia do Trabalho. Eu escutei muito a expressão "trabalhadores do Brasil". É essa esperança de desenvolvimento que só vem por meio do trabalho, desenvolvimento que é o nosso passado: Juscelino, bem aí, cassado, do PMDB.

É esse o Partido a que pertencemos e cuja candidatura queremos oferecer. Quero dar um conselho para os dois, dois heróis da nossa geração democrática: Garotinho e Rigotto. Que belas figuras! Que homens extraordinários! Que esperança a nascer!

O Lula não gosta de estudar, mas acho que as coisas só valem, Raimundo Carreiro da Silva, com estudo. O Senador Papaléo estudou muito anatomia, cardiologia, o eletrocardiograma. Eu acho que o Partido dele é o PQRSTU, as zonas do eletrocardiograma.

Nos Estados Unidos, em uma luta democrática, um Presidente forte, histórico, herói de guerra, honesto, honrado, Eisenhower, teve como vice Nixon. As oposições tiveram um jovem democrático, exemplo maior para a nossa geração: John Fitzgerald Kennedy. Foi um embate como este entre Garotinho e Germano. John Fitzgerald Kennedy ganhou e foi buscar Lyndon Johnson. Fizeram uma chapa e ganharam as eleições.

Esta é a orientação que dou ao PMDB: vamos, pelo meio, pela aposta na vergonha, que levará este País, pelo trabalho, à prosperidade e à vitória, salvaguardando a grandeza da democracia que é a alternância do poder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Por permuta com a Senadora Patrícia Saboya, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de mais cinco minutos, para o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra logo após o discurso do Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, a longa e penosa história dos agentes de controle de endemias,

popularmente conhecidos como “mata-mosquitos”, parece nunca encontrar um fim satisfatório, apesar de todo o esforço despendido nessa direção pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Quero fazer um registro aqui de que debatemos, na Subcomissão de Saúde, esse tema, de grande importância para a saúde pública brasileira, cujo Relator foi o Senador Mão Santa, porque milhares de funcionários, milhares de trabalhadores ficaram prejudicados, na sua saúde, no seu trabalho, na sua renda, exatamente porque não foram olhados com dignidade por parte do Governo.

Esse mais de seis mil funcionários, vários deles oriundos da extinta Sucam, foram contratados em regime temporário, a partir de 1993, pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa, com a finalidade principal de combater os focos do mosquito transmissor da dengue, em vários municípios brasileiros.

Os parâmetros a partir dos quais foi inicialmente definida tal contratação eram, obviamente, inadequados, visto que previam um prazo extremamente exíguo para o desenvolvimento dos trabalhos de apenas seis meses. A partir de sucessivos permissivos legais, os contratos foram sendo prorrogados, até que, por iniciativa governamental, em junho de 1999, precipitou-se processo de demissão em massa.

Entre os demitidos, Sr. Presidente, encontrava-se um número muito grande de funcionários portadores de graves e persistentes problemas de saúde, provocados por um longo tempo de exposição às substâncias tóxicas que manipulavam e com as quais executavam a sua nobre missão de proteger a população brasileira, eliminando os vetores epidemiológicos. No processamento das rescisões contratuais, nem sequer foram realizados os exames demissionais obrigatórios, por meio dos quais a lei objetiva proteger o trabalhador de ver-se demitido em caso de doença laboral impeditiva do trabalho.

Esse equívoco já foi corrigido – ao menos ele! –, por força de decisão proferida, em última instância, pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando voto de S. Exª a Ministra Laurita Vaz, que determinou a nulidade dos atos rescisórios, precisamente com fundamento na inobservância da obrigatoriedade do exame.

Ocorre, Srs. Senadores, que não foi reconhecido o direito desses profissionais à estabilidade nem foi o mesmo direito estendido aos agentes que optaram pela alternativa trazida pela Lei nº 10.667, de 2003, que prorrogava em 24 meses o contrato daqueles que desistissem da ação de reintegração, patrocinada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. No dilema

entre o seguro e o duvidoso, muitos abriram mão de direitos que outros haveriam de alcançar.

Em que situação estamos neste momento em relação às várias situações que o caso abrange?

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é imperioso que a Funasa, que já procedeu à reintegração tal como determinada pelo STJ, identifique os casos de doença ocupacional, uma vez que esses funcionários gozarão de estabilidade temporária, proporcionalmente variável em função das características e da gravidade de cada caso. É uma medida justa, elementarmente justa, para com os trabalhadores que, por vezes à custa da própria saúde, ajudaram a prevenir o adoecimento de milhões de pessoas, vítimas potenciais das endemias associadas ao mosquito.

Em segundo lugar, é sumamente relevante que sejam disponibilizados, com urgência, os recursos para pagamento dos vencimentos atrasados, pagamento esse que deverá ser feito segundo a decisão do STJ, por meio de precatório alimentício. A urgência é altamente justificada, visto que há casos de “agentes mata-mosquitos” cujas famílias se encontram em graves dificuldades e até mesmo pesadamente endividadas em virtude do longo período sem recebimento de salário.

Há, finalmente, o caso daqueles que poderão ser dados como aptos à demissão, após a realização dos exames demissionais. Para esses é também necessária uma atenção especial.

Sabemos que, por força da Emenda Constitucional nº 51, promulgada pelo Congresso Nacional em fevereiro último, esses profissionais ficam dispensados de se submeter a novo processo seletivo para efeito de ser admitido pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, que agora assume com exclusividade as atividades do controle endêmico.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que são precisamente essas as pessoas mais indicadas para continuar prestando aos outros níveis federativos os bons serviços de que até agora se beneficiou o Governo Federal, mercê da experiência acumulada em todos esse anos. Mas também sabemos dos inúmeros percalços, atrasos e dificuldades burocráticas que quase sempre acabam por se interpor entre a solução imaginada para um problema e a sua plena e efetiva solução.

É por isso que gostaria de solicitar a todos os órgãos envolvidos – ao Ministério da Saúde e à Funasa, à Procuradoria da República, que propugna pela rápida implementação da sentença, e aos próprios Estados e Municípios, atuais detentores da competência constitucional – que se coordenem para o melhor aproveitamento da extraordinária qualidade profissional, representada pelos “mata-mosquitos”; dessa gente

de cuja atuação toda a Nação brasileira, sem dúvida, sente-se devedora.

Vejam, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que está ao alcance dos órgãos envolvidos a oportunidade de dar encaminhamento definitivo à angustiante situação em que vivem esses funcionários. Talvez não seja esse o desenlace que todos nós gostaríamos de acompanhar, mas tão-somente o que foi possível construir. Talvez seja muito pouco o que teremos para oferecer a quem tanto mérito demonstrou, no decurso de anos de trabalho efetivo e diuturno, em prol da saúde dos cidadãos deste País.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Papaléo Paes, quero, em primeiro lugar, dizer da propriedade do discurso de V. Ex^a sobre um tema tão importante para a vida de tantas pessoas, sobretudo dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemia. Tendo sido Relator desse projeto que aprovamos no Senado, evitando o concurso público, mas por um processo de seleção, pela importância de eles residirem na comunidade. Depois disso, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 41 exatamente para regulamentar a profissão. Sua posição é muito importante. Já havia, inclusive, um projeto sobre o enquadramento para a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho. A regulamentação ainda tem de ser discutida. Tenha a certeza de que estou junto com V. Ex^a em toda essa discussão, apoiando seus pronunciamentos e ações, por entender, em primeiro lugar, que V. Ex^a conhece muito esse assunto e, em segundo lugar, porque é muito importante a regulamentação da vida dessas pessoas que ganham muito pouco e que se dedicam à causa tão nobre de ajudar na saúde das pessoas.

O Sr. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Gostaria de reparar até o que posso classificar como injustiça: não ter citado V. Ex^a como Relator da matéria já aprovada e como proposito de um projeto que realmente vem atender e muito à ansiedade de todos nós e dos trabalhadores da área da saúde, que são fundamentais para a população brasileira. Faço o reconhecimento da relatoria de V. Ex^a e da proposta feita por V. Ex^a, que, se Deus quiser, será aprovada, para atender às necessidades desses bravos trabalhadores brasileiros.

Esses órgãos e instâncias têm, sem a menor dúvida, o poder de fazer com que os transtornos, as dificuldades e as inseguranças do processo sejam menores.

É esse, Sr. Presidente, o objetivo maior deste meu pronunciamento, deste meu desabafo, ante a continuada desarticulação e a constante postergação de soluções que caracterizam todo esse caso.

Há muitos funcionários doentes que devem ser amparados e tratados. Há salários atrasados que fazem falta a milhares de famílias, hoje em dificuldades. Há, por fim, profissionais experientes a serem realocados por absoluto impedimento de sua continuidade nos quadros da União.

É esse o balanço que faço dos imperativos e das urgências que o caso requer e que, talvez, somente venham a ser realizados com um posicionamento inequívoco e corajoso desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno. Haverá prorrogação, se houver necessidade.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Senadora Serys Shhessarenko fez um pronunciamento cobrando a votação do Fundeb.

Creio que ninguém é contra o Fundeb. Ao contrário, todos são a favor, mas é preciso ver como está a proposta do Governo. Tenho em mão uma análise da Confederação Nacional dos Municípios, cujo Presidente é o ex-Prefeito Paulo Ziulkoski, que fez apresentação na Comissão de Educação mostrando que não podemos aprovar o Fundeb sem fazer uma revisão profunda de algumas coisas que não são apenas detalhes, mas a essência do programa.

Temos hoje uma população de até cinco anos de 23 milhões de crianças. Apenas 21% dessas crianças, ou seja, 4,9 milhões, estão sendo atendidas na rede de educação infantil do País – quatro milhões na pré-escola e novecentos mil nas creches. É enorme a quantidade de crianças, principalmente de dois a seis anos, que estão fora das escolas ou das creches, trazendo, com isso, as consequências que conhecemos, como o não-atendimento às famílias mais carentes do País.

O sucesso que foi o Fundef é demonstrado pelos dados: 31 milhões de crianças foram atendidas, o que significa 97% do universo. É quase a universalização do ensino fundamental na idade. A criação dele, em 1995, proporcionou um avanço extraordinário, porque, com os recursos do Fundef, melhorou a qualidade, ampliou-se o número de vagas, melhorou o equipamento das escolas. Só isso já sugere que a idéia da criação do Fundeb, para educação infantil e creches, é, sem dúvida alguma, importante demais.

Já se corrigiu um erro, porque o primeiro projeto do Governo não abrangia as creches. Com isso, os Municípios seriam obrigados a absorver ainda mais despesas. Mas esse erro já foi corrigido. Agora já se

admitiu, com o Fundeb, que as creches sejam também contempladas.

A grande pergunta que se faz é: de onde virão os recursos para proceder à necessária ampliação da soma de recursos, para que se atenda o Fundeb, ou seja, o ensino fundamental, e também a educação infantil e as creches? Essa pergunta não tem resposta, pelo menos no projeto do Governo. Não há como considerarmos, pois, a possibilidade de aprovarmos a PEC do Governo como está sendo proposta, porque não prevê – desobedecendo, inclusive, à Lei de Responsabilidade Fiscal – de onde sairão os recursos para cobrir as necessidades.

Só para termos uma idéia, os dados citados pelo Presidente da Confederação Nacional de Municípios dão conta de que os Municípios já investem muito mais que a União nesses níveis de ensino. Os Municípios investem R\$29 bilhões, e a União, R\$15 bilhões.

O que se pretende com essa proposta é impor mais um ônus aos Municípios, que já não conseguem dar conta das tarefas que passaram a ter com a Constituição de 1988, pois as reformas feitas para aumentar a arrecadação só beneficiam a União, porque ocorrem nas contribuições.

Não é por outra razão que propus que, das contribuições, 10% sejam destinados aos Municípios e 10% aos Estados, o que representaria R\$15 bilhões para os Municípios e R\$15 bilhões para os Estados, todos os anos.

Há outras perguntas que a Confederação Nacional dos Municípios fez e que também não encontram respostas. Por exemplo: que critérios serão adotados para a definição dos pesos diferenciados para os alunos de cada etapa de ensino?

Os pesos propostos pelo Ministério da Fazenda são oriundos de uma conta de chegada para zerar a transferência de recursos dos Estados para os Municípios e para aumentar a perda para R\$7 bilhões. A regulamentação desses pesos se dará por lei ordinária, como todos os demais aspectos da PEC. Essa lei não deveria ser complementar? Não corremos o risco da edição de uma medida provisória que é, sem dúvida alguma, um risco grande que se corre neste Governo? Como melhorar a qualidade de ensino fundamental com menos recursos?

O que os Municípios estão calculando é que, se essa PEC for aprovada da forma como veio da Câmara, haverá uma transferência dos Municípios de cerca de R\$7 bilhões todos os anos. Fica a dúvida: o Governo vai aumentar os impostos para compensar essa perda? O Governo vai tirar das contribuições o dinheiro que já tem destinação específica para cobrir a falta de recursos que ocorrerá? Essas respostas precisam

ser dadas. Nós queremos votar, sim, a PEC que cria o Fundeb, mas não podemos votá-la colocando mais esse peso sobre os Municípios, porque votar como ela está será transferir para a conta dos Municípios cerca de R\$ 7 bilhões todos os anos.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti, dentro do tempo, concedo-lhe o aparte.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, gostaria de ter acesso ao documento da Confederação Nacional dos Municípios, a que V. Exª se refere, porque temos uma situação em termos comparativos dos impostos que serão incluídos no Fundeb dos que já estão incluídos no Fundef, e houve uma preocupação significativa no sentido de deixar os impostos municipais fora da obrigatoriedade de contribuição com o Fundo. Diferentemente do Fundef, porque, atualmente, temos os impostos municipais dos quais 15% vêm para o Fundo redistributivo de cada Estado. Portanto, gostaria de ter acesso ao documento, porque toda a avaliação que temos é que, comparativamente ao Fundef, a arrecadação municipal é vinculada, obrigatoriamente 15% desses impostos devem vir para o Fundef, e o que vai acontecer com a proposta que estamos apreciando em termos de Fundeb é exatamente deixar os impostos municipais todos sem vinculação a esse Fundo. É claro que o Município tem a obrigatoriedade constitucional de aplicar 25% do que arrecada em educação. Mas todos sabemos que, ao fazer a vinculação ao Fundeb ou ao Fundef, o que entra é redistribuído, e a distribuição se dá por número de alunos matriculados. Existem situações muito concretas, desde o início da implantação do Fundef, em que Municípios, por terem muito poucos alunos matriculados na rede própria, acabavam “perdendo a arrecadação” (entre aspas), porque 15% dos impostos, inclusive vários municipais, ia para o Fundo, e retornava para aquele Município apenas o custo aluno proporcional ao número de alunos matriculados. Assim, entre o que ia e o que retornava, havia uma diferença de perda para o Município. Com relação aos impostos municipais, no caso do Fundeb, não vejo esse risco, porque todos ficaram de fora. Por isso, tenho bastante curiosidade de ver a documentação e a argumentação que a Confederação Nacional dos Municípios apresenta, já que não confere com o que temos analisado e apreciado em termos de Fundeb, inclusive no que diz respeito ao cuidado de não trazer prejuízo aos Municípios.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Ideli Salvatti, vou pedir ao Presidente da Confederação que encaminhe a V. Exª a análise feita por eles, porque a

grande dúvida é de onde virão os recursos federais para alimentar o Fundeb. Se o documento não citar a fonte, já é uma desobediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, resta a preocupação de que os recursos poderão sair exatamente das contas dos Municípios e dos Estados, que já estão por demais sobrecarregados.

Repto: sou a favor da criação do Fundeb, mas não para afundar ainda mais na situação de carência financeira em que já se encontram os Municípios brasileiros.

Faço um apelo no sentido de que todos apóiem minha emenda à Constituição, que propõe que 10% de todos os recursos das contribuições sejam destinados aos Municípios. Aí, poderíamos dar conta também da tarefa que seria o Fundeb.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Rodolpho Tourinho, meu tempo está se esgotando, mas acredito que o Sr. Presidente permitirá o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. É importante analisarmos a questão do Fundeb. Depois da modificação do projeto na Câmara dos Deputados, em que foram acrescentadas mais atribuições ao Fundo, mas com os mesmos valores, a grande preocupação que devemos ter agora – e V. Ex^a é uma pessoa tão dedicada a este assunto – é que corremos o risco de ter reduzido o valor médio por aluno, o que significa baixar a qualidade do ensino. Essa é a grande preocupação. E temos inclusive discutido em audiências públicas que esse é o risco que corremos. Não há dúvida a esse respeito, pois, no momento em que se acrescentam mais alunos mantendo a mesma estrutura de receita, matematicamente, pode-se incorrer nesse erro. É esse o grande perigo que deve ser analisado no Senado Federal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Esse é realmente o grande problema apontado pela Confederação Nacional dos Municípios. Levanta-se, primeiro, a fonte de recursos e, segundo, se não há fonte de recursos, vamos distribuir o mesmo bolo por uma quantidade muito maior de alunos, porque vão se somar ao Fundef os alunos da educação básica, o que, evidentemente, tornará inviável para o Fundef a existência daqueles recursos, que serão diminuídos, e, para o Fundeb, não resolverá o problema também.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador Osmar Dias, há progressividade na implantação, inclusive alterações de percentuais dos impostos que serão alocados para o Fundeb; e há, indiscutivelmente, recursos da União que serão incluídos no Fundeb, de forma também gradativa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas é preciso citar a fonte, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pois é. Esta é a questão que precisamos verificar: a fonte. Não da forma como muitas vezes temos ouvido, de que não há recurso. Haverá recurso. Tem de haver recurso. É claro que se vamos colocar mais pessoas para receber o benefício, só existe um jeito de não diminuir o custo-aluno: colocar mais recurso na conta da divisão. O assunto é pertinente, e nós o temos debatido nas audiências públicas. Há o convencimento de que vamos ter mais recursos, porque é o que está demonstrado em todos os trabalhos que temos acompanhado. Apenas em termos da União, algo em torno de quatro bilhões a mais.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora, a preocupação é que não seja através do aumento da carga tributária. Essa é a preocupação. Se for para aumentar a carga tributária, fica fácil.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, por favor.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Indiscutivelmente, não há esse viés de carga tributária. Até porque isso contraditaria todos os esforços que o Governo tem feito para a redução de carga, para a desoneração de setores, como fez agora, recentemente, com relação à construção civil. Não tem coerência imaginar que se aumentarão recursos aumentando-se a carga tributária, porque esse não é o comportamento que o Governo vem adotando numa série de medidas de desoneração tributária.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas não tem coerência o Governo dizer que vai aumentar os recursos e não citar a fonte.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Então, vamos discutir a questão da fonte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Neste caso, podemos acreditar que é por aumento de carga tributária.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas, se não há citação da fonte e se se pressupõe que vai aumentar a carga tributária ou que vai diminuir o valor aluno, esse pressuposto não é coerente com aquilo que o Governo vem praticando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas, para o Governo ser coerente, ele precisa obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal e citar a fonte.

Senador Tourinho, meu tempo já terminou. O Presidente tem sido complacente, tem sido um verdadeiro irmão.... (Risos.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – É só uma observação. O número de alunos que passaram a integrar o Fundeb cresceu, mas o montante de recursos postos à disposição não cresceu. Conseqüentemente, neste momento, queira ou não o Governo, tem-se uma tendência de queda do valor médio por aluno, ou seja, queda da qualidade. Não tenho dúvida disso. Tanto é assim que aquela parte que o Governo Federal deve alocar, de um bilhão e novecentos, deve ser antecipada, porque só se vai atingir os quatro ou cinco bilhões no quinto ano, no final do quinto ano, apesar de o Governo já estar anunciando, em todas as emissoras de televisão do Brasil, o Fundeb como um fundo financeiro já existente. Isso não é verdade, porque está em discussão no Senado, e aquele valor que só será atingido no quinto ano está sendo colocado para o País como se fosse uma obrigação imediata do Governo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu vou encerrar porque se foram alguns minutos além do meu tempo.

Mas gostaria de deixar bem claro: somos a favor da criação do Fundeb, mas com citação de fontes e recursos. Não concordo que se coloque um programa em funcionamento e, depois, para justificá-lo, se aumente a carga tributária, sacrificando assim, mais uma vez, o setor produtivo nacional. Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A próxima inscrita é a Senadora Patrícia Saboya, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu conversava agora há pouco com a Senadora Ideli Salvatti e com o Senador Cristovam Buarque, que eu encontrei na entrada do plenário, sobre o assunto que me traz à tribuna hoje. S. Ex^{as} demonstravam a mesma indignação e preocupação que eu também tenho procurado trazer a esta Casa por intermédio da tribuna, dos debates, da coordenação da Frente Parlamentar de que tenho o privilégio de ser coordenadora aqui no Senado, ou por meio das comissões de que faço parte, discutindo assuntos relacionados à educação, à saúde e principalmente às políticas sociais para os mais pobres e humildes do Brasil.

Neste domingo, nós, brasileiros, tomamos mais um brutal choque de realidade por meio de duas importantes reportagens. Uma delas, publicada pelo jornal **O Globo**, traz dados e informações contundentes sobre o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e mostra, de forma precisa, que, passados três

anos da CPMI do Congresso Nacional que investigou esse tema, as redes criminosas identificadas pelo nosso trabalho continuam atuando a pleno vapor.

A outra reportagem, veiculada ontem pelo programa Fantástico, da TV Globo, é um impressionante e corajoso documentário sobre o envolvimento de meninas e meninos no submundo do tráfico de drogas. Intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”, o filme foi produzido pelo **rapper** MV Bill e pelo coordenador da Central Única de Favelas, Celso Athayde.

Ambas retratam o Brasil real, o Brasil que muitos de nós que vivemos entre os salões azul e verde do Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito e as acirradas disputas políticas e partidárias não conseguimos ver, não conseguimos sentir e não conseguimos enfrentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a duração de 58 minutos, o documentário de MV Bill e Celso Athayde apresenta depoimentos impactantes de crianças e adolescentes, moradores de várias favelas brasileiras, que vivem no seu dia-a-dia a perversa realidade do tráfico de drogas. São meninos que entram cada vez mais cedo nesse mundo. Tornam-se soldados do tráfico com menos de dez anos, arriscam a vida cotidianamente, trabalham horas a fio, madrugada adentro, tentando manter-se à custa de drogas, acordados e “anestesiados” para, assim, fugir de sentimentos como alegria, tristeza, ódio, frustrações, mágoas e carências.

MV Bill e Athayde captaram 217 horas de imagens entre os anos de 1998 e 2003, e, dos 16 personagens, Senadores e Senadoras, dos 16 personagens principais, 15 morreram. De acordo com Athayde, o único sobrevivente está preso.

As histórias registradas nesse documentário, Sr^{as} e Srs. Senadores, não são desconhecidas de todos nós. Ao contrário, diariamente lemos, escutamos no rádio ou vemos na televisão relatos de tragédias envolvendo meninas e meninos que moram nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Semana passada, o Senador Cristovam Buarque trouxe para este plenário, mais uma vez, o assunto da exploração sexual e da falta de políticas públicas no nosso País, seja no âmbito Federal, seja no Estadual, seja no Municipal; referiu-se a Governantes que se esquecem, ao assumir o mandato, da prioridade estabelecida lá atrás nas campanhas, nas televisões, nos rádios, nos programas eleitorais de Partidos, em que diziam que as crianças devem ser prioridade, que devem ser olhadas com um olhar diferente, não de piedade, mas de solidariedade, para que pudéssemos construir...; assinam documentos, comprometendo-se a defender os direitos da criança e do adolescente, mas, infelizmente, quando voltamos para esta Casa,

vemos um Orçamento minguado e, depois, ainda há o contingenciamento do dinheiro público necessário às áreas de políticas sociais.

É um Governo que, mais uma vez, não prioriza o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Neste ponto, assumo a responsabilidade de ter falado, sim, a jornalistas. Parabenizo o jornalista Alan Gripp, que me entrevistou e me perguntou qual era a situação da infância das crianças de nosso País depois da votação do relatório da CPI e das recomendações severas e duras que havíamos feito para que esse problema fosse enfrentado. Respondi que nada tinha acontecido de lá para cá. Ou, se aconteceu, digo que muito pouco – muito pouco – e ainda não aquilo que sonhamos, queremos e pretendemos para o presente das nossas crianças. Não falo mais nem do futuro. Falo do presente, do dia-a-dia, do Brasil real, daquele a que nós todos brasileiros, ou a grande maioria, Senadora Ideli Salvatti, assistimos ontem no programa Fantástico.

As histórias registradas nesse documentário são as mais terríveis possíveis. Infelizmente, porém, não são raras as vezes em que essas crianças viram apenas mais um número nas estatísticas frias sobre violência urbana. Daí a importância do filme, que mostrou de forma inédita, a partir do olhar das crianças e de suas famílias, o triste cenário da verdadeira guerra civil que o Brasil vivencia dia após dia.

O documentário mostra, Senadora Ideli, sem filtros, como a vida dessas crianças não vale mais nada. Os sonhos típicos da infância não puderam ser vividos, mas estão lá guardados na alma e no coração dos meninos.

Fiquei particularmente impactada, Senador Mão Santa, com algumas frases ditas pelos adolescentes. Um deles, um garoto que provavelmente tem cerca de dez anos, ao ser perguntado se não tinha medo de morrer disse, simplesmente: "Se eu morrer, nasce outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer, vou descansar. É muito esculacho nessa vida." Outro menino, provavelmente também com dez anos, ao responder à clássica pergunta sobre o que queria ser quando crescesse afirmou, com naturalidade, que queria ser bandido, com uma voz rouca e poucos dentinhos. Dava para ver que eram dentes ainda malformados, dentes-de-leite, dentes de uma criança envolvida com o tráfico de armas e de drogas em uma das grandes favelas deste País.

Ficou evidente, em vários depoimentos, a vontade daquelas meninas e daqueles meninos de sair do tráfico, o desejo de abandonar a bandidagem. Sempre adiam. "É só mais um dia; só mais um mês; só até conseguir dinheiro para comprar minha casa; é só

até conseguir dinheiro para fazer o supermercado; só até eu conseguir dinheiro para comprar alguma coisa que vou largar a bandidagem, que vou sair do tráfico. Esses são os comentários que fazem. No entanto, geralmente, não chegam até os dezessete anos, porque morrem antes. Há pais adolescentes, e filhos vêm os pais adolescentes morrer na porta de casa com um tiro na cabeça.

Hoje, enquanto estamos aqui discutindo se o PMDB – como ouvi o Senador Mão Santa falar – fará ou não prévias, se apoiará o Presidente Lula, se o Lula será candidato à reeleição, se será Alckmin, se será Serra, nossos filhos estão morrendo! Morrendo!

Estou cansada, Senadora Ideli Salvatti, de vir a esta tribuna falar todos os dias sobre isso. Não aguento mais – e não é como Senadora, é como mulher, como cidadã, como mãe – ver essa guerra que está acontecendo neste País. Nós estamos aqui discutindo juros, PIB – abaixa, diminui, aumenta –, enquanto o País está aí. E é isso o que estamos deixando de herança. O que eles têm na cabeça, o que eles vêm são maus exemplos. Quando eles estão lá morrendo, não há ninguém para acudi-los. Quando eles estão lá sofrendo, não há ninguém para falar por eles, porque a mãe já morreu, porque a mãe está passando fome, porque a mãe está se prostituindo, porque a mãe está trabalhando de babá na casa dos ricos, cuidando dos filhos dos ricos. É assim a realidade. E isso tem me doído muito. Mas, mais do que doído, tem me indignado. Mais do que me indignado – permitam-me, Senadoras e Senadores –, tem me revoltado, porque sou Senadora e consigo fazer muito pouco por aquilo em que acredito. Às vezes, os bastidores da política nos dão nojo, porque sabemos que lá fora está o povo, que precisa de nós; não é aqui. Nós nos prendemos a tanta coisa pequena, a tanta besteira, a tanta bobagem, enquanto os nossos filhos estão morrendo. Não os meus, porque, graças a Deus, tive condições de criá-los bem. Graças a Deus, estão todos estudando, prestes a se formarem, mas os filhos das marias, que não têm ninguém que fale por elas. São os filhos desses homens e dessas mulheres que não têm ninguém que fale por eles.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, é muito importante o depoimento de V. Ex^a. É uma vida. Somos vizinhos do Ceará. Aqui nunca votamos juntos porque, mais velho, mais sofrido, pude antever determinadas coisas. Fui prefeitinho, lutei, vi a luta de V. Ex^a no Ceará e vi – vamos dizer – a gratidão e o respeito que o povo tem por V. Ex^a. Então, o que houve é simples. A Constituição tem um

sentido. Rui Barbosa disse que só há um caminho para a salvação: "A lei e a justiça". Todos nós vimos Ulysses beijar a Constituição e dizer: "Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira, é cavar uma cova para entregar a liberdade". E a Constituição prevê isso. Fui prefeitinho. Isso a que V. Ex^a se referiu era mais fácil para as primeiras-damas – como foi V. Ex^a, com muita grandeza – com as virtudes, a grandeza e os compromissos de mulher, porque o bolo está previsto. De toda a receita do País, 53% destinam-se ao Governo Federal, 25,5% aos Governos Estaduais, 21,5% às Prefeituras. Então estipularam 2% para o FNE. Criaram essas taxas de tal maneira que os prefeitinhos, que estão próximos de suas esposas – V. Ex^a foi esposa de um Governador – não pode mais dar aquela assistência. Como era fácil, quando fui prefeito, a minha esposa criar, pela LBA, uma creche. Então, eles esvaziaram de 21,5% da receita para 14,25%. O caminho é obedecer a Constituição. Esse era o meu depoimento. Para criar o Fundef e o Fundeb, tiraram mais do prefeitinho. Quando foi fundado o Fundef – eu era Governador, e o Tasso Jereissati também –, eles pegaram 25%, sendo 15% obrigatório. Isso ia para um poço. Quem tinha mais aluno tirava mais. O Governo Federal nada deu. Acabou a LBA. As crianças estão abandonadas, mas graças a Deus o povo do Ceará teve a sabedoria de mandar V. Ex^a para cá, a fim de, com seu trabalho, despertar sensibilidade e responsabilidade em todos nós.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Obrigada, Senador Mão Santa. Sempre é muito importante ouvir o depoimento de V. Ex^a, que teve experiência como prefeito e tem aqui defendido, de forma séria, o povo do seu Estado, o Piauí. É meu conterrâneo, colega nesta Casa, com quem tenho procurado aprender também sobre as políticas, principalmente sociais.

Ouço, com muito prazer, a Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Patrícia, tinha certeza absoluta de que V. Ex^a seria uma das vozes na tribuna hoje, depois do programa do Fantástico, exibido ontem à noite. Ao longo do programa, apareceram imagens e personagens que envolvem a minha querida Florianópolis, onde moro desde 1988. Acompanho a evolução do domínio do tráfico, do crime organizado, em vários locais. É um domínio progressivo, absoluto. Para enfrentá-lo é preciso ter muitos recursos, mas principalmente muita coragem. Nesse período todo que acompanho a evolução do domínio do tráfico em vários morros, em várias localidades pobres de Florianópolis, uma figura se destaca pelo trabalho que lá desenvolve há muitos anos. É o

Padre Wilson Grow. O Padre Wilson Grow faz um trabalho de articulação das escolas, de formação, de curso preparatório para vestibular para os jovens do morro, que têm obtido aprovação significativa na Universidade Federal. Quem acompanha toda essa evolução do domínio do tráfico em Florianópolis comprehende uma frase que o Padre Wilson diz sempre e que para mim é a mais forte. Ele diz: "Enquanto eu tento convencer pelos projetos e por tudo aquilo que conseguimos montar na rede de interligação das comunidades que estão sofrendo o avanço do tráfico e do crime organizado, enquanto tento convencer e cooptar, trazer alternativa de vida, oferecendo – quem sabe? –, lá na frente, um emprego de salário mínimo ou um pouquinho mais, o tráfico oferece a esse mesmo jovem muito mais do que um salário mínimo por semana, tão-somente para ele ser olheiro". Então é absolutamente desigual porque a oferta, o que é apresentado para a nossa criança, para o nosso adolescente, em termos de momento, e todos sabem o que é aquele momento. O que o Fantástico mostrou é como essas crianças estão ali colocadas naquele momento e vão viver com aquele recurso a mais, com aquele dinheiro a mais, tanto fazendo se depois vão morrer rapidamente ou vão perder a vida, porque é muito atrativo, e a alternativa é muito longínqua e muito difícil. Em Santa Catarina, estamos acompanhando a implantação de algo pelo qual brigamos muito para termos. Estamos com o Consórcio da Juventude, que é um dos programas do Governo Federal – inclusive, agora, no dia 31, será a formatura de mil e duzentos jovens, aproximadamente 10% dos jovens em situação de risco na grande Florianópolis, jovens que estão exatamente sendo disputados com o narcotráfico, com o crime organizado. Eles estão recebendo formação, ajuda de custo e vão agora se formar no dia 31. É muito pouco, Senadora Patrícia Saboya, é muito pouco. Tenho acompanhado este projeto. Alguns dos que apareceram no Programa do Fantástico perderam a vida entre o anúncio e o início do programa, coisa de dois ou três meses; perdemos alguns jovens, que foram assassinados. Agora, este programa Consórcio da Juventude tem feito uma verdadeira revolução nessas comunidades, porque cria uma alternativa efetiva para o jovem se capacitar, ter uma convivência mais sadia, mais integrada, e com chance, com esperança. Porque esses jovens, se não tiverem esperança, se entregam mesmo. Não tendo alternativa, eles se entregam. Então, todo esforço é pequeno, é pouco. E, como diz o padre Vilson Groh: eu, que estou nestas comunidades e neste trabalho há mais de três décadas, é a primeira vez que consigo colocar, com a magnitude, com o volume de recursos e de expectativa, para dar uma saída. Então, eu queria

deixar aqui este registro, porque nós brigamos muito. Dois milhões e seiscentos estão sendo aplicados na capacitação, na formação e na perspectiva de emprego para 10% dos jovens em situação de risco da grande Florianópolis. Durante esse mesmo período, com o mesmo recurso, foi instalado um posto com heliporto no topo da maior comunidade que tem narcotráfico em Florianópolis, que é o Morro da Caixa. O que os jovens e a comunidade pede é o seguinte: em vez de repressão, se nós tivéssemos mais recursos para capacitação e para formação, talvez combatêssemos o narcotráfico com mais eficiência. Por isso, parabenizo V. Ex^a por trazer o tema com esta indignação. No meu Estado, na minha Santa e bela Catarina, nós temos uma expectativa criada – que ainda é muito pouco – a partir de uma política pública de formação e de capacitação, desenvolvida pelo Governo Federal, que é o Consórcio da Juventude, com o qual teremos a capacidade de estender, cada vez mais, para um volume maior ainda de comunidades. Porque a única maneira de sairmos vitoriosos na disputa da juventude com o narcotráfico, com o crime organizado, é oferecer educação e alternativa de emprego. Senão, já perdemos há muito tempo esta guerra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE)

– Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Quero até parabenizar V. Ex^a porque acho que essa é uma conquista importante. Como V. Ex^a diz, é um passo que se dá. É pouco, mas é um passo, e cada passo que se dá é importante ser comemorado.

Ainda continuo batendo na mesma tecla. Às vezes falamos que 98% das crianças estão na escola, 99% em alguns lugares, mas esses numerozinhos que faltam para completar são esses que estamos vendo no Fantástico, são aqueles que não estão na escola; são aqueles que não têm nenhum tipo de perspectiva de vida; são aqueles que não tiveram acesso a nenhum tipo de complementação escolar; são aqueles que não tiveram acesso ao esporte, que nunca tiveram acesso à cultura, ao lazer, e que continuam ainda na batalha do dia-a-dia pela sobrevivência. Porque acaba sendo certamente mais sedutor, no mundo e no País em que vivemos, acabar sendo bandido, até porque os exemplos não são muito bons.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – O pior, Senadora, é que muitos desses estão entre os 96% ou 98% que estão na escola, porque estão apenas matriculados. Este é um dado falso, dizer que há 96% das crianças brasileiras na escola. No máximo, podemos dizer que há 96% das crianças matriculadas no ensino fundamental. Vão um dia, não vão outro. Mas eu queria falar é que a Senadora Serys tocou na pa-

lavra certa: a indignação que V. Ex^a trouxe aqui, e isso está faltando nesta Casa. Aquele filme deveria passar aqui em sessão plenária, para ver se despertamos. Mas não é só aqui não que está faltando isso. No Governo Federal, no Poder Executivo também. Hoje de manhã, no programa Café com o Presidente, na rádio, eu tinha certeza de que ele iria tocar nesse ponto. Eu tinha certeza de que ele iria falar da matéria de ontem de **O Globo** e do Fantástico, mas não. Falou até sobre um programa que tem a ver com educação, Segundo Tempo, um grande programa, mas comemorou cinqüenta mil vagas novas. Cinqüenta mil, gente, é 0,1% dos quarenta milhões de crianças e jovens nessa idade! Quarenta milhões nós temos! Dividam aí, acabo de dividir: cinqüenta mil por quarenta milhões dá 0,1%, uma em cada mil. Comemorando isso? Falta indignação. É por falta dessa indignação – e vou suspender a minha fala para não atrapalhar o discurso fundamental da Senadora – que em fevereiro de 2003, numa reunião no Ministério da Justiça entre quatro Ministérios, foi defendida a necessidade de criar um órgão, uma pessoa que lute concentradamente pelo fim da prostituição infantil. Faz três anos. Há mais de um ano, V. Ex^a fez um discurso aqui concluindo a CPI. E a indignação continua. Não é falta de dinheiro, porque não custa muito. É falta de indignação. Nós nos acomodamos com a realidade presente, e isso é injustificável do ponto de vista do Poder Executivo, é injustificável do ponto de vista do Presidente Lula, mas é injustificável também aqui no Congresso Nacional. Felizmente, existem vozes como a sua, que trazem aqui a indignação, como disse a Senadora Serys.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, agradeço suas palavras sempre tão certas, com tanta indignação. Eu tenho aprendido muito nesta Casa, ouvindo seus depoimentos, seus pronunciamentos nas Comissões, como se envolve de coração nessa causa. Acho que é isso que falta a todos nós, brasileiros. Se fôssemos aqui pensar, botar a mão na consciência, eu acho que falta por todos nós. E está dito na Constituição, como o Senador Mão Santa disse, que a criança é responsabilidade de todos nós. Se falha a família, se falha o Estado, se falha a sociedade, o que é que resta para cada uma delas?

Eu peço ao Senador Presidente que me dê a oportunidade apenas de terminar o meu pronunciamento, porque recebi apartes muito importantes e gostaria de concluir-lo.

Há muito tempo eu bato na mesma tecla, repito as mesmas palavras, luto pela mesma causa e acho, sinceramente, que não podemos mais perder um minuto sequer. Cada minuto sem uma ação contunden-

te de resgate da infância e da adolescência significa a morte de milhares de meninos e meninas. Significa perder essas crianças para o mundo das atividades ilícitas, como disse a Senadora Ideli Salvatti, para as drogas, a exploração sexual, para o trabalho humilhante e insalubre. Cada minuto sem que nós façamos algo pelas nossas crianças significa desperdiçar um gigantesco potencial de crescimento, de desenvolvimento do nosso País.

O que poderia ser mais importante para o Brasil senão o investimento nas pessoas, senão o investimento em políticas públicas capazes de recuperar a auto-estima e a dignidade dessas famílias? Será que esses meninos e meninas nascem querendo virar bandidos ou prostitutas? É claro que não.

Muito me impressionou o depoimento de uma mãe que disse que o seu filho de menos de três anos já sabe o que são drogas, o tráfico, o que é essa insanidade na guerra que está acontecendo nas favelas, na periferia do Brasil. No entanto, ela diz com uma tremenda força e determinação, que acho que só uma mãe pode dizer: "mas eu quero mostrar para ele o que existe além do tráfico." Ou seja, uma mulher que vive nessas condições! Em todos os depoimentos, Senador Heráclito Fortes, a que assisti ontem, no Fantástico, dos meninos, percebia-se respeito, amor e carinho pelas mães. É impressionante como esses meninos endurecidos, brutalizados pelo crime, pela marginalidade, pela dor, pela fome, pela tristeza, pela mágoa e pela revolta, ainda se levantam para defender suas mães, aquelas que os fizeram, aquelas que os carregaram no ventre.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Fique tranquila, porque estamos conquistando audiência como nunca dantes e V. Exª tem mais cinco minutos ou quantos quiser.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB

– CE) – Muito obrigada, Senador Mão Santa.

Sabemos que a luta contra problemas complexos como o tráfico de drogas e a exploração sexual não é uma tarefa simples, não se resolve com uma varinha de condão. Mas sabemos também que é viável, sim, reverter esse ciclo vicioso que contaminou a vida de milhões de famílias brasileiras. Não me canso de dizer que o que essas crianças pedem, na verdade, é muito pouco. Elas querem acesso a uma boa escola, elas querem jogar bola, querem brincar de bonecas, pular cordas, soltar raia, papagaio, correr na praia, na calçada, freqüentar, quem sabe, um curso de língua estrangeira para aprender a falar o inglês, um curso de informática, poder desenvolver suas potencialida-

des natas, como tantas outras crianças no País podem fazer.

No entanto, nós sociedade brasileira; nós políticos, para não falar só de alguns; nós representantes do Poder Público, não temos sido capazes de enfrentar esse "monstro", como disse o próprio Celso Athayde ao se referir à guerra instalada do tráfico de drogas. Por que não conseguimos dar as condições necessárias para que essas famílias tenham uma vida digna? E isso começa no ventre, começa na barriga. Não começa quando a criança tem 10, 12, 13 anos, e já foi cooptada pelo tráfico. Aí não tem mais jeito. Não tem mais jeito trocar o Bolsa-Família, ou o Peti, ou qualquer que seja a Pochete ou a Bolsa, por algo que o tráfico dará para essas crianças, que, como disse a Senadora Ideli, é muito mais. Vai oferecer muito mais. E aí nós já perdemos essa batalha, já perdemos essa guerra.

A minha luta começa desde quando a criança está na barriga da mãe; começa por prorrogar a licença-maternidade, para que essas crianças tenham o cuidado, o carinho, o afeto de sua mãe.

Que coisa de cofre público! Tudo que falamos agora é: "E os cofres públicos!"; "Vai desestabilizar a economia!..." Meu Deus, e não vai desestabilizar uma criança!? Não vai criar seqüela na vida de uma criança, se a criança não pode mamar no peito da mãe agora? Não pode mais! Não pode, porque o empresário lá vai ficar com raiva; o Governo Federal não pode dar estímulo, incentivo de imposto, porque tem que pagar juros, porque tem que pagar dívida, porque tem que pagar isso ou aquilo... Cansei desse discurso. Isso não é verdade! E o povo brasileiro precisa saber que isso não é verdade, porque, se tem dinheiro para estruir, para jogar fora, para deixar ir pelo ralo, então tem dinheiro para investir em escola, tem dinheiro para investir em educação, tem dinheiro para investir em saúde. Este discurso de que vai desestabilizar as coisas é muito fácil e falso, e eu não vou mais ficar calada diante deles. Recebo promessas, as pessoas se comprometem, as pessoas juram que vão fazer e vão acontecer e, quando viramos as costas, está lá, a mesma situação que deixei quando presidi a CPI, Senador Mão Santa.

Fico com vergonha! Com vergonha, porque fui Presidente de uma CPI, andei por 22 Estados brasileiros com um monte de Senadores, Deputados e Deputadas. Ouvi crianças dizerem o que pensavam. Denunciaram, tiveram coragem. E agora estão lá do mesmo jeito. O criminoso continua passeando na calçada à beira-mar. O turista alemão chega à minha terra e diz: "Aqui, é muito fácil ganhar uma criança. Basta se oferecer um prato de comida que elas se vendem. Elas

fazem sexo". Sabe a idade dela, Senador Mão Santa? Cinco a seis anos. São essas crianças!

O jornal **O Globo** publicou três páginas de reportagem. Agradeço ao jornal de novo porque pode ser que, a imprensa escrevendo, sejamos ouvidos. Às vezes, penso que os governantes ficam tão cercados de tantos cuidados, de tantas pessoas que dizem "você está ótimo; continue; está bom demais, é assim mesmo", que a pessoa vai-se iludindo. Não estou falando somente do Presidente Lula, não. Estou falando dos governantes como um todo, até de nós Senadores.

Não me esqueço do Senador Pedro Simon me dizendo quando cheguei aqui: "A gente fica aqui nestes tapetes azuis, nestas luzes que parecem luzes de boate" – foi assim que S. Ex^a disse – "e, às vezes, nos esquecemos do que existe do lado de fora, à porta".

Por isso, às vezes, quem está fazendo um trabalho sério e quem é honesto fica revoltado. Quando aparece, aparece todo mundo. "Todos os políticos não prestam; todos são ladrões, todos são corruptos". Eu não sou. Não sou! Estou fazendo o que eu posso. Mas também estou cansada e desiludida com toda essa situação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Por isso, perdoem-me o desabafo que faço hoje desta tribuna, mas não aguento mais ouvir esse tipo de coisa quando chegamos lá fora. As pessoas nos dão puxão de orelha com razão porque elas só ficam escutando exemplos ruins e pensando: o que há para a gente?

Qual é o ídolo? No Fantástico, ontem, diziam: "Meu ídolo é aquele que toma conta de mim". É o traficante um pouquinho mais velho que já está tomando conta dos mais novos. E o repórter pergunta: "Quem é o seu ídolo? É ele". Não é o Presidente, não é o Senador Cristovam Buarque, não é a Senadora Patrícia, não é um atleta, um corredor. O ídolo é um bandido que está lá na favela. É com quem ele consegue uma graninha para comprar uma roupa da moda, para comprar um tênis, para dar comida à namorada. É assim. O mundo em que vivemos está desse jeito.

Se o Brasil investisse desde cedo nas suas crianças, tenho certeza de que evitáramos esse caminho tortuoso. Por isso, volto a dizer que é fundamental garantir a toda a criança brasileira uma educação de qualidade, libertadora, desde a primeira infância. Somente isso não é suficiente. Temos que olhar para dentro dessas famílias, que muitas vezes estão desestruturadas, sendo mantidas – Deus sabe como – com a garra e a determinação de milhares de mulheres.

É claro que tivemos avanços. Nos últimos anos, houve várias políticas sociais. Foram importantes, mas creio que precisamos ir além do arroz com feijão. Recentemente, li na revista **Época** uma lúcida entrevista com o economista Ricardo Paes de Barros, do Ipea. Ele fez uma sugestão pertinente no sentido de que pudéssemos avançar, por meio dos programas de transferência de renda, que tiveram êxito no Governo Lula. Precisamos avançar, aprimorar e capacitar esses programas para que possam atender integralmente às famílias. Assim, acredita ele que seria mais fácil conhecer as necessidades e as demandas, as peculiaridades de cada uma dessas famílias, como um caminho de libertação desse tipo de ação que muitas vezes é assistencialista.

Não quero mais me alongar nessa fala, Srs. Senadores. Acho que o documentário, Senador Mão Santa, e as reportagens publicadas pelo jornal **O Globo** falam por si. É só querermos ver, é só querermos sair do imobilismo. Precisamos agir e agir já, com urgência, em várias frentes, com a participação de vários atores.

Eu gostaria, finalmente, de parabenizar o rapper MV Bill e o produtor Celso Athayde, pela coragem e determinação na condução desse trabalho. Eu gostaria de parabenizar, na verdade, toda a equipe da TV Globo envolvida nessa empreitada. E, finalmente, parabenizar os repórteres e editores do jornal **O Globo**, que também, corajosamente, mergulharam no triste e complexo universo da exploração sexual.

Por fim, Sr. Presidente, eu solicito, se possível, a inclusão dessas reportagens, tanto o documentário como as matérias publicadas no jornal **O Globo**, nos Anais desta Casa e pedir – evidentemente que talvez V. Ex^a não possa me dar a resposta agora – que a TV Senado peça à Rede Globo o direito à retransmissão desse filme, para que seja possível, como disse o Senador Cristovam Buarque, veiculá-la durante pelo menos uma semana em diversos momentos, a fim de estimular o debate em torno do Brasil real.

Srs. Senadores, que o grito de socorro dos meninos e meninas entrevistados por essas reportagens – e quase todos já morreram, já se foram; repito: de dezesseis, quinze já morreram – possam tocar os nossos corações e sejam capazes de nos tirar da inércia e de nos conduzir à construção de um País verdadeiramente justo, digno da grandeza de seu povo.

Muito obrigada.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno.)

infância vendida

Em Recife, miséria regula o mercado livre do sexo

Em bairros da periferia, meninas de 5 ou 6 anos fazem sexo oral às vésperas de todos por valores entre R\$ 0,10 e R\$ 0,50

— 5 —

» BCECE. A matéria dada na página 20 menciona de sexta em Pernambuco. Se na praia de Boa Viagem, na Zona Sul de Recife, onde sócio o estabelecimento de turismo sexual, um programa pode render até R\$ 200 por noite, na periferia da capital as meretrizes comecaram a sofrer abusos a partir dos 5 anos, quando se submetem a todo tipo de humilhação por meados de R\$ 1. Enfim os 11 e os 12 anos, já estavam no vício, chegaram a sair com as roupas mais baixas que só dão, por preços que variam de R\$ 15 a R\$ 30.

Fora o que o GLOBO constatou, devido a conversas com entidades não-governamentais que estavam lá, ficou e no interior acompanhando membros em situações de risco. E também se viu um balanço de capital, onde em agosto uma nova medida cito medidas como medidas intensivas a 15 anos (que já atuam nas ruas, nações e países). Das outras, sem "tratamento" sem que se possa falar coicamente e, duas a dezenas por influência da própria mãe. Essa onda caiu sobre o prado da Zona Norte pede o aeroporto.

mais barato. Já tentaram a lixaria de praia, em busca de um truque melhor: mas afirmam que foram repreendidas com hostilidade nessa confusão só da costa.

Mélinne são vítimas de abusos desde muito cedo

Se na Zona Sul se dárotas buscam prigios porque dão-
rás reencontro, roçadas e sépolturas
de gente, na periferia e no interior
que o conta madeira é a pri-
meira necessidade: o pátio de
conduto. O problema pode ser
observado à luz do dia, em
praias centrais, como é da in-
dependência ou da periferia.
E assim a do Trabalho, no balneário
de Casa Amarela, a das quin-
taias do centro. Ou ainda
avulsa Artur Lídia e operá-
rios, próximo a uma vila militar e
à sede da vice-governadoria.
Ali, às vésperas de todos, arri-
am com S. E. e amigos já são vi-
ctimas de abusos nas rias.

— Normalmente nessas lojas a penetração africana não se efetua. Mas temos visto garotinhos periquinhos, residentes nas favelas do bairro de Santo Amaro, que recebem R\$ 0,50 para levar secos e cozidos no estrela do metrô ou no interior das favelinhas — Mar-

uma Minha Peleira, ministra da
Relei de Combate ao Abuso Se-
xual de Recife e integrante do
Comitê de Comunidade e Cida-
dania da Cesa da Passagem,
uma das muitas entidades que
lidam com rotinas em situação
de risco no estado.

De acordo com uma das hadedoras de entidade, Cristina Mendonça, mais de 30% das meninas atendidas já soharam algum tipo de exatorrato sexual. — A entidade forma grande a rede de amizades e amores, mas

vulnerabilidade e temos muitos casos de crianças e adolescentes que venderam o corpo por um prato de edamame.

Porões e segredos são as suas explorações, diz ONG

Leonardo informa que entre os 5 e os 7 anos as crianças são levadas para a exploração nos sete setor-óvalo, para exercerem a turfez, que é a forma de pôr que os cérebros se misturam. Na semana passada, um ônibus sózinho foi flagrado com uma menina de 12 anos. Ele levou no ônibus uma garota e depois a deixou só.

— Eu saio com trânsito como policial civil, policial militar. Vou para motel, para a casa deles, faço tudo por R\$ 15, afirma C., re-

41 anos, já chegou pelo menos três vezes para falar com homens. C. sózinha gosta de estudar e na última sexta-feira chegou em casa às cinco da manhã. Disse à mãe que dormiria na casa de uma amiga.

De acordo com Adriana Duarri, da ONG Coletivo Mulher Vida, em Pernambuco, acontece de todo dia exploração sexual de crianças e adolescentes, o turismo sexual, a pornografia, a prostituição infantil e por fim o tráfico para exploração sexual.

— As exploradas são basicamente zentinas, pobres e negras — diz.

Ela lembra que se na praia de Boa Viagem o turismo se juntaria por lá render boas dividendos, as garotadas que chegarão a ganhar em dívidas, já vibravam a trajetória das meninas que ficariam na Zona Norte.

— Bom. Vislumbrei todo mundo querer. Mas quem chegou lá já passou pelo que passa lá. A verdade é corpo por R\$ 0,10, R\$ 0,50, R\$ 13. A que chega lá no turno noturno, sobreviveu à fase anterior só porque é cheia lá formada e desbaratada pelo explorador sexual — diz Adriano.

L., 12, uma gravidez e um aborto

Menina conta que cobra de R\$ 15 a R\$ 30 por pichetaria nas suas de Beira-

então só 111 tem opção 12 min. Franquia, corpo ainda só imposta. Quem só usa para L. faxas impraga que ela tá entreiro uma gravidez e só aborta. A mãe é dona de casa e o pai, funcionário Até lá tem tempo ilimitado. L. irredentista seu enólogo é daí pra lá não gosta de estudar. Também não tem ideia do que o futuro lhe reservá. Começou na 15 e só 10 por progresso, e chega a 16 e 17 sets por noite. Vai no hotel à casa do chefe do 112 que lhe necessitava no carro, no meio da rua. Começou a ser sexualmente explorada acompanhado amigos da universidade, quando ainda era virgem e recoberta para o cliente manipulada pelos amigos em formação.

— El viajó éllos amores, entre novios
carras de homenaje y visitaron vivas.
Achéi que conmigo, la acostumbré a
escena rica. Ma pithem vencido, lu-
so, ful miu mico d'los tristes y un
de la gente. Da ful miu bando lu triste
e a gente na mala porque él le tiene.
Nito que, relaciones, o honesto, só je

Além disso, o governo federal deve garantir que o projeto de lei que aprova o novo sistema de previdência social seja votado no Congresso antes de 2014, para que o Brasil possa entrar em vigor em 2016.

prim, mas foi ignorada e maltratada, pelas imbutidas mais experientes. [...] não é um caso isolado no Véneto. Na Itália, onde tem uma só raiz. O C.I.D. Itália incluiu entre os membros que trabalham na noite, duas dezenas com conhecimento direto. Em dia, dia, em aeroporto, centro a L. de se repletem. E não é só no turismo asexual. Nos Alpes: membros que também trocam e respondem para白天as enunciados históricos de exploração sexual. Gravida, uma das noites que seu cunhado deixa de receber visitadas.

— Os bovinos parecem a perguntar quanto é o pregozinho? Convite duas filhas fadas — cerca de 15 anos.

**infância
veneno**

Prostituição infantil já atinge 927 municípios

Nordeste lidera o ranking da exploração, com 31,1%. Regiões Sul e Sudeste concentram 43,2% do total de casos

Ricardo Garibaldi

■ NÓ PÁDUA. Levantamento feito pela Universidade de Brasília em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Unicef registra casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 927 dos 5.561 municípios brasileiros. A surpresa é a presença do estado mais rico do país, São Paulo, com casos registrados em 101 cidades, incluindo o distrito de Cidade Monções, intensamente associado à miséria.

De acordo com o levantamento, que inclui dados registrados entre 2002 e 2004, a região que mais apresenta casos ainda é o Nordeste, com ocorrência em 288 cidades (31,1% do total).

Mas na região Sul e Sudeste, que concentram a maior parte da riqueza nacional, também ocorrem casos: 402 cidades, ou 43,2% do total nacional. Os números refletem, em parte, a maior estrutura nos estados destas regiões. Mas também ajudam a destruir o mito de que a exploração infantil sexual se concentra nas regiões mais miseráveis.

Dependendo do mês da exploração em cada município, o número de casos pode ser maior. O número não necessariamente está vinculado à pobreza, mas à vulnerabilidade social, que é um conceito mais complexo — diz a professora Maria Lúcia Lira, da UnB, que coordenou o levantamento.

Depois de São Paulo, o estado com mais municípios com casos é o Rio Grande do Sul, com 92, seguido por Paraná, com 63 cidades.

— Não existem perfis. Acontece em várias classes sociais, econômicas e culturais. Estende-se à violência intramural, trabalho infantil, drogas — explica a professora.

Cidade pequena surpreende

■ NÓ PÁDUA. Em 2004, a Frente Parlamentar do Combate à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil Juizado da Assembleia Legislativa de São Paulo encerrou o silêncio surpreendente: havia casos em 1.000 cidades, com população entre 6 mil e 15 mil habitantes, nas regiões mais ricas do estado, cidades de Barretos e Ribeirão Preto, conhecidas como a Califórnia Brasileira.

O caso que mais chamou atenção dos deputados é o da pequena Colômbia, com menos de 100 mil habitantes, no interior com Minas Gerais.

As cidades que mais se comprovaram como destino de turistas estrangeiros pela busca do desprido, balançam com a notícia de que o Conselho Tutelar havia desembargo 20 meninas com idades entre 13 e 16 anos que se prostituíram em ranchos de pesca.

O prefeito de Colômbia, Fausto Alexandre Barbosa (PTB), pretende empurrar o problema para o Conselho Tutelar, em reunião com a imprensa.

O problema é que o prefeito de Planaltina proibiu os clientes de suas praias e suas meninas vieram para cá, onde dão mais liberdade — diz o prefeito.

Mas os investigadores o contradizem. Dos seis casos comprovados pela Polícia Civil, três são de Colômbia, sendo suspeitas de que um influente comitê político da agência estaria para os pescadores.

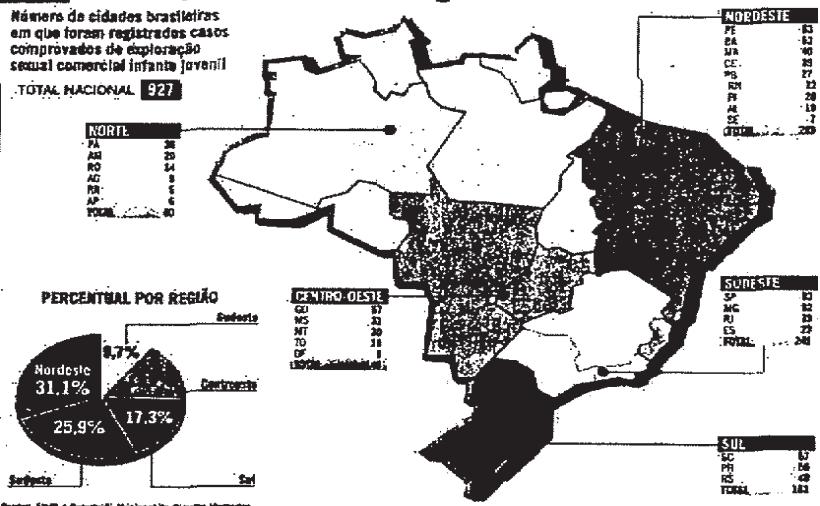
Segundo o prefeito, a menina não é desculpa para que as meninas caíam na prostituição.

— Aqui só não grava lá quem não quer — afirma.

— Aí degrada a estrutura. Bete Sávio (PT), integrante da Frente, disse ter ficado surpresa com a alta incidência de casos em cidades como Colômbia.

— Essa cidade com seis mil habitantes, as pessoas se conhecem e se ajudam, não se desviam. É tudo muito próximo e

O mapa da exploração



Filme retrata exploração aos 12 anos

■ Em 1996, uma reportagem inédita veio a público que se tratava de uma menina de 12 anos que se prostituiu em Serra Talhada, em Pernambuco, em R\$ 0,30, valor pago por um turista. O texto foi guardado pelo cineasta Rudi Lehmann, que, por nove anos pesquisou o tema na imprensa. Lehmann, conhecido como Foguinho, acabou de finalizar "Ajoia do sol", filme de ficção sobre a prostituição na vida de uma menina de 12 anos (interpretada por Fernanda Calindas) que se prostituiu ao longo de nove anos, no interior de São Paulo.

— Tinha reportagens como as publicadas hoje (cenário) no GLOBO, mas com outra data. O interesse é que a tradição não muda. E sempre que é feita uma reportagem, é feita uma outra, mais real — diz Foguinho.

O longa-metragem ganhou na semana passada o prêmio de melhor filme pelo público no Festival Internacional do Cinema de Maceió e deve estrear no Brasil em outubro deste ano. Filmes de ficção com temas de violência, como deuses, o diretor, foi feito no Rio, na Bahia e na Arapiraca.

— O Nordeste, além de ser onde o Brasil foi descoberto, é um grande polo de atração do turismo sexual. E na Arapiraca o governo está aí para atrair turistas, muito material sobre isso. A Arapiraca é ainda uma homenagem ao diretor Jorge Bodamby, que dirigiu "Jacaré", que é um lembrete o único filme brasileiro que toca no assunto.

Inde, além do entrelaçamento, Foguinho vai lançar em cerca de um mês o site www.ajoiadodesol.com.br, que vai divulgar todas as reuniões e reuniões de ONGs que tratam de exploração sexual.

— O importante é manter o assunto na mídia. (Silvana Heitman)

Senado pedirá explicações ao governo

Ministros serão convocados para falar sobre ineficiência no combate à exploração

Alain Grappo

■ BRASÍLIA. À comissão de Direitos Humanos do Senado, vai pedir explicações ao governo sobre a ineficiência dos programas de combate à prostituição infantil no Brasil. O presidente da comissão, senador Cristóvão Buarque (PDT-DF), disse ontem que vai convocar nesta quarta-feira para falar sobre a ineficiência pública que levou os ministros titulares das pastas responsáveis pelo trabalho: Marcelo Thomas Bastos (Justiça), Patrícia Annunziata (Desenvolvimento Social), Luiz Henrique (Trabalho) e Fernando Haddad (Educação). A audiência deverá ser marcada para a próxima semana.

O pedido de explicações

foi motivado pelo artigo de reportagem do GLOBO que mostra a prostituição infantil, que contribuiu para a publicação da matéria. O jornal revelou que pelo menos 17 redes de exploração sexual de crianças e adolescentes denunciadas à Procuradoria Federal em 2004 por uma CPI instaurada na Câmara do Senado continuam atuando em cidades espalhadas por todo o Brasil. As reportagens também mostraram cidades em Paranaguá, no Paraná, em que meninas de 11 e 12 anos fazem programas em favelas por R\$ 1,99.

A reportagem do GLOBO também mostrou que em cidades como Recife há casos de crianças de 5 anos sendo exploradas sexualmente em troca de R\$ 0,10. R\$ 0,50, e

até mesmo de um prato de cerveja.

— Não há escândalo maior no país do que o que foi mostrado pelo GLOBO. É lamentável que isso ainda exista — disse o senador.

“É preciso criar uma fiscalização que coordene o combate”

Cristóvão Buarque, que é ministro da Educação no governo provisório, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que o combate à prostituição seja coordenado apenas por um ministério, o exemplo do que acontece com o programa Fome Zero.

— É preciso criar uma instância que coordene essa trabalho. Enquanto não tiver um encarregado, um ministro lo-

gará a responsabilidade para o outro — disse.

— Vou convocar a presidente Patrícia Annunziata (PSB-CE), a CPI de Exploração Sexual Infantil, deputados, autoridades das cidades onde ocorreram as denúncias de exploração sexual infantil, ministros, que se constatada pelas integrantes da CPI há três anos. ■

No Ceará, programas à luz do dia

Nas ruas de Fortaleza, menores de 9 anos se prostituem

Isabela Martin

■ FORTALEZA. Onde elas estão, é piso na capital cearense, e adolescentes também se misturam ou em duplas pela calada, muita calada, da avenida Presidente Epitácio, corredor de turismo, e a Avenida Beira Mar, cintão porto e onde concentra-se a rede hotelaria. Mas não é apenas o turismo que cada vez mais impulsiona esse mercado. Na beira marítima, em postos mais periféricos, elas se próprias crescentes os clientes do sexo. Considerada média de 12 a 24 anos, mas encontrando-se até de 9 anos, as meninas conseguem restringir aos clientes, como coroas.

A prostituição e a exploração sexual de menores em particular são temas de debates e discussões em todo o Brasil. Para Renato, diretor do Centro de Criança e da Juventude (Cedec), o que trabalha pela proteção jurídica social das vítimas, o combate não pode se limitar à repressão e punição do explorador. As políticas públicas devem ter humanidade e vida de respeito e res-

peito à dignidade das mesmas.

— Não se consegue parar a exploração sexual infantil, nem é preciso, é necessário. Ainda que as políticas públicas o combatam, a demanda é infindável. Roveno denunciava que até novembro do ano passado o governo do estado não havia executado um único centavro de rubrica “combate à exploração sexual infantil-juvenil e contra o tráfico de mulheres”, no valor de R\$ 886,6 mil, do orçamento da Secretaria de Segurança Pública.

Apesar de ter sido denunciada na justiça, a exploração sexual infantil-juvenil permaneceu inexistente em 50 dos 184 municípios cearenses, segundo a deputada estadual Tânia Gómez (PSDB), relatora da CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Assembleia Legislativa, encerrada em dezembro do ano passado.

— Se Fortaleza que é a capital tem dificuldade de dar proteção e esse atendimento, no interior é pior. Se não for feito, daqui a cinco anos a situação estará intransponível — diz a deputada.

A grande Fortaleza continua a desfilar para o mundo. A prefeita Luizianne Lins (PT), que assumiu no ano passado, assinou um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para capacitação e integração da rede de atendimento às vítimas. O convênio é de R\$ 450 mil para esse pro-

Durante o discurso da Sra. Patrícia Sabya Gomes, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Solicito o especial empenho do Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro da Silva, nesse sentido. Cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento.

Passo a Presidência ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se desejar, e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu havia combinado com o Senador Mão Santa minha permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Então, logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a fará uso da palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{os} e Srs. Senadores, tenho dito nesta Casa sistematicamente que a Oposição brasileira ainda não teve a capacidade de criar nenhuma crise para o Governo Lula. O Governo Lula é quem cria todas. Espero que não seja cansativo repetir aqui. A crise dos bingos, por que começou, gerando a CPI dos Bingos? Pegaram o Sr. Waldomiro Diniz, no aeroporto de Brasília, transportando valores e, posteriormente, conversando, em um ambiente fechado, com um bicheiro. Na crise do mensalão, pegaram um funcionário dos Correios recebendo propina de um empresário. (Pausa.)

É tanta crise que temos que lembrar de todas elas, Senador Cristovam. Enfim, na crise do mensalão, houve o envolvimento de presidentes de partidos da Base do Governo, aliciando aliados para interferir em votação ou em rumos de decisão do Congresso Nacional.

Senador Arthur Virgílio, líder atento aos fatos que aqui ocorrem, hoje o **Correio Braziliense** traz um artigo que, com certeza, apesar da falta de capacidade de indignação do País, como diz o Senador Cristovam Buarque, vai obrigar o Governo a prestar muitas explicações.

Senador Antonio Carlos, este não é um assunto novo; ele vem sistematicamente sendo tratado nesta

Casa. E o Deputado Paulo Delgado, fundador do PT, uma das figuras mais respeitadas e admiradas no Partido dos Trabalhadores, escreveu hoje um artigo cujo teor é gravíssimo, sob o título “E o Banco reincide”, que trata das relações promíscuas entre o Citibank e os Fundos de pensão do Brasil.

Senador Antonio Carlos, em vez de dizer que não sabia de nada, o Presidente Lula deveria ter amanhecido determinando a apuração urgente dos fatos que aqui estão. Se o seu companheiro de tantas lutas estiver mentindo e caluniando, ao final dessas apurações, o levasse para o Conselho de Ética e pedisse punição – Conselho de Ética do Partido dos Trabalhadores –; se ao contrário fosse, que punisse todos os envolvidos nessa questão.

Peço antecipadamente ao Presidente da Casa que envie cópias deste artigo ao Presidente do CPI dos Correios, ao Presidente da CPI dos Bingos, ao Presidente da Comissão de Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

O que está dito aqui por um Parlamentar da Base do Governo é da maior gravidade. E é preciso que não haja silêncio da Nação com relação a isso, Senador Mão Santa.

Não vou ler todo o artigo, pois ele será transscrito, mas, lerei apenas um pequeno trecho:

Não há como salvar as aparências: [palavras do Deputado Paulo Delgado] são tortuosos, cheios de truques e falsamente complexos os contratos de opção de venda obtidos pelo Citibank junto aos fundos de pensão brasileiros. É um acordo de coação, certamente resultado do indevido senso de segurança obtido pelo Citi diante do que deve considerar o “espírito” do país. Inexplicavelmente mantido apesar da condenação e advertências recebidas pelas suas ousadas e heterodoxas operações e ações, identificadas pelo comitê de finanças do Senado norte-americano. [E aí vai, Senador Antonio Carlos Magalhães] no México, Chile, Japão e Argentina. No Japão, a rejeição feroz a infringências legais levou ao fechamento de agências, em virtude deste modelo de gestão temerária em busca de posição no ranking nacional a qualquer custo.

Podemos estar diante [palavras do Deputado Paulo Delgado] de mais um dos escândalos corporativos e dos controversos contratos em que se envolve ao redor do mundo o Citibank, rompendo regras de reciprocidade e

elementares princípios do *Trade act*, internacionalmente partilhado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não é de hoje que se vem falando nesta questão. Ele discorre, Senador Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para, em determinado momento, dizer que, na Segunda Vara empresarial do Rio de Janeiro – cita inclusive a reportagem –, o processo tem sentença que não é da juíza. E fala aqui de uma juíza que deu sentença nesse caso, não sei lhe dizer do que se trata porque peguei essa matéria há pouco. É preciso que haja uma investigação severa e séria sobre esses fatos.

Alerto para esse ponto, Senador Antero Paes de Barros, porque estamos finalizando a CPI dos Correios, e temos nela ações envolvendo recursos e desvios de Fundos de pensão, e os presidentes dos principais Fundos não foram ouvidos. O Presidente do Citibank, que é citado desde o início, um uruguaio que reside no Brasil, também não foi ouvido. Não podemos nos calar. Essa indignação tem que ser um direito de defesa do País, como foi na Argentina, no México e pelo mundo afora.

Ouço, com prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT DF) – Senador Heráclito, só para lembrar que tudo isso tem a ver com algo que V. Ex^a falou aqui na semana passada: o Brasil está anestesiado e sofrendo de amnésia. O que V. Ex^a falou agora tem a ver com o que falou a Senadora Patrícia Saboya há pouco; tem a ver com o caso da intromissão na vida privada de um jovem só porque ele veio aqui fazer um depoimento. Há uma anestesia, que é o que causa a falta de indignação por parte do Governo. Para mim, o mais grave que aconteceu nesse tempo todo foram menos os atos de corrupção de um ou de outro do que o acomodamento geral de todos aqueles que fazem o Governo Lula hoje; o acomodamento geral diante de tudo o que acontece dentro do Governo, juntamente com uma indignação geral diante de tudo o que acontece nas ruas. Essas duas coisas casadas, e que têm a ver, é que provocam essa anestesia de que V. Ex^a fala e que precisamos quebrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL PI) – Senador Cristovam, o mais grave disso é que, daqui a meia hora, nós vamos ver transitando pelos corredores do Senado os lobistas desse Banco, batendo em gabinetes, pedindo que não levem o caso adiante, dizendo que isso pode gerar um desconforto internacional. Coisa nenhuma! Esses esclarecimentos, inclusive, estão na filosofia do próprio Congresso americano, que proibiu o Citibank de novos investimentos até que se esclare-

çam fatos nebulosos envolvendo a participação desse grupo, inclusive na Itália.

Senadora Serys, se essa denúncia fosse feita por alguém da base da Oposição, amanhã estaria o Presidente da República dizendo que não querem deixá-lo governar, que estão querendo impedir-lo de tocar o Governo. Mas não: essa é uma advertência feita por um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Paulo Delgado. Aliás, não é a primeira advertência sobre esse assunto e sobre essa matéria.

Senador Arthur Virgílio, mais uma vez, o Governo nos frustra e nos tira o direito de mostrar os escândalos, porque o próprio Governo se encarrega disso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL PI) – Ouço o Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, eu tenho o Deputado Paulo Delgado como uma figura pública da maior seriedade e de muita independência. S. Ex^a se portava de maneira independente em relação aos pontos de vista de seu Partido, sem perder a coerência de petista. Não a perdeu em momento algum no Governo passado. Neste Governo, ele é de muita lealdade ao Presidente Lula, mas não aquela lealdade cega, cabisbaixa, genuflexa. É uma figura que eu admiro, a par de ser um querido amigo pessoal. O Deputado Paulo Delgado faz uma denúncia que merece ser examinada com seriedade por todo aquele que se pretenda um administrador sério deste País. Parabéns a V. Ex^a duas vezes. Primeiro, por citar um adversário que, embora desse valor, é um adversário. E citá-lo positivamente, como V. Ex^a o faz, o que mostra a isenção de V. Ex^a também. Segundo, por V. Ex^a abordar um tema desse calibre, embasado que foi na denúncia do Deputado Paulo Delgado, que ilustra a representação das Minas Gerais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O artigo é muito grave, e o tema merece a atenção da Nação.

Com certeza, não vamos esperar que a Secretaria de Previdência Complementar haja sobre isso. Pelo contrário, ela tem motivo de sobra para não o fazer. Mas o Congresso Nacional, o Senado da República não pode se curvar nem se calar diante desses fatos.

Portanto, Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, faço um apelo para que V. Ex^a determine à Mesa que mande às Comissões citadas aqui cópias desse artigo, com pedido das devidas providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho aos Anais pronunciamento curtíssimo registrando matéria da revista **Veja** com entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a respeito do seu livro lançado agora nacionalmente: **A Arte da Política: A História que Vivi**. É um depoimento de um homem preparado como ele, vivido como ele, sob todos os ângulos, pessoalmente, politicamente, maduro intelectualmente sobretudo, e que merece ser levado à meditação do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores: No mesmo dia em que é lançado nacionalmente seu livro **A Arte da Política – A História**

que Vivi, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso concede entrevista à Revista **Veja**, com uma oportuna análise das forças políticas nacionais e, ainda, uma apreciação acerca do estágio da sociedade brasileira, a seu ver extraordinário.

Na sua apreciação sobre o atual Governo, Fernando Henrique sustenta que “(...) ninguém sente que Lula está no comando. Ele é tático, não é estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos. O petista (Lula) perdeu-se nos escaninhos do poder e suas facilidades.”

A entrevista do ex-governante é longa e vai anexada a este pronunciamento para que conste dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

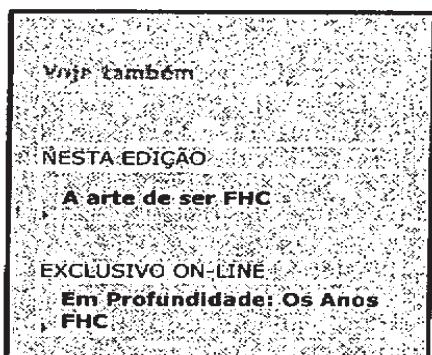
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos. Na entrevista que se segue, o ex-presidente faz uma análise das forças políticas nacionais, fala do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. "Chego até a pensar: 'Mas esse é o Lula ou sou eu?'"

Mario Sabino

Duas semanas antes do lançamento de *A Arte da Política: a História que Vivi*, o ex-presidente recebeu *VEJA* no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo, para a seguinte entrevista:

O senhor foi acusado de ter feito na Presidência um "pacto com o diabo", ao tecer alianças com partidos conservadores e parlamentares que foram ligados ao regime militar. Para justificar tais alianças, o sociólogo alemão Max Weber é evocado no início de seu livro. Segundo Weber, há a ética das convicções e a da responsabilidade. Na política, a ética das convicções seria o pano de fundo de valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade – a movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos. Nesse processo, trata-se de transformar "maus" em "bons". O senhor acredita que conseguiu operar de fato essa metamorfose?



■ Acredito que sim. Inclusive porque, como esse é um processo permanente, dialético, muitos daqueles que ainda eram considerados "maus" já eram "bons". Pegue-se o exemplo do regime militar. No final, quando houve a eleição do Tancredo, o Partido da Frente Liberal, composto basicamente de gente que apoiou o regime militar, coadjuvou fortemente a transição para a democracia. Personalidades ilustres, como Severo Gomes e Teotônio Vilela, foram homens do regime que depois se tornaram ícones da oposição democrática. Eu acho que hoje, depois que o governo do PT se juntou a tantos "maus", sem preocupar-se em transformá-los em "bons", essa crítica que me fazem até perde a atualidade. O importante, no entanto, é entender que o jogo político não é aristotélico – você é de um certo jeito e está acabado. Ao contrário, é preciso tentar ganhar o outro, influenciá-lo. Claro que às vezes você perde a parada para o diabo. Mas, com freqüência, demônios se tornam querubins. Fundamental para as transformações que ocorreram foi a consolidação da democracia brasileira. Ela, atualmente, é um dado que ninguém discute. Veja o caso do Sarney. É marcante em sua trajetória o fato de ter sido um presidente democrata – ele, que foi presidente do PDS, o partido que dava sustentação ao regime militar. Quanto às alianças que fiz na Presidência da República, elas sempre estiveram baseadas numa ética de convicções. No livro, eu insisto na necessidade de o governante tê-la, porque é importante contar com um programa, com objetivos. É isso que permite, no fim do governo, fazer um balanço para verificar se as pessoas caminharam no rumo que você desejava ou não. Eu acho, no meu caso, que esse balanço é positivo. O meu programa sempre foi explícito, escrevi livros sobre o que eu desejava para o país. Eu queria quebrar alguns monopólios, flexibilizar outros, manter a abertura da economia e dar prevalência ao público sobre o estatal. Nesse sentido, muita gente foi sendo ganha ao longo dos meus mandatos.

O senhor acha que o PT, ao converter-se às regras da economia de mercado, se transformou na sua essência de "mau" em "bom"?

■ Essa conversão foi mais de circunstância do que de fundo. Eles jamais propuseram nada disso – pelo contrário. O que é um erro, claro. Outro dia, eu estava lendo uma entrevista que dei à revista *Playboy* em 1984, muito antes de ser eleito presidente da República – uma entrevista, aliás, que me deu muita dor de cabeça. Nela, eu já falava que para ser de esquerda não é preciso ser tolo. Com isso, eu queria dizer que havia muitas coisas, no ideário da esquerda, que eram anacrônicas. E que você não precisava manter pontos de vista anacrônicos só para ser fiel – fiel a quê, ao anacronismo? Você, na verdade, precisa ser fiel à essência dos seus valores.

Em *A Arte da Política*, o senhor explica que o Príncipe moderno, ao contrário do Príncipe descrito pelo pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), é um protagonista que deve impor-se necessariamente pela persuasão. Ao realizar reformas que abriram a economia e um programa de privatizações que diminuiu o Estado, o senhor teria agido como esse Príncipe moderno. Mas o ideário nacionalista-estatizante ainda sobrevive no Brasil, com forte penetração nas camadas populares. Na sua visão, existe a possibilidade de retrocesso no país, comandado por um Príncipe moldado no populismo?

■ No processo político, não há nada irreversível. Acho, no entanto, que um retrocesso desse tipo se chocaria de tal maneira com os interesses enraizados no país que seria difícil que ele tivesse um prosseguimento efetivo. De alguma maneira, o que aconteceu com o PT foi isso: não é que eles tenham renunciado de fato às suas idéias anacrônicas, estatizantes, mas é que no contexto atual elas não funcionam de forma nenhuma. Quanto ao nacionalismo, é importante ressaltar que o sentimento nacional

permanecerá sempre – o problema é como ele se manifesta. Aqui no Brasil aconteceu uma confusão muito grande entre sentimento nacional e estatismo. E as camadas populares se ressentem bastante disso, porque há anos lhes é martelada a idéia de que o Estado é a nação. Não se justifica mais pensar que o Estado é a expressão do sentimento nacional. A sociedade, sim, é que o expressa. Isso não significa que se deve jogar fora o Estado, e sim ter clareza de que ele não pode ter a primazia. Para que o sentimento nacional corresponda, sem anacronismos, aos interesses da nação, é preciso entender que o mundo de hoje é diferente daquele do passado. As barreiras do Estado nacional não têm a mesma força coibitiva. Não se consegue mais manter a economia fechada – e menos ainda a cabeça fechada. Quem tem internet salta fronteiras. Mas, ainda que a internet não respeite fronteiras e os países se integrem cada vez mais ao mercado mundial, o sentimento nacional, a identidade nacional, não desaparece, e nem deve. É esta a dificuldade: mostrar que os interesses do seu país são mais bem defendidos quando, sem perder de vista os valores nacionais, se tomam providências que levam seu povo a ser mais competitivo, mais aberto aos ares do mundo. A visão estatista ainda existe em todos os partidos, inclusive no meu. Como a média brasileira é essa, quem tem uma proposição avançada paga sempre um preço pelo pioneirismo. Veja o meu caso, por exemplo: fui acusado de traição à pátria e tal, até que as pessoas progressivamente, mesmo sem reconhecer, mesmo sem beijar a cruz, foram passando para o meu lado. Acho extraordinário ouvir o Lula hoje em dia. Chego até a pensar: "Mas esse é o Lula ou sou eu?"

O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744), citado em seu livro, foi o primeiro a tentar compreender a história como um processo lógico. Grosso modo, Vico compara o desenvolvimento das sociedades humanas com a própria maturação emocional e intelectual da espécie. Ele escreveu: "Primeiro os homens sentem sem aperceber-se; depois se apercebem com o ânimo perturbado e emocionado; finalmente refletem com a mente pura". Não lhe parece que a sociedade brasileira, muito direcionada pela emoção e irracionalidade, ainda estaria na adolescência?

■ Sem dúvida nenhuma, nós ainda não atingimos o estado mental em que a razão prevalece. Mas nós podemos amadurecer mais rapidamente nessa direção por meio da informação. Como sou democrata, acredito que informando e convencendo os elementos racionais podem ser ampliados. Se não acreditasse nisso, eu nem teria como explicar as duas vezes em que fui eleito presidente. Em ambas, eu me opus a um ícone do oposto à razão. Ganhei por quê? Porque as pessoas entenderam naquele momento – da perspectiva de Vico, sentiram, mais do que entenderam – que a racionalização que eu estava imprimindo lhes era conveniente. De qualquer forma, ainda que a emoção tenha forte apelo entre os brasileiros – e talvez nunca deixe de ter completamente –, acho que a mentalidade política avançou razoavelmente nos últimos cinqüenta anos. É difícil, por exemplo, que o estilo populista volte a impor-se.

Lula não pertenceria a uma vertente populista?

■ Embora às vezes o chamem de populista, não acho que o Lula seja um populista no sentido clássico. Ele usa da emoção para atingir seus objetivos, mas sua ação de Estado não é irracional. Por que é assim? Porque não tem mais jeito de ser totalmente irracional no Brasil. As estruturas existentes de interesses e valores, reitero, já são suficientemente poderosas para impedir que isso ocorra.

Em seu livro, o senhor revela que, por ocasião da sabatina de Armínio Fraga no Senado, antes de ele ser efetivado como presidente do Banco Central, o senhor recomendou-lhe que agisse com prudência porque "os brasileiros não

gostam de capitalismo, eles não sabem por que não gostam, mas não gostam". Até que ponto o senhor gosta de capitalismo?

■ Você deve ter visto como, no meu livro, eu mesmo às vezes reajo contra o capitalismo. Porque o capitalismo tem um problema que me irrita: a desigualdade. É da sua essência. No Brasil, vive-se pedindo que haja um rápido crescimento econômico acompanhado de maior igualdade. Ora, quando um país cresce depressa, aumenta a desigualdade, não a igualdade. O país tem de acumular riqueza primeiro. Isso é da natureza do capitalismo. No socialismo também é assim. Só que, nesse sistema, existe a suposição teórica de que não há apropriação privada da produção. No capitalismo, o mercado – e olhe eu aqui desabafando outra vez – traz um elemento de desigualdade e também de irracionalidade: A especulação, o efeito manada, tudo isso é irracional. Como o mercado não é um ente racional perfeito, o Estado, dependendo de como ele seja organizado, pode introduzir um ingrediente adicional de correção da desigualdade. É nesse sentido que, no meu livro, reajo contra o capitalismo. Porque não acredito que, por si só, o mercado seja a consubstância da racionalidade.

Pode-se concluir que o senhor se considera de esquerda?

■ Sim, me considero. Mas da esquerda democrática, à la Bobbio [Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano]. Sou de esquerda quanto à defesa de valores como a justiça social e a igualdade.

Por que nenhum político brasileiro diz que é de direita?

■ Porque no Brasil a palavra "direita" está associada historicamente à ditadura. É uma questão semântica. Mas existe um outro lado: não existe direita no Brasil, no sentido clássico do conceito. Fiquei impressionado, certa vez, com uma intervenção do Sérgio Buarque de Holanda. Foi na defesa de uma tese de livre-docência sobre os estilos de pensamento político no Brasil do século XIX. A autora estabelecia uma diferença entre o marquês de Paraná, figura maior do pensamento conservador, e Joaquim Nabuco, expoente do pensamento progressista, quando o Sérgio Buarque fez um aparte: "A senhora acha que esses homens do império eram realmente conservadores, leram Burke [o pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo] ou eles eram atrasados?" Pois é isso: no Brasil, mais do que conservadorismo, temos uma mentalidade atrasada. O pensamento conservador filia-se a uma tradição ocidental que estabelece como pilar da ordem a família, a propriedade, os costumes. O nosso conservadorismo não é nada disso. Tem a ver com clientelismo, patrimonialismo, uso indevido dos recursos do Estado. Ele não é composto de um ideário, e sim de aproveitadores. Por que a "direita", no Brasil, apóia todos os governos, não importa qual? Na história recente, ela apoiou os militares, apoiou o Sarney, apoiou o Collor, apoiou a mim, apóia o Lula. Porque seus integrantes não são de direita. Essa gente toda só quer estar perto do Estado, tirar vantagens dele. É claro que um e outro podem ser convertidos de "maus" em "bons". Mas o grosso desse pessoal continua a ser fisiológico.

E quanto à esquerda brasileira, como classificá-la?

■ Esse é um aspecto interessante. O nosso sistema político, da mesma forma que a nossa sociedade, exibe uma enorme mobilidade. A existência de uma posição estável é difícil no Brasil. Sociologicamente, a transformação do PT ilustra bem isso. O PT, na sua origem, era composto basicamente de três setores: o ideológico, o eclesial e o sindical. Quem ganhou foi o setor sindical, é ele que está no governo. Trata-se de um fenômeno mais "americano" do que europeu. O pessoal na Europa fala do PT como se ele fosse um partido moldado na esquerda européia tradicional. No início até dava essa impressão, mas a verdade é que não tem nada a ver. Eles nem falam mais em classe trabalhadora. A liderança do PT é de classe média, de gente que ascendeu socialmente, via sindicalismo, e se comporta hoje quase como se vivesse o "american dream" – algo como "eu cheguei lá, consegui deixar minha classe de origem para trás".

Qual é o futuro do PT, se é que o partido tem futuro?

■ No fundo, o PT está descobrindo o que ele é no governo. Se desse para fazer uma comparação com a Europa, eu acho que o PT é um partido social-democrata. Aliás, eu não queria que o PSDB se chamassem social-democrata...

Por quê?

■ Porque nós não tínhamos sindicatos, o berço da social-democracia. Eu dizia que íamos usar uma denominação européia para uma história completamente diferente. Mas fui voto vencido. Hoje, num certo sentido, o PSDB é social-democrata porque na Europa os partidos desse tipo mudaram. Eles se tornaram menos associados a uma classe e passaram a representar um aspecto mais amplo da sociedade, como é o caso do PSDB desde o início. O PT também caminha nessa direção. No Brasil, portanto, temos dois partidos que ocupam o mesmo espaço no espectro político. A diferença é a auto-representação. Alguns setores do PT ainda se pensam revolucionários e o PSDB nunca se pensou como tal. Essa auto-representação é um problema para o PT, porque impedi que ele tivesse uma prática política consequente. No governo, fiz alianças porque tinha propostas para o país. O PT chegou ao governo sem nenhuma. Teve de tecer alianças sem programa – e, quando você tem de fazê-las dessa forma, acaba sendo engolido por elas. É patético ver o Lula correndo atrás do PMDB. Quais são as propostas que estão por trás disso? Não há.

Constata-se no seu livro que o senhor, como presidente, se empenhou profundamente nas discussões sobre os rumos a seguir na economia. Num mundo complexo como o de hoje, é possível um país como o Brasil ser liderado por alguém sem formação intelectual compatível?

■ Acho que ninguém precisa ter universidade no currículo para ser presidente. Afinal de contas, há muita gente com grau superior que não sabe nada. Mas acho importante que o político tenha aprendido algo. Ele tem de ler, tem de ter curiosidade intelectual. Porque, senão, você fica sem bases mais sólidas para discernir. O presidente Lula tem muita sorte. Não passou por nenhuma crise econômica com efeitos globais como as que tive de enfrentar. Não foi provado. Fica mais fácil, assim, comportar-se apenas como um relações-públicas do próprio governo. Não quero desmerecer-lo, mas ninguém sente que ele está no comando. O presidente Lula é tático, não é estratégico. Para ser estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos.

Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor diz que Lula se perdeu nos escâinhos do poder e suas facilidades. A falta de preparo intelectual não teria tido um papel nessa perdição?

■ Pode ter tido, sim, porque se você tem um certo preparo fica mais difícil deslumbrar-se. A capacidade de autocritica é maior, tem-se mais noção da transitoriedade das coisas. O preparo intelectual também permite que você perceba que herdou muito. O presidente Lula dá a impressão de que acha que está fundando o Brasil. Acho que isso é autêntico nele, porque o Lula não tem um conhecimento mais profundo da história. Então, acredita mesmo que está fazendo tudo pela primeira vez.

Como é sua relação com Lula?

■ Pessoalmente, temos uma relação fácil. Mas esse negócio de o Lula viver dizendo que fez mais do que eu... Qualquer hora ele vai comemorar o fato de que, quando deixar o governo, haverá mais brasileiros vivos do que no fim do meu último mandato.

Durante seu governo o Brasil cresceu pouco, mas cresceu proporcionalmente em relação ao mundo. Por que o país não cresce mais rápido?

■ O governo Lula tem uma linha de continuidade como a do meu no que se refere à macroeconomia – câmbio, juros e responsabilidade fiscal. Mas ele errou na condução da política de juros, porque houve momentos em que era possível baixar a taxa mais depressa. Isso também aconteceu durante o meu governo, só que, no de Lula, os panoramas que permitiam essa redução eram mais claros, não havia ameaça nenhuma. A manutenção de uma taxa de juros elevada causou um problema no câmbio. Quando a taxa é mais baixa, o governo pode intervir no câmbio, comprando dólares, sem maior impacto fiscal. Mas, quando ela está lá em cima, isso fica difícil. Ou seja, a política do governo Lula é a mesma, mas a operação não está correta. Política econômica não é ciência, é navegação. Você tem de navegar: se tem uma pedra no caminho, você contorna. A atual equipe econômica não navega – ela

traça uma linha reta e segue em frente de todo jeito, como se não houvesse contexto mais ou menos favorável. Há ainda um outro lado: a política macroeconômica não faz o país crescer. Crescimento depende de investimentos. Em parte, os investimentos respondem à taxa de juros, mas só em parte. Eles também dependem de fatores como confiança. Não se tem estabilidade nas agências reguladoras, que foram muito ameaçadas durante o governo Lula. A segurança na manutenção das regras diminuiu e, com isso, também o incentivo para o setor privado. Para completar, o investimento público caiu drasticamente neste governo e as reformas foram paralisadas. A reforma da Previdência, por exemplo: no início, houve uma euforia, porque nós votamos a favor daquilo que, no meu governo, eles votavam contra. Não foram feitas, no entanto, as leis complementares que permitiriam a sua implantação. Com isso, teremos neste ano um déficit na Previdência de 50 bilhões de reais – um buraco que certamente causará um problema fiscal mais adiante.

O Brasil, então, ainda paga o custo PT?

■ Sim, ainda paga, mesmo que esse custo tenha sido amortecido. Como o mercado financeiro está muito bom, as pessoas deixaram de prestar atenção às questões relevantes. Ninguém mais cobra a reforma do mercado de trabalho, a reforma da Previdência – tudo aquilo que cobravam de mim. Mas o fato de não cobrarem não resolve a questão. A falta de reformas impede que o Estado tenha mais recursos e o setor privado possa investir mais. A economia não depende apenas da taxa de juros. Se fosse assim, o Japão estaria estourando há anos, já que lá a taxa era de 0% até a semana passada.

Os arautos do "Delenda FHC", como o senhor chama no livro a oposição que vivia pedindo o seu impeachment, certamente ironizarão a defesa que o senhor faz de seus governos nos episódios da aprovação da emenda que permitiu a sua reeleição, cercada de notícias sobre a compra de votos de parlamentares por parte do governo, e do programa de privatizações, em que muitos viram indícios de corrupção.

■ Nada disso tinha a ver conosco, como narro no meu livro, mas não adianta responder a essas acusações. Os acusadores têm interesse político em mantê-las. Se houve corrupção, que se apure. Por que não apuram? A diferença é que, no atual governo, a corrupção foi feita de maneira organizada pelo partido do presidente. Tanto é que toda a cúpula do PT caiu. Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?



Com o ex-presidente americano Bill Clinton: "É importante poder pegar o telefone e dizer: 'Estou precisando disso'"

Na Presidência, o senhor manteve uma relação próxima com o presidente americano Bill Clinton e o primeiro-ministro inglês Tony Blair. Até que ponto a empatia ou mesmo a amizade pessoal entre governantes de diferentes países é importante para as relações diplomáticas?

■ Não substitui os interesses organizados do país, mas complementa. Em certos momentos, é importante poder pegar o telefone e dizer: "Eu estou precisando disso". Mas tudo tem de ser feito com naturalidade. Quando abordo no meu livro as conversas que mantive com outros chefes de Estado, não é para me exibir. Estou muito velho para isso. É para mostrar que o presidente do Brasil, não importa quem seja ele, pode falar de igual para igual com qualquer presidente ou primeiro-ministro de país rico.

É verdade que o senhor foi cogitado para ser secretário-geral da ONU?

■ Não, nunca houve movimentação nesse sentido. Meu candidato era o Clinton. Mas ele não poderá ser secretário-geral porque a Hillary sairá candidata a presidente dos Estados Unidos. Aí não dá mais. Meu apoio a Clinton resume o que penso da ONU. Ela precisa ter um secretário-geral com peso global e muita força entre os americanos. Só assim funcionaria a contento.

No livro, o senhor brinca com a sua fama de vaidoso. O senhor não se considera vaidoso?

■ Muitos jornalistas escreveram que minha vaidade é incomensurável. Minha vaidade é apenas intelectual. Física, não tenho nenhuma. Faz tempo saiu na VEJA que eu era um dos homens mais elegantes do Brasil. Imagine só! A Ruth vive me dando bronca porque me visto errado e coisa e tal. Não tenho nem vaidade política – não me acho insuperável.

Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor fala da sua decepção com a morosidade com que andam as reformas tão essenciais ao Brasil. O senhor acredita sinceramente que o país tem chance de recuperar o terreno perdido no último quarto de século?

■ Tem, mas nada está garantido. Continuarmos a perder tempo. Na comparação com a Índia e a China, a nossa vantagem é que já passamos por um intenso processo de urbanização e esses países ainda não. Além disso, a pressão demográfica aqui é muito menor. Por isso é que fico aflito: se os governos e a sociedade não perceberem que a nossa hora é agora, com um crescimento demográfico que está longe de ser explosivo e uma população que ainda não é velha, talvez percamos o bonde de vez. A sociedade brasileira tem de acelerar o passo, e atingir logo aquele estado de "mente pura" de que fala Vico. A razão precisa triunfar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, com a prorrogação que se fizer necessária, nos termos do art.14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a considera meu pronunciamento uma informação inadiável, e é inadiável mesmo.

O Tribunal de Contas da União detecta superfaturamento de R\$23 milhões em um projeto da Petrobras, em contrato com a GDK, a empresa que presenteou o Land Rover ao Sr. Silvinho e que ia presentear o Sr. Jaques Wagner. Quando o assunto foi denunciado, o Land Rover já estava numa garagem na Av. Sete de Setembro para se dirigir à casa do Sr. Jaques Wagner. O Sr. Jaques Wagner, evidentemente, cancelou o mimo da GDK e obteve – é óbvio – outras vantagens para que a empresa continuasse mandando e roubando na Petrobras.

Quando eu disse isso aqui, quando o Deputado ACM Neto falou isso na Comissão dos Correios, negaram. Depois, o próprio Silvinho teve que devolver o carro da GDK, um Land Rover.

Agora, o espantoso é que, em todos os contratos da Petrobras, ou em quase todos, o Tribunal de Contas encontra roubalheiras.

No dia em que se abrir uma CPI de verdade... Se o Supremo Tribunal deixar, Senador Tião Viana, porque também vai ensejar algo que ficará muito esclarecido: onde houver alguém do PT fazendo falsoacusa, não se pode apurar. Vamos ver se o Supremo terá essa tese, que é do nosso Senador Tião Viana.

Conseqüentemente, vamos aguardar se os prefeitos do PT podem ser chamados à CPI. Provavelmente não podem. Isso também está no requerimento do Sr. Tião Viana. Também está no requerimento do Sr. Tião Viana que nada relativo a dinheiro envolvendo alguém do PT pode ser apurado; ele, Tião Viana, que é homem sério e que sabe que no PT há muitos ladrões, se ele pede que não se apure, avalie o que não pedirão os verdadeiros ladrões.

Isso é grave, isso é gravíssimo. Abre-se uma luta com o Supremo Tribunal por isso. E hoje vem o meu amigo Tião Viana me comunicar que vai pedir a abertura do sigilo bancário do caseiro Nildo. Abrir um sigilo bancário que o Governo já abriu há muito tempo e já divulgou, para tirar qualquer impacto das denúncias feitas aqui? Vai arrombar porta aberta, Senador? Tenha

paciência! Procure uma porta mais fechada. E, no PT, há muitas! Não arrombe a porta aberta do caseiro.

O fato é que o caseiro pôde falar. Não falou tudo – muito bem –, pois foi proibido por um Ministro de alta relevância. Não é um Ministro qualquer, é um Ministro de valor o Sr. Cesar Peluso. Não nego isso. V. Ex^a, Senador Tião Viana, ainda está esperando o desdobrar do seu requerimento, feito com papel do Senado, mas no Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto agora faz os requerimentos para os Senadores.

O País está vivendo realmente uma época de muita tristeza. Quando o Senador Tasso Jereissati disse aqui que aquele Ivan Guimarães não prestava, foi um deus-nos-acuda. “É um dos melhores homens que este País tem!” O Senador Aloizio Mercadante veio à tribuna defendê-lo. Agora, o Banco Popular está com R\$82 milhões de prejuízo. E chamamos a atenção, com muita veemência, há mais de seis meses, há quase um ano. Isso não pode continuar assim. O País não agüenta. Já bastam os Lulinhas que a Petros vem defender, e não a Telemar. Quem tem de defender o Lulinha é a Telemar, já que seu pai não o defende. Nesse ponto, ele é até previdoso. Por que vou defender o menino se sei que a coisa é errada? Esse é o raciocínio do Presidente, mas não é o raciocínio da Petros, que, participando de um fundo que tem ações na Previ, vem defender esse caso. Não é a Previ que defende, não é a Petrobras que defende, não é o Banco do Brasil que defende. Quem defende é a Petros.

Sr. Presidente, a situação é cada vez mais grave. As coisas se agravam neste País. Por isso, quando surge um nome para a disputa, a pesquisa muda logo. Em três dias, a pesquisa mudou e vai mudar muito mais, porque há muita coisa para aparecer ainda nas corretoras e nos fundos de pensão, coisas gravíssimas em que o Governo sempre é parte.

Não sei, Sr. Presidente, por que não se quer quebrar o sigilo do Okamoto. O Senador Tião Viana votou contra abrir o sigilo do Okamoto e hoje quer abrir o sigilo do pobre caseiro. É inacreditável! Chego a acreditar, meu Deus, que estamos vivendo em outra época.

Será possível que continue esta situação de se protegerem os ladrões e, quem sabe, procurar prender os homens de bem? Há uma inversão total. Por isso, todo dia há problemas em penitenciárias, com reféns. Os ladrões se revoltam por verem ladrões maiores do que eles perambulando por aqui, levando dinheiro de “mensalão” e não acontecendo nada. Essas revoltas são fruto de tudo isso. É a impunidade, é a impunidade que está levando o País a esta situação.

Mas, como pode punir se é o Presidente o incentivador dos atos ilícitos, sobretudo aqueles que envolvem dinheiro público?

Amanhã, essa figura vai à Bahia inaugurar o que já foi inaugurado, visitar o que já foi feito pelos outros.

Alagados – todo o mundo sabe – foi um trabalho meu com o Ministro Mário Andreazza; depois, foi do então Governador César Borges e, agora, do Governador Paulo Souto. Mas ele vai amanhã para o Viver Melhor, que é um programa nosso, dizer que vai inaugurar casas para os trabalhadores. Cara de pau! Cara de pau! Deveria ter mais senso de oportunidade, procurar pintar alguma casinha e dizer que é dele. E vai para a Universidade do Recôncavo inaugurar ou lançar a pedra fundamental, quando, na realidade, foi uma idéia de Antonio Carlos Magalhães e Waldeck Ornelas. Nós fizemos o projeto! Houve uma ajuda na fase final, na Câmara, de Walter Pinheiro, mas o Presidente nunca soube de universidade alguma, até porque tem horror a universidade e a livro, a essas coisas todas. Dou um prêmio a qualquer brasileiro que apontar que Lula leu um livro do princípio ao fim. Dou um prêmio. Jamais leu. Ele não agüenta. Só lê notícia, quando levam, resumida, porque não tem paciência. A vontade dele é só enganar, usar o dinheiro público nas televisões, nos jornais, com informes publicitários que envergonham a todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de vir à tribuna. Ainda hoje, virei para outro assunto, que não tem nada a ver com o Governo. Mas fiz questão de trazer a todo o povo brasileiro, por intermédio da TV Senado, esses fatos desabonadores e tristes que estão acontecendo no Brasil, agora com anuência até de Senador, e que tanto entristecem a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, por ter sido citado, com base no art. 14, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a tem a palavra, por cinco minutos, por ter sido citado, conforme o art. 14.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de voto de aplauso ao jornal **Diário do Amazonas** e à Rádio Amazonas FM pelo transcurso do 21º aniversário de criação desses dois relevantes veículos de comunicação do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães, no uso de suas prerrogativas, usou a tribuna e me fez críticas diretas, como é do seu feitio. É um dos traços de respeito que tenho pela figura dele, aqui age no debate em campo aberto, com coragem.

Ao mesmo tempo, uma das riquezas da democracia é que podemos divergir em teses e entendimentos e conviver nessa capacidade de racionalidade, que é a vida do Parlamento. No entanto, gostaria de expressar a minha total divergência em relação aos pontos de vista que ele apresentou aqui.

Entendo que o Senador Antonio Carlos Magalhães comete uma injustiça quando acha que eu estaria a favor da supressão de investigação sobre os supostos delitos praticados pelo Partido dos Trabalhadores, porque o que fiz foi honrar em profundidade aquilo que é a razão do meu mandato.

Não esqueço, Senador Antonio Carlos, do meu primeiro dia aqui, quando jurei, perante o Senado Federal, guardar a Constituição e as leis do meu País. E V. Ex^a é sabedor do afimco com que tenho procurado respeitar o Regimento do Senado Federal. Já lhe externei, inclusive, que me identifico com V. Ex^a porque V. Ex^a sempre defendeu as prerrogativas desta Casa, a autoridade que ela deve ter na democracia. V. Ex^a nunca defendeu que o Congresso se curvasse ao Poder Executivo, sempre defendeu a autonomia e a força democrática que deveria ter o Legislativo. Eu já lhe externei inúmeras vezes o respeito que tenho a V. Ex^a por assim pensar.

V. Ex^a há de convir que cabe a mim, mais do que a qualquer um, chegar aqui e defender o Regimento Interno do Senado Federal e a Constituição. Portanto, sinto-me absolutamente tranquilo, em paz com a minha consciência pela decisão que tomei naquele dia, pois procurei, durante meses, o entendimento, procurei conciliar os propósitos da base do Governo, da base da Oposição sobre o que seria investigar aquilo que se supunha ser irregularidade, sim, praticada por setores do Partidos dos Trabalhadores e entendo que é mais do que sagrado o direito da investigação.

Agora, quando a CPI chegou a um limite que me pareceu transbordar de sua competência, que foi entrar na vida da pessoa, entrar na vida da família, pareceu-me que ali haveria um limite, no meu entendimento, e tentei a todo custo que aquela investigação fosse levada adiante, que o caseiro fosse devidamente ouvido por uma subcomissão insuspeita, com o que V. Ex^a havia concordado no dia anterior, e que o Ministro Palocci também fosse ouvido sobre aquele tema, já que eu entendia tratar-se de um tema reservado.

Infelizmente, fui derrotado na tese. E achei que aquilo estava em desacordo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)
– Por que tema de reserva?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Da reserva do caseiro?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Não é permitido aparte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O que saiu no dia anterior, nos meios de comunicação, sobre a vida pessoal do Ministro, sobre a intimidade de uma família, se não é motivo de reserva, confesso não entender. Talvez V. Ex^a não tivesse tido acesso às informações que setores da imprensa veicularam. Mas eu tenho fitas gravadas que comprovam exatamente o que estou dizendo. E isso, para mim, extrapolou os limites da CPI.

Por essa razão, pautado em todas as prerrogativas, é que procurei uma instância da democracia, do Estado democrático que protege o ordenamento jurídico e constitucional, que é o Supremo Tribunal Federal, e fui acolhido por um Ministro insuspeito. Agora, eu não poderia defender ali apenas aquele caso específico. O meu entendimento era de que se deveria apurar se todos os fatos em questão estariam ou não em desacordo com as prerrogativas do Regimento do Senado Federal.

Então, do mesmo jeito que acho legítimo que a advocacia do Senado vá defender o que julgo ser uma transgressão da qual foram vítimas o Regimento da Casa e a Constituição, tenho o direito legítimo de fazer tal defesa. Por essa razão, discordo de V. Ex^a. Sinto-me completamente em paz com a minha consciência de cidadão brasileiro e de defender causas.

Eu lembraria Max Weber quando fala da ética das convicções e da responsabilidade. Acho que a ética das convicções é sagrada, pautada em Aristóteles, em Sócrates e outros, e a da responsabilidade é a da política. Eu prefiro ter sempre as duas se envolvendo e guiando minha vida. Penso que agi de acordo com a minha consciência.

Eu lembraria a V. Ex^a um exemplo importante da História. Churchill, disputando a eleições, o Partido Conservador assumindo as condições de governabilidade, foi duramente criticado pela política tributária que estava sendo imposta. Ele saiu de perto, ficou colocado num canto e, em conformidade com a opinião pública, defendeu as teses da opinião pública, que eram contrárias.

No final da eleição, ele perdeu por optar pela ética da conveniência. Eu prefiro defender aquilo que julgo correto. Na minha opinião, o Ministro Palocci merece todo o respeito do meu Partido e da minha pessoa, e

agindo à luz da Constituição Federal e do Regimento, sinto-me muito bem por ter feito o que fiz.

Muito obrigado pela atenção dos que me ouvem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uso da palavra pelo art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a tem o direito, já que, pelo Regimento, é possível conceder em duas oportunidades. O Senador Tião fez uso da palavra uma vez e V. Ex^a fará uso dela pela segunda.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA). Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero felicitar o Senador Tião Viana, que passou a ser discípulo de Fernando Henrique e não de Lula, porque está citando Max Weber, que é um autor de que Fernando Henrique gosta muito, citando Aristóteles. Ele está realmente progredindo, e isso ele não aprendeu na reunião do Palácio em que foi designado para atacar o pobre do caseiro Francenildo. De modo que só tenho a agradecer ao Senador não só por suas palavras, mas, sobretudo, por essa sua evolução científica. Isso não é coisa do PT; isso foi Fernando Henrique que soltou para S. Ex^a, que hoje, aqui, está realmente retribuindo as gentilezas do Presidente Fernando Henrique quando S. Ex^a era Governo e o Senador já estava no Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra, pela ordem dos inscritos, a Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis, se necessário, por mais cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, creio que o assunto que me traz à tribuna é o mais grave do Governo Lula desde o início de seu mandato. O escândalo Waldomiro Diniz foi grave, o escândalo da “república de Ribeirão” é grave, mas o Governo Lula ultrapassou todos os limites toleráveis pelo Estado democrático de direito ao atentar contra a Constituição brasileira, contra os direitos e garantias individuais.

Está lá no inciso X do art. 5º da nossa Constituição Federal, é cláusula pétreia, inclusive internacionalmente, já que o Brasil é signatário do Tratado dos Direitos Humanos, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, as-

segurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Não venha o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, dono de excelente experiência como advogado criminalista, dizer que se está discutindo um vazamento de informações. Não é, Senador Romeu Tuma! O que se está discutindo é a violência do Estado brasileiro, que invadiu a vida privada de um caseiro entrando na sua conta bancária em uma instituição centenária: a Caixa Econômica Federal.

Isso dói no coração da gente, particularmente no meu, pois sou filho de economista. Minha mãe é economista aposentada da Caixa Econômica Federal. Minha mãe é Presidente da Associação dos Aposentados da Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal é uma instituição seriíssima, jogada no ralo pelo aparelhamento petista. Foi nisso que deu o aparelhamento do PT.

Quero destacar aqui algumas afirmações estampadas no jornal **O Globo** de hoje. Pergunta o jornal ao Francenildo: "Onde você estava às 20 horas, 58 minutos e 21 segundos da última quinta-feira?" Resposta: "Estava sob proteção da Polícia Federal. Eles estavam fazendo o processo de inscrição no programa" – deduz-se que seja o Programa de Proteção à Testemunha –, "tirando cópias para eu poder assinar e entrar no programa, numa sala lá".

"Você estava sozinho?" Francenildo: "Estávamos eu e algumas pessoas da Polícia Federal. Nunca estive só na sala. Estava sempre acompanhado de dois ou três".

"Seus documentos estavam com você?" Francenildo: "A identidade foi selecionada, e o CPF, para inscrever no programa. Aí, na última hora veio para pedir meu cartão de crédito do banco; me perguntou se tinha conta. Disse que sim. Aí pediu meu cartão e eu entreguei. Foi só isso".

"O que eles diziam para você?" Francenildo: "Que tava demorando por causa de uma máquina de xerox lá, para tirar cópias das três folhas".

"Quanto tempo você ficou esperando para tirar cópia dos documentos?" Francenildo: "Dez ou vinte minutos".

Não é possível que o Ministro Márcio Thomaz Bastos diga que isso aqui é vazamento de informações. Isso é uma violência de invasão da conta bancária do Francenildo. Lembro o art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Aqui está, Senador Arthur Virgílio, a declaração do Presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim: "Violão da conta é crime e choca o País". Violão da conta é crime e choca o País, diz o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Diz ainda: "Quem garante

que, amanhã, eu, como cidadão, não possa ter o meu sigilo violado?" Eu diria mais: ele, como Presidente do Supremo Tribunal Federal!

É isto que o Lula conseguiu, com o seu Governo: colocar para discutir novamente o apreço à tese democrática do estado de direito. É isto que representa a candidatura à reeleição de Lula: uma violência contra a democracia brasileira.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero, vou dar dois exemplos que, para mim, esclarecem muito bem a imagem que tenho desses episódios todos. V. Exª diz: até de Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, poderiam quebrar os sigilos para efeito de chantagem política, por bisbilhotagem arapongueira. Dou o meu próprio exemplo e imagino uma cena, o Presidente dizendo assim: Márcio, agora queremos quebrar o sigilo do Arthur Virgílio. E o Márcio faz, e o Presidente é capaz de mandar. Ficaria ofendido se ainda não o fizeram. Ditatoriais como são e mesquinhos como são, ficaria ofendido se ainda não o fizeram porque estariam dizendo que não dão importância à minha atuação de oposicionista, que não se incomodam com a minha atuação de oposicionista ou que não me consideram um oposicionista vigoroso como procuro ser. Tenho como favas contas que, a essa altura, devem ter mexido na minha vida do avesso para trás, de trás para o avesso. Portanto, se quebraram o sigilo do Francenildo não deve ter sido o meu que não teriam quebrado. O Ministro Márcio Thomaz Bastos não entende. Há uma diferença brutal entre o advogado criminalista que exerce, com brilho, a sua função fora do Ministério e o Ministro. Ou seja, Guilherme de Pádua mata brutalmente Daniela Perez, aquela atriz da TV Globo. Foi defendido por um bom advogado; seis anos depois, estava na rua. Infelizmente. Por mim, teria ficado perpetuamente na prisão. Estava na rua pouco tempo depois. Ele precisava ter um advogado. Ninguém pode ser condenado sem direito de defesa. Isso é da democracia e é um princípio geral do Direito. Agora, eu não condenaria Márcio Thomaz Bastos jamais se ele tivesse sido o advogado de Guilherme de Pádua. Não. As pessoas têm que ter um advogado. O que não pode é fazer papel de advogado de Guilherme de Pádua no Ministério da Justiça. É sempre o que digo para o Ministro: Ministro, procure ser mais Brossard e menos Armando Falcão. Ele está sendo mais Armando Falcão e menos Brossard. A cada dia, eu me convenço; a cada dia, eu me decepciono; a cada dia, sou obrigado a registrar isso com muita crueza

– não é nem com tristeza, porque também nunca tive grandes ligações com ele e não tenho que ficar com muita tristeza. Estou registrando e estou em posição de luta, por entender que ele está sendo organizador a mando de Lula nesse processo de aparelhamento do Estado brasileiro, para violar direito de cidadãos, servindo a um projeto espúrio de poder; espúrio porque vinculado à corrupção.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a o aparte e quero só registrar que passou despercebido da imprensa o fato de, quando daquela fita do Waldomiro Diniz, uma denúncia ter sido publicada num dos jornais de Brasília, mostrando que a conta de um dos jornalistas que fez a denúncia foi invadida e conhecida pelos organismos do Governo brasileiro. Não tenho dúvida alguma de que vida privada, no Brasil, não existe. O PT, o Governo Lula vasculha o que quer.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Antero Paes de Barros, fico feliz em ver alguém trazer este assunto com ênfase. São pequenos gestos que vão ferindo a ordem institucional e que terminam gerando a destruição dessa ordem. Não é o único caso. Vimos a expulsão do jornalista americano. Vimos a criação de uma entidade para controlar as informações. A cada dia, tenta-se isso legalmente. Às vezes, fechamos os olhos. Ilegalmente, não sabemos o que está sendo feito. Agora, estourou um caso. Casos como esse acontecem se houver tolerância para com os subordinados. Alguém fez isso. Se o Diretor da Polícia não identifica quem o fez, ele não merece ficar no cargo, por incompetência. Se ele identifica, ele tem de demitir a pessoa. Se ele não o fizer, o Ministro deve demitir o Diretor da Polícia. Se o Ministro não o fizer, ou o Presidente Lula dá um exemplo, demitindo uma pessoa tão respeitada por nós como o Márcio Thomaz Bastos, ou essa tolerância com esse fato levará a que seus subordinados, mesmo sem ordem dele, comecem a usar o sigilo bancário, o sigilo telefônico. A partir daí, espionar cada de um nós é um passo que será dado sem nem percebermos. De repente, acordamos com a sociedade absolutamente controlada pelo Governo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Os suspeitos são muitos. Não digo que a suspeição reside apenas e tão-somente na Polícia Federal. É estranho esse depoimento do Francenildo, que teve de entregar documentos à Polícia Federal. Minutos depois, sua conta bancária estava percorrendo as redações da imprensa brasileira. É muito estranho!

Quem tem interesse de desmoralizar o depoimento do caseiro? É evidente que o Ministro Palocci tinha interesse de desmoralizar o depoimento do caseiro! Quem pilota instituição financeira é subordinado à qual Ministério? A instituição financeira Caixa Econômica Federal é subordinada ao Ministro Palocci. De cara, há uma responsabilidade intransferível do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Mattoso, já constando do relatório parcial da CPI dos Bingos, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

Esse é um responsável imediato. Foi da instituição secular da Caixa Econômica Federal que saíram as informações, a jato, para a imprensa brasileira, levadas pelo Aerolula. É inaceitável.

O Ministro da Justiça orientou aquele pronunciamento do Presidente da República, lá de Paris, para dizer que a roubalheira das empresas públicas era caixa dois. Mas não o é. É muito mais grave do que caixa dois. Vem, agora, querer minimizar, tratando a questão como vazamento de informações. Mas não o é. É escandalosamente invasão de privacidade.

Não tenho dúvida alguma de que o Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, precisa ser investigado. É impossível que o Estado brasileiro não dê uma resposta. O Senador Cristovam Buarque é Presidente de uma das mais importantes instituições do Senado da República e do Congresso Nacional: a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. E isto aqui, Senador, atenta contra o direito da pessoa humana. O Brasil pode ser denunciado nas Cortes internacionais por não haver aqui segurança jurídica. Aqui, o Governo pensa que pode bisbilhotar a vida das pessoas.

Fico triste ao ouvir Senadores que antes defendiam o Estado democrático de direito defender que vão pedir a quebra do sigilo bancário do caseiro. Por que fico triste? Por um simples motivo. O inciso X do art. 5º eu já li. Não o vou reler em razão do tempo. Mas a Lei Complementar nº 105, Senador Arthur Virgílio e Senador Alvaro Dias, que trata da questão do sigilo das operações bancárias, diz, em seu art. 1º, § 4º:

A quebra do sigilo bancário poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I – de terrorismo;

Em primeiro lugar, que ilícito cometeu o caseiro? Falar a verdade sobre o que testemunhou naquela casa de Ribeirão? Pode-se acusar o caseiro de terrorista? Não.

Continuo:

- II – de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins [também não];
- III – de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção [também não];
- IV – de extorsão mediante seqüestro [também não];
- V – contra o sistema financeiro nacional [não é o caso];
- VI – contra a Administração Pública [não; os que ele denunciou é que estão praticando crimes contra a administração pública];
- VII – contra a ordem tributária e a previdência social;
- VIII – lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;
- IX – praticados por organização criminosa.

Vão enquadrar o caseiro onde? É inteiramente inaceitável que esses fatos estejam ocorrendo em um País em que se diz estar vigente o Estado democrático de direito.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a tem razão. Cabe, sim, uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na qual, aliás, o Brasil foi condenado por mais de uma vez. É um atentado ao direito do cidadão trabalhador – o caseiro. Senador Antero Paes de Barros, o que espanta mais é o preconceito. As pessoas que autorizam, de forma ilegal, a quebra do sigilo bancário desse trabalhador insinuam que um trabalhador não tem o direito de ter conta bancária. É uma postura preconceituosa de quem entende ser impossível a um trabalhador brasileiro ter conta bancária e movimentar financeiramente modestos recursos, como é o caso, e passam a fazer insinuações, tentando fazer a ilação ridícula de que poderia ter sido o caseiro corrompido pela Oposição. Veja aonde chegamos, Senador Antero Paes de Barros! Esperamos que a CPI, amanhã, na reunião administrativa, aprove o requerimento que estou propondo, a fim de que a Polícia Federal instaure inquérito a respeito dos últimos fatos para ouvir o caseiro, o corretor de imóveis, o motorista e os freqüentadores dessa mansão do tráfico de influência. Agora, é dever da Polícia Federal instaurar inquérito, em face dos últimos acontecimentos, inclusive levando em conta a quebra do sigilo bancário do caseiro Nildo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Já estou chegando ao final, mas posso conceder um aparte ao Senador Mão Santa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço que seja rápido, por favor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Com a compreensão do grande Presidente desta sessão, o Senador Romeu Tuma, farei este aparte, companheiro Senador – até esse termo foi um assalto do PT; não tem nada com o PT. Esse termo foi usado por um homem da minha geração, médico como eu, argentino, Che Guevara, que disse: “Se és capaz de tremer por indignação diante de uma injustiça em qualquer lugar que ocorra no mundo, és companheiro”. V. Ex^a está incluído nesse termo. E eu represento o repúdio do Piauí a essa ignomínia, a essa vergonha, ao Governo do PT. Esse caseiro é um homem do Piauí, cristão. E a nossa tradição é que mandou para cá Petrônio Portella – esse sim, exemplo de justiça –, Evandro Lins e Silva, João Paulo dos Reis Velloso, Carlos Castello Branco. E o Francenildo é da mesma índole cristã da gente piauiense. Filho de mãe piauiense, de zona rural, de Nazario e de Teresina, que nasceu fruto de... Esse filho está lá. O que a Caixa Econômica Federal faz é um estupro à sua vida privada, à sua conta bancária, à tradição. E provou a dignidade dele. Todo o Piauí sabe. Ele tem um pai que é empresário e fez um depósito. E eles queriam nos culpar, a nós políticos, pelo depósito. Nós, políticos do Piauí, também nos lançamos, assim como V. Ex^a, a advertir o mal que o PT está a praticar. Mas o perigo agora é para todas as instituições; ou seja, o Governo do PT, além de estar podre lá no Poder Executivo, está levando essa podridão à Caixa Econômica, que era uma instituição em que, desde menino, os pais piauienses faziam uma carteira de poupança – isso é da tradição – para os filhos. Essa credibilidade foi agora destruída pela falta de decência e de dignidade do Governo do PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Para finalizar, Sr. Presidente, deixo claro aqui que há uma diferença nítida entre vazamento e quebra ilegal de sigilo bancário. O vazamento é de quem já obteve legalmente a informação e a difunde tendo a responsabilidade de manter o sigilo, e quebra ilegal é um crime grave. O Ministro, como jurista, como dos mais estudiosos do Direito, sabe perfeitamente disso. E é preciso que o Estado brasileiro apure esse atentado contra os direitos humanos praticados contra o Francenildo.

Se este Governo tivesse qualquer resquício ético, Antônio Palocci não seria mais Ministro; seria um Ministro virtual. Cometem-se violências desse tamanho para tentar protegê-lo. De nada valeu, piorou ainda mais a situação do Ministro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Bloco. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais algum tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os últimos dias têm sido extremamente intensos entre determinações, decisões, declarações, e todas elas obviamente merecem o nosso respeito e a nossa atenção.

A primeira delas, que não tive a oportunidade de me reportar aqui na tribuna, é com relação à liminar concedida pelo Ministro César Peluso, no dia 16 de março, às 13 horas e 06 minutos, que suspendeu o depoimento em andamento do Sr. Francenildo.

Estamos aqui falando de Estado democrático de direito, de afronta aos ditames democráticos arduamente reconquistados pelo povo brasileiro, e entendendo absolutamente relevante reproduzir aqui do trecho que embasou, de forma consistente, a liminar emitida pelo Ministro César Peluso ao Mandado de Segurança que, em boa hora, o Senador Tião Viana. Senador este que deve ser avaliado aqui de forma respeitosa por todos, porque outros Senadores também recorreram ao Supremo Tribunal Federal quando entenderam que a Constituição estava sendo afrontada, e nunca mereceram qualquer tipo de questionamento em plenário, de repúdio na imprensa, como infelizmente aconteceu com o Senador Tião Viana – ataque por todos nós aqui repudiado. S. Ex^a estava no seu direito legítimo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, por entender que a forma como estava sendo conduzida a CPI dos Bingos afrontava artigo da Constituição segundo o qual a CPI tem que se vincular ao fato determinado que a originou.

Então, o trecho da liminar do Ministro Cezar Peluso que me traz à tribuna é o seguinte:

Mas é força convir em que, a levar a sério, como se deve, a justificação mesma do Requerimento nº 52/06 [o requerimento da oitiva do

Sr. Francenildo] não se encontra nenhum fato que, já provado, fora suscetível de se reputar conexo com o objeto formal da CPI, pois seus termos, sobre apoiarem-se basicamente em reportagens, aludem a supostos ilícitos que, não obstante possam fundamentar e legitimar a criação de outras tantas CPIs, em nada entendem com o fato determinado a que deve se ater a Comissão já criada.

Portanto, é muito forte e contundente o texto do Ministro Peluso. Em seguida, ele diz o seguinte:

Eventual partilha de dinheiro, em certo local, não tem por si só presunção alguma de que estaria ligada ao uso de casas de bingo para a prática de crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. Doutro modo, qualquer notícia ou reportagem sobre corrupção não poderia ser abrangida como alvo dessa CPI, a qual se transformaria numa Comissão Geral de Investigação da República, ou reviveria órgão análogo de épocas de autoritarismo.

Portanto, Senador Tião Viana, a liminar concedida pelo Ministro Peluso deixa no ar que determinado tipo de procedimento, afrontando texto constitucional, desfocando o fato determinado, colocando na CPI tudo aquilo que possa ser conveniente para a maioria obtida naquela CPI se assemelha e pode ser configurado como a Comissão Geral de Investigação da época da ditadura.

É nada mais nada menos isso o que está colocado no texto do Ministro Peluso: procedimentos que podem reviver fatos que nenhum de nós, Senador Tuma, quer ver neste País, ou seja, procedimentos equivalentes às Comissões Gerais de Investigação da época da ditadura. Portanto, eu não poderia deixar aqui de mencionar esse trecho da liminar do Ministro Peluso.

Por outro lado, houve uma série de questões trazidas ao plenário do Senado da República nesta tarde de segunda-feira que eu entendo ser de fundamental importância ressaltar. Vazamento tem sido uma constante, tem sido uma constante! Vazamento e quebra ilegal de sigilo têm sido uma constante! Infelizmente, dia sim, outro também, esse tipo de procedimento ocorre no Congresso Nacional e é veiculado pela imprensa. E todo e qualquer vazamento, toda e qualquer quebra ilegal de sigilo, violação do direito constitucional individual estabelecido no art. 5º da Constituição brasileira, deve ser por todos nós combatido, defenestrado, repudiado contundentemente. Mas, infelizmente, Senador Tuma, há dois pesos e duas medidas: quando o vazamento e a quebra ilegal atinge setores, pessoas, personalida-

des do Governo Lula, parece que é algo normal, pode acontecer, não tem nenhum problema.

Lembro-me, Senador Tião Viana, de que V. Ex^a ficou rouco de pedir ao Presidente da CPI que verificasse como estavam sendo vazados determinados dados, inclusive com decisões do Supremo Tribunal Federal que impediam a quebra do sigilo de tais dados e que exigiam a reserva deles. Mas aí fizeram isso por vias transversas, por maneiras transversas, porque, por meio da quebra de sigilo de outras pessoas, chegaram àquela pessoa que não poderia ter sigilo quebrado, por determinação do Supremo. E foi parar nos jornais. Esse foi o caso do sigilo telefônico do Okamoto.

Houve outro expediente lamentável, Senador Romeu Tuma. O Sr. Buratti prestava depoimento sigiloso, reservado ao Ministério Público, mas o Procurador suspende o depoimento, dá uma coletiva, vaza todo o depoimento, que vai ao Jornal Nacional. No entanto, não vi aqui repúdio algum a essa atitude, porque obviamente aquele vazamento atingia pessoas do PT, do Governo Lula.

Outro exemplo foi o depoimento em que a comitiva foi a São Paulo, reservadamente, com o Toninho Barcelona – o Toninho sentado na cadeira maior, acima de todos nós, Senador Tuma, na ponta da mesa, comandando o espetáculo. O que aconteceu naquele depoimento sigiloso? Um parlamentar gravou o depoimento, que foi parar no Jornal Nacional. Era um depoimento reservado. A CPMI tinha tomado todo o cuidado para que ele reservado fosse. Mas vaza!

O ex-Deputado José Dirceu entrou na Comissão de Ética da Câmara contra o Deputado Onyx Lorenzoni porque houve vazamento do sigilo dele. E o processo está em andamento.

Então, há dois pesos e duas medidas. Isso é escandalosamente visível. Há o repúdio e a indignação, mas eu gostaria que todos tivessem a mesma indignação de forma equânime. Todos os vazamentos devem ser questionados, devem ser combatidos, devem ser impedidos. Toda quebra ilegal de sigilo, como aconteceu por via transversa, também tem que ser combatida. Mas não. Somente quando é um determinado caso.

É interessante, porque agora saiu da tribuna dizendo que precisa investigar o Ministro Márcio Thomaz Bastos pelos procedimentos. Quando S. Ex^a apresentou o debate necessário a respeito do que acontece quando veiculados são sigilos e vazamentos que afrontam o texto constitucional, foi acusado de autoritário e foi acusado de cercear o sagrado direito da imprensa. A imprensa tem todo o sagrado direito, obviamente, de divulgar. Agora, não se pode afrontar o direito individual estabelecido na Constituição, pelos vazamentos sucessivos, que, na maior parte das vezes, 99% até

agora, tiveram como objetivo central desestabilizar, incriminar e criar situação de ingovernabilidade.

Não poderia deixar de mencionar ainda aspectos que me causam bastante apreensão. Vim a esta tribuna, pelo menos três vezes, comentar as análises qualitativas das pesquisas, não o percentual de voto – até considero irrelevante alguém ter mais ou menos percentual de intenção de votos neste momento –, mas as pesquisas qualitativas. Todas, da CNT/Sensus, do Datafolha, do Ibope, todas elas apresentam uma vinculação direta entre a melhoria da avaliação de Governo, de intenção de voto, às mudanças no cotidiano. É exatamente o combate à inflação, o aumento de renda, a diminuição do desemprego, a perspectiva concreta de 2006 ser um ano muito melhor que 2005. É este cenário extremamente melhor, positivo, vivenciado cotidianamente pela população em função das políticas adotadas pelo Governo Lula e, principalmente, as que têm vinculação diretamente com a condução da economia do País.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pode ser só coincidência, pode ser só coincidência um recrudescimento do ataque ao Ministro Palocci.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que seja só coincidência. Perguntaram aqui a quem interessava desmoralizar o depoimento do caseiro, por meio da quebra de sigilo ilegalmente ou vazando informações. Quem tinha o interesse? Mas eu tenho também o direito de perguntar a que interesse servem determinados recrudescimentos do ataque ao Ministro Palocci.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, permite-me um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pediria a V. Ex^a que fosse breve.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, V. Ex^a há de convir comigo, aliás, defendi, até porque me interesso por matéria econômica, políticas macroeconômicas adotadas pelo Ministro Palocci talvez com mais ardor até e, com certeza, com mais ciência um pouco do que V. Ex^a. Pergunto a V. Ex^a se acha que, aqui, temos de dar um cheque em branco ao Ministro Palocci. Então, ele pode mentir, seus companheiros podem fazer negociações, pode dizer que esteve onde não esteve, que não esteve onde esteve. Se alguém questiona que uma alta autoridade não deve se envolver em mentira, em negociações ou andar com negocistas, então isso tem a ver com a desestabilização de

uma política que sempre defendi? Quero que V. Ex^a preste atenção, pelo viés da coerência, porque não é o que se espera da Líder de um Partido do peso do seu, que tem a responsabilidade de ser a espinha da governabilidade que está aí. Eu não estou, em nenhum momento, criticando o grosso do que o Ministro Palocci faz em economia. Acho até que ele não fica como Ministro. Isso é tolice. Lula já sabe; é questão de mais dias. Que saibam substituí-lo por alguém bom como ele, correto como ele do ponto de vista técnico. Para mim, perdeu as condições morais, inclusive, de ficar à frente do Ministério. O Ministro Palocci não tem o direito, por ser um bom Ministro, de, a partir daí, não ter compromisso com a verdade, não ter compromisso com a ética pública. Não tem. É olharmos se ele está ou não está transgredindo... E mais ainda, se está ou não está diminuído; se está ou não está menor; se está ou não está pequeno; se está ou não está, hoje em dia, impedido de falar com autoridade sobre matéria econômica, com receio até de ser contestado. Ele está calado. Ele está com receio de ser contestado. Ele está entocado. Ele está com receio de aparecer à luz. Alguém que não pode ser visto, ser ouvido ou ser falado por jornalistas o dia inteiro é alguém que, sinceramente, já era; mas não por que alguém esteja boicotando a política econômica dele, que não é ruim, mas, sim, porque alguém não está conformado com o fato de ele ter mentido para a CPI, mentido para o Senado e faltado com a verdade até para segmentos que, como eu, acreditaram sobremaneira em tudo que ele havia dito até então. Chegou o momento que entornou o copo d'água. Com aquela gotinha que entornou, não deu para aturar mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, na última vez em que estivemos juntos aqui – e que acabou sendo reproduzido no principal jornal de comunicação televisiva... O Ministro Palocci é Ministro do Presidente Lula e tem, da parte do Presidente Lula, absoluta confiança.

Tive oportunidade de estar com o Presidente durante toda a sexta-feira passada, quando ele foi questionado por jornalistas e teve oportunidade de colocar publicamente, em três pronunciamentos, o reconhecimento que tem ao Ministro Palocci pelas ações que ele desenvolveu à frente do Ministério da Fazenda e pelo benefício que isso trouxe para a população brasileira, mudando o cotidiano das pessoas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Estou reconhecendo isso agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Por isso, Senador Arthur Virgílio... Pena que eu não tenha aqui o editorial, que ficou lá embaixo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Entendi que V. Ex^a teria dito que é o Presidente Lula quem demite. É isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas não é. Quem demitiu José Dirceu foi Roberto Jefferson. Lembra-se da história do “sai, Zé, sai rápido daí”? Daqui a pouco, chega outro e diz: “Sai, Palocci, sai rápido daí”. Vai ser assim.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex^a, tendo em vista o aparte do Senador Arthur Virgílio, que me conceda um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu TUMA. PFL – SP) – Pode ter certeza de que prorroguei o tempo de V. Ex^a. Não tenho segurado nenhum minuto. Tenho tolerado e prorrogado permanentemente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe muito, Senador.

Fiz, inclusive, a provocação fora do microfone. Como a prerrogativa é do Presidente, só outro presidente poderá colocar ou tirar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Roberto Jefferson não é presidente e foi ele quem demitiu José Dirceu. Foi Roberto Jefferson.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, quem nomeia e quem mantém é o Presidente. Partindo do pressuposto...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Neste Governo, quem nomeia é Lula e quem demite é Roberto Jefferson. Ficou provado isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Senador Arthur Virgílio, quem nomeia e quem demite é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas quem disse “sai daí, Zé; sai logo daí, Zé”, foi Roberto Jefferson.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o Sr. Roberto Jefferson falou ou deixou de falar é irrelevante. Quem nomeia e quem demite é o Presidente da República. Se quiser dar palpite a respeito do ministro do Presidente Lula, o Brasil terá que eleger outro Presidente. Sei que V. Ex^as estão muito ocupados em encontrar....

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Palocci sairá antes, será demitido antes. Anote isso. Anote esse vaticínio. Não irá até o final. Anote isso. Está lhe falando uma pessoa experiente em matéria de política. Não irá até o final.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a pode devolver-me a palavra? Pode?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Claro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou com a palavra. Quem tem o poder de tirar ou não o Ministro Palocci é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quem tem o direito de tirar o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do cargo é somente o povo brasileiro nas eleições, nas urnas. Por isso, precisamos ter toda a calma do mundo. Sabemos de tudo que está ocorrendo na Oposição para encontrar as candidaturas mais adequadas, as alianças. Mas isso quem vai determinar é, lá na frente, o povo brasileiro.

Quero concluir, porque o que me trouxe à tribuna são as insinuações. Pena que eu não tenha trazido aqui o editorial do **O Globo**. Não é nenhum petista falando. Porque é assim: pressupõe-se que um está falando a verdade, mas o Ministro está mentindo. Um está falando a verdade, mas o Ministro está mentindo. Então, o que precisamos, de forma muito clara e contundente, é não ter dois pesos e duas medidas, formas diferenciadas de tratar coisas graves, como a questão da quebra ilegal de dados sigilosos, vazamento, porque há dois pesos e duas medidas escandalosamente colocados atualmente na divulgação no plenário e no comportamento da Oposição.

Então, temos que trazer isso. O Ministro Peluso disse, quando concedeu a liminar, que senão reviveria órgão análogo de épocas do autoritarismo. Essa declaração não é de qualquer pessoa, mas de um Ministro do Supremo. Determinados procedimentos, determinadas formas como se processam o ataque e o combate nesse período eleitoral, em alguns momentos lembram, sim, a época da ditadura. E não sou eu que estou dizendo. É nada mais nada menos do que um Ministro do Supremo, ao avaliar – ao conceder a liminar – a maneira como os assuntos vêm sendo tratados na CPI dos Bingos.

Por isso, Sr. Presidente, encerro minha fala. Se houver necessidade, depois me inscrevo novamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma explicação pessoal a respeito de um assunto grave.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O próximo orador é o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, tenho um requerimento da Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber em que lugar estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador José Agripino está inscrito antes de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes do Senador Paulo Octávio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Antes do Senador Paulo Octávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois, V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, fará uso da palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e peço desculpas aos companheiros, mas espero a compreensão de S. Ex^as pela tolerância.

Há poucos minutos, fui abordado por vários jornalistas, principalmente de televisões brasileiras, que me indagaram sobre possível participação minha no caso que envolve o meu conterrâneo Francenildo e a quebra de seu sigilo.

Desde sexta-feira, tenho sido procurado por jornalistas com a informação truncada, com origem no Governo, de que eu seria o protetor do Francenildo e de sua família.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas porque fui omisso; eu devia ter me colocado à disposição desse rapaz e de sua família desde o primeiro momento. Era meu dever. É um piauiense que, embora não o conheça, nem tampouco a sua família, está passando por um momento difícil. Como Senador, era meu dever tomar providência dessa natureza. Não o fiz em parte, talvez, porque o noticiário dizia que esse rapaz estava sob a proteção da Polícia Federal.

Pois bem. Hoje, a mãe, numa entrevista – não tenho conhecimento da entrevista – dada numa televisão em Teresina, disse que no Senado, em Brasília, estaria recebendo apoio meu e do Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, que também é Corregedor desta Casa, o único apoio que dei – e tenho certeza de que foi nesses termos também que assim procedeu o Senador Mão Santa, que pode confirmar – foi o apoio da tribuna, o apoio moral e a presença na Comissão. Aliás, quero deixar claro que só tomamos conhecimento de que ele era piauiense, ele já sentado na Comissão para depor.

De forma que o Governo querer desviar os fatos e acusar a Oposição, no caso pessoal a mim, não me

intimida, não me curva, mas é, acima de tudo, uma insensatez e uma prova de desespero.

Sr. Presidente, como eu teria acesso a um sigilo bancário às oito e meia da noite? Como saberia, desde janeiro, que o Francenildo tinha algo a declarar e pedir a seu pai que lhe mandasse dinheiro para Brasília?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas quem disse que foi V. Ex^a?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – BA) – Acabo de dar uma entrevista em que a imprensa me aborda sobre esse tema. A imprensa geralmente tem o direito de guardar a fonte, mas sei que as fontes são palacianas, são do Governo, são fontes maldosas, sem nenhum fundamento. Aliás, até a semana passada, Senador Antonio Carlos, eu era tido nesta Casa como defensor do Ministro Palocci, como protetor do Ministro Palocci, quando o seu Partido não o defendia.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Isso tudo é a pesquisa, é a última pesquisa Data-Folha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse aparte porque V. Ex^a está dando uma explicação pessoal, Senador, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – BA) – E, agora, o Partido fez as pazes com Palocci, resolveu mudar, não o combate mais e se abraça com a política do Ministro Palocci. E aí querem pegar a mim e ao Senador Mão Santa como bode expiatório.

Senador Corregedor, abro de antemão o meu sigilo bancário, telefônico e até do pensamento. Se descobrirem uma ligação, um contato meu com o Francenildo, com o pai do Francenildo, com a mãe do Francenildo e quem quer que seja que tenha ligação com o Francenildo, da data que quiserem à data que bem acharem... Agora, é lamentável que se use esse tipo de expediente.

A primeira informação, Senador Tião Viana, é de que, procurado em Teresina pelo Governo, o Governo do PT lá do Piauí deu informações de que isso era coisa de quem faz oposição aqui. É o caminho mais fácil.

Agora, venhamos e convenhamos, Senador Mão Santa, e vamos ser bem claros. Não estou acusando porque acho que esse sigilo saiu daqui. Mas nós temos episódios nebulosos, Senador Antonio Carlos Magalhães, no Piauí, envolvendo a Caixa Econômica. Na última campanha eleitoral, vazaram inclusive filmagens do circuito interno de televisão, para expor o candidato do nosso Partido. E quero lembrar que o Governador do Estado é funcionário da Caixa, foi Presidente do Sindicato, e a indicação do superintendente de lá é da sua lavra.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quem é esse B. de Sá?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero deixar bem claro, para que não fique nenhuma dúvida: não conheço o Presidente da Caixa – nunca entrei na Caixa Econômica –, o Diretor da Caixa, o Superintendente, ou sei lá que diabo seja! Nunca entrei na Caixa Econômica do Piauí. Agora, não admito que fatos dessa natureza...

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que não houvesse aparte porque é uma explicação pessoal. Desculpe, Senador. Todos estamos com ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, Senador José Agripino, estou fazendo esse registro aqui, mostrando a minha surpresa e indignação. Pensei no começo que fosse um fato isolado de um repórter aqui ou de outro por lá, mas hoje vi que não, que é uma decisão de Governo. Não vou me amedrontar com isso. Só exijo desta Casa que se apure até as últimas consequências esse episódio envolvendo esse caseiro, porque, ao que me parece, tem bem mais lama por trás disso do que até agora foi anunciado.

Eu nunca vi uma perseguição contra um cidadão que apenas disse que viu um Ministro numa casa suspeita. Se o Ministro nunca foi àquela casa, o que precisava? Manter a afirmação de que não foi e provar que não foi. Estava encerrado o episódio. Agora, querer encontrar na Oposição bode expiatório para o vazamento e para a quebra de sigilo bancário, não aceitaremos. A Oposição não aceita isso. A Oposição não tem acesso a esse tipo de sigilo nem a esse tipo de informação.

Portanto, Sr. Presidente, que é o Corregedor da Casa, coloco-me à disposição. Agora, gostaria que os caluniadores, se tiverem mandato, que coloquem também os seus sigilos à disposição e que se submetam à Comissão de Ética, porque irei levá-los até lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, V. Ex^a invocou a Corregedoria, diria eu, com uma representação oral, em termos. Eu acho que há duas hipóteses. É claro que vou tomar providências e vou pedir o requerimento de V. Ex^a.

A segunda, a agressão primária, foi à CPI dos Bingos. A apuração tem de ser acompanhada pela CPI dos Bingos, sem prejuízo da apuração individual do que atinge V. Ex^a.

Então, vamos tomar as providências. Mas eu acho que a CPI dos Bingos não pode se afastar da apuração da ocorrência malfadada que está registrada em todos os jornais e revistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a e me coloco à inteira disposição para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a ler agora o requerimento que está sobre a mesa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 293, DE 2006

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, seja aprovado Voto de Congratulações pelo transcurso do aniversário de noventa anos do ilustre brasileiro, baiano de Santo Amaro da Purificação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.

Justificação

Padre por vocação, Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade – que prefere ser chamado apenas de “padre” – comemora hoje seu nonagésimo aniversário.

Gaspar Sadoc da Natividade nasceu em 1916, em Santo Amaro da Purificação. Em 1929, antes de completar 13 anos, mudou-se para Salvador, onde fez o curso básico no Seminário Menor São José, e filosofia e teologia no Seminário de São José Maior.

Ordenado em 1941, foi o primeiro vigário da Paróquia de São Cosme e São Damião, na Liberdade, onde ficou por sete anos. Depois, foi ajudar a construir a Paróquia Cristo Rei São Judas Tadeu, na Baixa de Quintas, e permaneceu no local por 17 anos. De lá, saiu para a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, onde até hoje celebra missas e embevece a assistência de fiéis como um dos maiores oradores que a Bahia já produziu.

Como professor de latim ou história, lecionou no Ginásio Dom Macedo Costa e colégios da Polícia Militar e Sofia Costa Pinto, além da Escola Técnica. Foi também mestre de vários padres e bispos da arquidiocese.

É porque a Bahia está em festa nesse dia – e o Senado não pode faltar a ela – que apresento o presente Requerimento de Congratulações ao Padre Sadoc, à Paróquia de Nossa Senhora da Vitória e ao povo baiano.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para encaminhar, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – A Bahia está em festa, em particular Santo Amaro da Purificação, terra de Dona Canô, de Bethânia e de Caetano, pelos noventa anos do Padre Sadoc da Natividade, que é o Vigário-Geral da Arquidiocese de Salvador. É um padre por vocação, Sr. Presidente, que prefere ser chamado de padre a monsenhor, e que comemora noventa anos com uma lucidez notável, sendo talvez o maior orador sacro do Brasil. Nascido em 1916, em Santo Amaro, mudou-se, em 1929, para Salvador, onde fez o curso básico no Seminário Menor de São José e Teologia no Seminário de São José Maior.

Ordenado em 1941, foi o primeiro vigário da Paróquia de São Cosme e São Damião, onde ficou por sete anos. Depois de ajudar a construir a Paróquia do Cristo Rei São Judas Tadeu, onde ficou na Baixa de Quintas, permaneceu no local 17 anos, sendo queridíssimo nesse local. De lá foi para a Paróquia Nossa Senhora da Vitória, a minha Paróquia, onde até hoje celebra missas, batizados, casamentos e, sobretudo, é um grande orador sacro da Bahia.

Sempre recordo que ele se encaminhou juntamente com Dom Eugênio Araújo Sales, quando este foi nomeado Cardeal do Rio de Janeiro. Os oradores foram dois baianos: Padre Sadoc da Natividade e Pedro Calmon, dois brilhantes baianos. E ninguém pode dizer hoje quem fez a melhor homilia ou discurso, se foi Pedro Calmon ou se foi Padre Sadoc. Padre Sadoc é uma entidade na Bahia.

Todos nós aqui estamos felizes. Acabamos de falar com ele. Neste instante está havendo – ou vai haver às 18 horas – uma missa solene onde toda Bahia estará presente. Ele está inteiro aos 90 anos, lúcido, perfeito. É afro-descendente. E continua a trabalhar pela Igreja, com o apoio de vários cardeais. E ainda agora o tem do Cardeal Dom Geraldo Majela, que é o Arcebispo Primaz de Salvador e o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Padre Sadoc merece essa homenagem do Senado. Daí por que eu peço a V. Ex^a que coloque em votação e faça chegar à família baiana e ao Padre Sadoc esse nosso requerimento da Bancada baiana.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente quero, neste momento, associar-me a essas homenagens ao Padre Sadoc e subscrever tudo aquilo que foi dito aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em homenagem a esse grande santo-amarense e orador sacro que é o Padre Sadoc.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa convida V. Ex^a, Senador Tourinho, para assinar o requerimento.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me associar a essa homenagem tão justa prestada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães – o grande amigo do Padre Sadoc – quando ele completa 90 anos de vida dedicada à sua fé e ao povo baiano.

Eu tenho a maior admiração pelo Monsenhor Sadoc pela sua dedicação a todos os seus paroquianos e à sua querida Santo Amaro, que também deve ser homenageada neste momento.

Portanto, eu me associo – e o assinarei com a maior satisfação – a esse requerimento, a esse voto de congratulação de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Senador Heráclito Fortes. E, em seguida, ao Senador Paulo Octávio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com a maior alegria que eu me associo ao requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nessa homenagem que presta ao Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade.

Quero dizer que tive a oportunidade de conhecê-lo, inclusive, na casa do Senador Antonio Carlos Magalhães, apresentado a ele que fui pelo meu grande amigo, Luís Eduardo Magalhães, e tive a oportunidade de, em três ou quatro ocasiões, ouvi-lo por diversas vezes. Uma cultura fantástica, um homem simples e, acima de tudo, atualizado com sua gente

e com o seu tempo. Era, talvez, uma das pessoas a quem – e o Senador sabe bem disso – o Deputado Luis Eduardo Magalhães admirava, exatamente pelo seu comportamento com relação aos caminhos que a Igreja aqui tomava.

Portanto, associo-me a V. Ex^a por esta justa homenagem que presta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tive o privilégio de conhecer o Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade, amigo do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas em nome da grande Bancada baiana que temos em Brasília – temos quase 40 mil baianos e muitos deles conviveram com o Monsenhor Sadoc...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Seus eleitores.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Deus te ouça, Senador! Quero me solidarizar – e também ter o privilégio de assiná-lo – com o requerimento encaminhado pelos Senadores da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, esta Presidência pede licença para endossar o requerimento de V. Ex^a. Quando V. Ex^a diz que um homem é santo é porque ele é mesmo.

A Presidência comunica ao Plenário que os votos de congratulações serão encaminhados conforme a solicitação feita.

O requerimento vai ao Arquivo.

Estou admirado com a postura da Senadora Patrícia, observando V. Ex^a falar sobre o padre. Como ela já é uma presença meio santificada nesta Casa, ilustrou o discurso de V. Ex^a com um olhar fixo em suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Lerei a ordem de inscrição e de Lideranças dos Srs. Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho, em seguida falará o Senador José Agripino como Líder, depois o Senador Arthur Virgílio como inscrito, o Senador Paulo Octávio como Líder da Minoría por delegação, em seguida o Senador César Borges como inscrito e o Senador Cristovam Buarque, também como inscrito.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe, hoje, um assunto importante: o Banco Popular do Brasil. Quero dizer que, enquanto

todos os Bancos, neste País, ganham dinheiro, o Banco Popular do Brasil perde dinheiro.

Quero fazer uma outra afirmação aqui, dizendo o seguinte: ele vai quebrar, Senador Antonio Carlos. Em seis meses, matematicamente, esse Banco vai quebrar, porque, a continuar como está, com o desempenho que demonstrou em 2005, ele terá que constituir uma provisão de tal forma, para aquilo que está vencido, que vai ficar com o patrimônio líquido negativo. E o Banco Central será obrigado a fazer uma intervenção nesse Banco. Essa é a primeira colocação que faço.

Vou até analisar alguns dados do seu balanço publicado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há um orador na tribuna. Por favor!

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Balanço publicado na calada da noite do carnaval. Ele tinha um patrimônio líquido, em dezembro de 2004, de cerca de R\$90 milhões. Fazia dezembro de 2005 com R\$28,8 milhões, representando, pois, uma perda de R\$62 milhões. É bom lembrar que esse Banco foi constituído com aporte do Governo Federal de cerca de R\$90 milhões, que foi o que se constituiu, inicialmente, no seu patrimônio líquido.

O que é o crédito de liquidação? São aquelas operações que o banco é obrigado a lançar a prejuízo depois que elas ficam, determinado tempo, vencidas por 60 ou 90 dias, Senador César Borges. Esse aumento do crédito de liquidação que ocorreu ao longo desse tempo levou a que um terço das suas operações “em ser” da sua carteira tenha sido levado a crédito de liquidação. É um número absurdamente alto e que não dá para entender.

No momento em que se analisa essa própria carteira, verifica-se que cerca de 50% da carteira hoje estão vencidos. Não estou tirando conclusões. Essa é a Nota 6 do relatório do banco sobre o seu balanço. Está lá escrito. E dois terços desses 50% estão vencidos há mais de 90 dias. Quem tem algum conhecimento de banco sabe que operações vencidas com 90 dias são operações de difícil recebimento, são operações não viáveis daí para frente. A consequência disso, então, é que o Banco se descapitalizou, mais uma vez, e viu seu patrimônio líquido reduzido de 90 para 28. Em 18 meses de atividade, um ano e meio, Senador Romeu Tuma, 75% do patrimônio líquido foi perdido, foi jogado fora.

O exame da demonstração de lucros e perdas demonstra que o Banco está perdendo dinheiro operacionalmente, fruto do grande volume de operações vencidas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães referiu-se aqui à impoluta figura do Sr. Ivan Guimarães, consi-

derado um grande mestre na arte de tomar conta de bancos. Naquele tempo, o que havia? No primeiro ano em que o banco operou, em seis meses, gastou R\$ 24 milhões em publicidade. Anunciou, quando houve a intervenção do Senador Tasso Jereissati e a minha, sobre esse caso – aliás, o Governo ficou de dar informações e nunca o fez –, que iria gastar, em 2005, mais R\$ 20 milhões. Se não tivesse havido essa intervenção de nossa parte, diria que, hoje, o banco estaria quebrado porque teriam gastado dos R\$ 20 milhões e consumido quase todo o patrimônio líquido. Não gastaram. Gastaram apenas R\$ 2 milhões em 2005, depois das denúncias feitas neste Plenário, na Comissão em que se analisava a questão do Banco Popular do Brasil.

Com isso, verificamos aquilo que eu já disse e repito: com mais algum tempo, em seis meses, o Banco vai quebrar. não tenho a menor dúvida. E ainda: algumas receitas contabilizadas e que são difíceis de serem entendidas, dando até a perceber que alguma coisa de relação com o Banco do Brasil ainda existe de forma não muito clara, desde que, nas notas do balanço, é esquisito reparar que R\$ 9 milhões foram repassados pelo Banco do Brasil ao Banco Popular do Brasil por serviços prestados.

Ora, esses Bancos fazem a mesma coisa. Aliás, quando digo isso, é porque não havia nenhuma razão para esse Banco ter sido criado porque ele faz bancarização, ou seja, ele quer aquele processo de inclusão bancária das populações mais carentes ou que tem menos recursos. Mas isso o Banco do Brasil faz. Isso a Caixa Econômica faz, Senador César Borges. E não tem o menor sentido se criar um banco para fazer isso. Porque ele não trabalha no microcrédito orientado. Esse é que o grande problema. Porque, se trabalhasse dentro daquilo que foi estabelecido do microcrédito orientado, creio que haveria alguma defesa. Mas o que ele tem feito é comprar carteira de outros bancos. E já vimos como o BMG e o Banco Rural foram beneficiados nesse processo com a Caixa Econômica Federal e com outros bancos estatais e, sobretudo, propiciando um grande aumento do crédito que elevou o consumo ao valor que nunca existiu, oriundo basicamente desse aumento do crédito, sobretudo naquelas operações consignadas, discutíveis mais do que nunca quando feitas com aposentados, que não têm a menor condição de ter uma renda adicional que venham a pagar e fazer face a juros, por mais baixos que sejam.

Dentro dessas condições, operando mal como opera, não entendo primeiro por que foi feito e afirmo tranquilamente que, não estando ele inserido no contexto do microcrédito produtivo, concorrendo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal,

com o que os bancos estatais fazem, descapitalizando-se, vai necessitar de recursos.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a trata de uma gestão desastrosa à frente do Banco Popular. Tudo leva a crer, segundo o que ouvimos do Sr. Ivan Guimarães na CPI dos Correios, que esse Banco foi criado para fazer parte do valerioduto, porque efetivamente o que fez foi contratar as empresas do Sr. Marcos Valério para transferir esses recursos. E o Sr. Ivan Guimarães é conhecido, da origem sindicalista do próprio Banco, como um grande captador de recursos para o Partido dos Trabalhadores. O que menos fez foi crédito e, quando o fez, procedeu dessa forma, promovendo uma inadimplência inacreditável. Gostaria de fazer a V. Ex^a uma pergunta. O Banco está quebrado do ponto de vista do patrimônio líquido; está indo para a insolvência. Mas, evidentemente, tem uma controladora, que é o Banco do Brasil. O Governo, como disse V. Ex^a, disponibilizou o capital. Então, esse Banco vai sobreviver, Senador Rodolpho Tourinho, porque o Governo vai aportar recursos do Banco do Brasil, do próprio Governo Federal, recursos dos contribuintes, que poderiam estar sendo aplicados em saúde, educação, para manter essa gestão desastrosa, utilizando os recursos sagrados do contribuinte brasileiro. Pergunto a V. Ex^a se é essa a conclusão. Porque o Governo ou o Banco do Brasil deixam fechar o Banco e ele quebrar, ou vai capitalizá-lo para não quebrar. E capitalizando, o faz com recursos do contribuinte, que será desviado. Pergunto-lhe se essa análise é a correta.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Senador César Borges, é absolutamente perfeita a sua análise. O Banco tem uma das maiores inadimplências de que já ouvi falar, que é jogar em prejuízo um terço da sua carteira, 33% de sua carteira. Isso é, pelo menos, dez vezes maior do que a média do mercado do setor privado. Então, ele não tem a menor condição de, no prazo de seis meses, reverter a posição que, matematicamente, o levará a um patrimônio líquido negativo. Se se transformar em patrimônio líquido negativo, só há duas hipóteses: a primeira é a intervenção ou liquidação pelo Banco Central; a segunda é de que o dinheiro do contribuinte brasileiro seja novamente aportado, como foi da primeira vez – foram cerca de 90 milhões –, para salvar o Banco. E outra vez, como esse Banco não tem conserto nem finalidade, ele vai outra vez consumir – garanto desta tribuna – aquilo que for aportado como aumento de capital.

De forma que não vejo outra saída a não ser a de encerrar imediatamente as atividades desse Banco

ou já preparar recursos do contribuinte brasileiro para mais um rombo que verificamos neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a pelo cumprimento do horário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo a V. Ex^a que estou encaminhando neste momento um requerimento ao Presidente do Senado Federal com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 01, de 2001, e com base também no art. 10a, da Lei nº 9.613/98, para que haja o fornecimento à Casa do sigilo bancário, conta bancária, poupança e tudo o que determina a abertura de sigilo bancário de um cidadão, cartão de crédito também, do Sr. Francenildo dos Santos Costa, desde o dia 1º de janeiro de 2006 até a data de hoje.

Isso é um ato que pode, no final, confirmar todo o entendimento do caseiro, de que venha a ser vítima de alguma conspiração política, para desqualificá-lo ou pode colocar a verdade nos termos. O que importa é que a verdade seja devidamente apurada e apresentada com transparência à sociedade brasileira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o encaminhamento processual legítimo dessa matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com uma emenda para Paulo Okamotto também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Porque o Senador Tião Viana disse que vai votar Okamotto, que ele não votou na Comissão dos Bingos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, na Comissão dos Bingos, isso não era adequado do ponto de vista processual, regimental e constitucional. O meu entendimento da quebra do sigilo do Sr. Okamotto aqui o é. Peço a V. Ex^a que determine que seja feito...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a já havia votado uma vez.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não; fui contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Okamotto, não; a primeira vez votou a favor.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Acho que o único voto a favor foi o meu, Senador Antonio Carlos. Vamos apurar e trazer à lembrança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O único pedido é que não seja emenda, mas que seja feito um requerimento nos mesmos termos, que não haverá nenhuma objeção da minha parte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu farei nos mesmos termos para que se votem ambos juntos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, sobre o mesmo tema, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um intróito que se refere ainda ao pronunciamento da Líder do PT, porque há uma diferença muito grande entre se ter ido ao Supremo para garantir uma CPI que iria investigar e se ir ao Supremo para obstaculizar a investigação. Essa é uma diferença grande.

A Senadora referiu-se também a vazamento. Vazamento é uma coisa, quebra de sigilo do jeito que foi feita configura algo muito mais grave. No episódio ao qual S. Ex^a se referiu também, do Sr. Onyx Lorenzoni, do PFL, o Deputado acusado de vazamento trabalhou com uma sessão onde todos ali estavam, com documentos que não tinham por que ficar escondidos. Qualquer um poderia ter feito aquilo.

Entendo, Sr. Presidente, que não podemos fugir do fato de que, se há denúncia de corrupção e se há a denúncia de irregularidade, ela tem que ser investigada.

Mas vou fazer um adendo, vou me dispor a assinar, com o Senador Antonio Carlos Magalhães, seguindo a sugestão de S. Ex^a, esse requerimento pedindo a quebra dos sigilos do Sr. Paulo Okamotto. Entendo que seria possível se fazer isso na Comissão sim; entendo que não há por que não se abordar por aqui também. Nós dois faremos nos mesmos termos que ele sugere para o Sr. Francenildo, apenas mudaremos os nomes. Agora, com uma diferença: vamos abrir a caixa preta do Sr. Okamotto, mas de maneira policial, inclusive com uma grave ameaça para a vida do Sr. Francenildo, que perdeu a confiança na Polícia Federal. Não sei se foi ela, mas ele acusa a Polícia Federal de ter tirado os

documentos dele e, a partir daí, ter quebrado o sigilo. E eu dizia hoje à Senadora Heloísa Helena, que foi quem me deu a notícia, que não precisa necessariamente ter sido a Polícia Federal. O Governo pode ter, a essa altura, domínio sobre o sigilo do Senador José Agripino ou sobre o meu e não precisa estar com o meu documento nas mãos. Existem meios eletrônicos, existem meios de informática que facilmente satisfariam esse desejo policial do Governo.

Denuncio o fato de que vimos, em 24 horas, quebrado o sigilo do Sr. Francenildo, o jovem caseiro de 24 anos que cometeu o crime de dizer que viu o Sr. Palocci na casa das negociações, aonde ele disse que não ia, e não conseguimos, em quatro meses, quebrar o sigilo do Sr. Paulo Okamotto.

Fico feliz, Senador Tião Viana, com a sua decisão de apoiar o nosso requerimento. Do mesmo modo, não me oponho à quebra do sigilo do Sr. Francenildo, portanto a apoio, porque apenas a verdade deve vir à tona, de uma vez por todas. Mas tentei fazer a diferença entre vazamento e esse crime de quebra de sigilo; entre o vazamento, que poderia corresponder à levianidade de alguém que quisesse sair de noite no Jornal Nacional – e não foi esse, nem de leve, o caso do Deputado Onyx Lorenzoni –, e o crime que representa um estado policial em marcha neste País, um estado policial contra o qual todos devemos nos insurgir. Nenhuma ditadura, nenhum regime autoritário começa com tudo. Começa sempre do nada, geralmente com uma figura ridícula, e temos na república do rabo preso várias figuras ridículas. Hitler parecia uma figura ridícula no começo. Começa com uma figura grotesca, como o Sr. Chávez, e vai, aos poucos, fazendo cair os pilares da democracia; vai, aos poucos, fazendo cair a resistência daqueles que se opõem aos golpes que seriam intentados mais adiante.

A quebra de sigilo é grave! O que fizeram ilegalmente é grave! Significa a violência contra um homem humilde como ele, mas significa uma ameaça sobre todos aqueles que possam ameaçar o projeto de poder que aí está, já que projeto de País não existe, e projeto de Governo tampouco.

Portanto, entendo que devo assinar o requerimento com o Senador Antonio Carlos Magalhães, se S. Ex^a não se opuser. Assinarei o requerimento e, Senador Tião Viana, endosso todas as quebras de sigilo que V. Ex^a sugeriu em relação ao Sr. Francenildo e concordo com elas.

Sr. Presidente, vou dar um palpite pessoal meu. Houve pessoas do Governo, do PT, dizendo que iria surgir uma notícia. Parece até que alguns sabiam que ia sair uma notícia envolvendo esse tal depósito. Observe como esse Governo começa a ter muito

azar. Preste atenção, Sr. Presidente, como começa a ter azar. Caseiro, geralmente, é gente pobre. Caseiro com R\$25 mil na conta e com movimentação de R\$38 mil talvez só haja esse, em Brasília. Talvez não exista outro. Então, quebraram criminosamente o sigilo do caseiro. Chegaram lá, viram que ele tinha uma movimentação de conta anormal, acima do que seria de se esperar da conta de um caseiro, e depois quebraram a cara quando ele mostrou que tinha procedência e que havia lá o homem do Piauí, pai dele. Eu não gosto dessa expressão "pai natural", pois pai verdadeiro, para mim, pode ser natural ou não, pode ser no papel ou não. Os dois são pais naturais. Todo aquele que é pai mesmo é pai natural. Mas se chama assim, nesse linguajar meio conservador, de "pai natural". Ele mostrou recibos, enfim. E o que passou imediatamente pela cabeça da cúpula do Governo – e estou cada dia mais distante do Sr. Thomaz Bastos – foi o seguinte: "Eles da Oposição subornaram; eles da Oposição deram dinheiro a ele; eles da Oposição fizeram o caseiro, a soldo de dinheiro, fazer a denúncia que fez". Porque se acostumaram, talvez, eles do Governo, com a idéia da propina, com a idéia do suborno, com a idéia de entender que esse é o método, que essa é a forma de se governar o País. Se foi assim o mensalão, por que não seria assim agora com o caseiro, de nossa parte? Se é possível de lá, por que os daqui não o fariam também? Simplesmente quebraram a cara, Sr. Presidente, porque tem dinheiro do Piauí, do empresário de ônibus, os recibinhos na mão dele. É um azar danado. Quando eles viram dinheiro na conta de um caseiro pobre, falaram: "Ih! Meu Deus, isso deve ter sido R\$5 mil do Antonio Carlos, R\$5 mil do Arthur Virgilio, R\$5 mil do José Agripino, R\$5 mil do Heráclito, R\$5 mil não sei de quem, no total, trinta mil e não sei quantos". Quebraram a cara!

Começam a dar azar, juntando com o fato de que a última pesquisa DataFolha é muito auspíciosa: o Governador Alckmin mal dá os primeiros passos e já cresce seis pontos, Lula cai um, assim como, quanto aos indicadores do Governo, alguns poucos se estabilizaram e os demais todos se deterioraram. Isso é sinal de que parou aquela fase de se falar sozinho, de não se ter contraponto. Já se começa novamente a oferecer uma opção à Nação.

De qualquer maneira, vale a pena quebrar o sigilo que já estava quebrado e vale a pena termos o apoio significativo desse homem público que eu respeito e que tem um saldo enorme em conta corrente nesta Casa, pelo que já fez pelo País e pelo que já fez de diálogo democrático com a Oposição, o Senador Tião Viana. Vale a pena ter o apoio dele, pelo que representa de prático e de simbólico, para finalmente conseguirmos

fazer isto que já é anseio dos editorialistas de jornais, é o anseio do cidadão comum das ruas, é o anseio de todos de bem deste País: ver o que há e o que não há por trás das contas desse homem misterioso, essa espécie de bombril de mil e uma utilidades da República que é o Sr. Paulo Okamoto.

De minha parte, eu assino um. Se for o caso, estou pronto para assinar os dois. Assino mais oito ou dez, se aparecerem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antero Paes de Barros, é sobre o assunto?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então, tem V. Exª a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senadora, é sobre o assunto também?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo art.14, por ter sido citada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, também é sobre o assunto?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu estou inscrito como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sim. Mas é somente para terminar o assunto.

Eu pediria urgência para terminarmos a solicitação do Senador Tião Viana.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está bem. Eu vou encaminhar o assunto.

Eu fico triste. Com muita sinceridade, fico triste. Se partisse de uma figura menos querida, isso não me assustaria tanto. Mas fico triste quando o Senador Tião Viana propõe isso.

Senador Tião, o que o PT deveria fazer era propor a esse caseiro o que propôs àquele cidadão dos Correios que achou os dez mil e os devolveu. Esse cidadão não é para ser investigado, mas é para ser condecorado!

Não existe nada, absolutamente nada na lei que autorize o Senado da República a endossar a violência do PT, a violência de setores do Governo que invadiram a conta do caseiro. Por que isso? Quebrar o sigilo bancário do caseiro? Está quebrado! Está quebrado o sigilo do Sr. Francenildo. Ou não está?

Ele deu o depoimento de manhã e, no outro dia, estava nas redações dos jornais.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eles só arrombam porta aberta.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Estava na redação dos jornais. Querer fazer troca disso? O cidadão é simples e é honrado. O Sr. Paulo Okamotto não é simples e tem o que esconder. É diferente.

Perguntaram para o garoto, e ele explicou rapidamente a questão das suas contas. Tenho dificuldades de fazer essa violência contra os humildes. Essa violência é injustificável. Proporia que se quebrasse o sigilo de nós todos da Oposição, do Senado inteiro, para verificar se foi alguém que contribuiu. Por que fazer essa violência contra o rapaz que teve a coragem cívica, diante de uma CPI, com todas as luzes, de dizer que existia, sim, a República de Ribeirão? Por que, em vez de condecorá-lo, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva manda invadir a conta do caseiro? Ou isso também o Lula não sabia? Ou isso também ele não sabe? Não dá para aceitar isso.

Sr. Presidente, vou reapresentar a quebra de sigilo do Sr. Paulo Okamotto na CPI, enquadrando-o conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal – no prazo e para quebrar.

Inclusive, essa é uma prática antiga do PT. Lembro o episódio do Ibsen Pinheiro, quando o Sr. Waldomiro Diniz foi lá, todo serelepe, entregar o sigilo que acabou resultando na cassação do Sr. Ibsen Pinheiro. Depois, a história documentou, pela reportagem da revista **Istoé**. Então, não dá autorização ao PT, porque agia assim quando estava na Oposição, de entender que agora é a Oposição quem está irrigando essa questão do caseiro.

Vou diariamente pedir ao meu chefe de gabinete para informar a minha conta. Só tenho uma conta, que é no Banco do Brasil, e vou diariamente mandar a conta para o Márcio Thomaz Bastos, porque já sabe mesmo. Hoje, liguei para o Banco para pegar o saldo, que é de R\$ 13.547,00. Todo dia darei o saldo aqui para o Sr. Márcio Thomaz Bastos. Incrivelmente, é credor.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, que já declarou que falará sobre o assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É o art. 14, por ter sido citada. Pode ser pela ordem, pelo art. 14 ou pelo art. 33, segundo o Senador Arthur Virgílio.

Quero falar, continuando na mesma toada que tive da tribuna. Vazamento e quebra de sigilo devem ser combatidos sempre, para com todos, de todas as

formas, e não venha me dizer que isso não é vazamento, porque citei aqui vários exemplos, que não tiveram controvérsia ou polêmica. Não houve discursos inflamados de ninguém da Oposição quando se quebrou sigilo fiscal por meio transverso; sigilo que estava impedido de ser quebrado ou divulgado.

Fizeram por meios transversos a quebra dos sigilos telefônico e fiscal de outras pessoas. Foram divulgados dados de alguém que tinha impedimento pelo Supremo de quebra de sigilo. O Senador Tião Viana está dizendo que nem transverso foi.

Chamam muito a nossa atenção – volto a dizer – os dois pesos e as duas medidas. Quando é para atingir alguém do Governo, não há problema. Pode-se quebrar, pode vazar, pode-se tudo. Quando é para outra modalidade, a controvérsia e a polêmica vêm.

O Senador Tião Viana, com toda a calma e a tranquilidade de S. Exª, está pedindo algo absolutamente necessário. Nada há contra a pessoa do Sr. Francenildo, que tem total e absoluto respeito de todos nós.

No episódio Francenildo, houve um vazamento de algo que não sabemos como foi processado porque a revista tem direito de reservar sua fonte. Até agora, há um monte de ilações. De novo, as ilações já são peremptórias e transitadas em julgado. Já estão transitadas em julgado a culpa do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a culpa do Sr. Jorge Mattoso e a culpa do Governo como um todo. Neste Plenário, julga-se e a decisão transita em julgado com uma rapidez que nunca vi, desde que isso signifique atingir o Governo, o PT e ministros do Governo Lula.

Não há problema algum. A tranquilidade com que o Senador Tião Viana pede a quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo poderá trazer as informações a público, de forma clara, sem demérito a ninguém no procedimento. Teremos, sim, a tranquilidade para avaliar se houve ou não algum tipo de intermediação ou interesse outro que não o de um cidadão brasileiro que veio prestar um depoimento e disse o que viu ou deixou de ver.

Portanto, Srª Presidente, quero dizer que a tranquilidade não foi rompida pela Bancada governista, muito ao contrário. Todos os pronunciamentos extremamente apaixonados, peremptórios, empolgados, com muita vibração, não foram da parte da Bancada governista, que está buscando portar-se nesse episódio com a tranquilidade que o assunto exige de todos nós, apesar de sua gravidade. Que se apure, que se investigue, que se passe a limpo, inclusive essa situação que é tão interessante.

Falaram aqui das pesquisas. Um caiu um ponto; o outro subiu seis. Quem não imaginava que haveria va-

rições? Ficaria muito admirada se, depois de definido o candidato, não houvesse mudança na pesquisa.

Creio que se deve ter calma e tranquilidade. O momento exige de todos nós a tranquilidade que não vi hoje na Oposição. Esta, aliás, continua muito afoita – afoita! – a buscar atingir de forma sistemática o Governo Lula, seus ministros e as personalidades do PT.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há outros inscritos: os Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, Paulo Octávio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador) – É sobre o assunto, Sr^a Presidente. Vou falar sem nenhuma pretensão de ser exacerbado, atendendo à recomendação da Líder Ideli Salvatti. Sem exacerbação, com muita serenidade, com muita tranquilidade, a mesma tranquilidade com que o caseiro Francenildo se apresentou como testemunha ocular de fatos que comprometem o Ministro Palocci.

O que nos cabe, neste momento, não é quebrar o sigilo já quebrado do caseiro Francenildo, mas responsabilizar quem quebrou de forma ilegal o sigilo de um trabalhador. Parece-me, Sr^a Presidente, que querem estabelecer aqui um precedente extremamente perigoso. Estamos extrapolando os limites da nossa autoridade. Não nos assiste autoridade para propor aqui a quebra de sigilo bancário de quem quer que seja, mesmo que o sigilo já esteja quebrado, como é o caso. Cabe, sim, à Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o fórum adequado para essa discussão e para essa providência. É lá que temos, por exemplo, que quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto, que é alvo de investigação. O caseiro não está sendo investigado por ninguém. Não há inquérito instaurado, não há denúncia formulada e não cabe nem mesmo petição judicial para se quebrar o sigilo bancário do caseiro. Nenhuma argumentação jurídica sustentaria uma petição judicial com esse objetivo. O que houve foi uma afronta à Constituição, uma invasão da privacidade de um cidadão trabalhador, numa atitude fascista, reacionária e covarde do oficialismo. E quando alguém pretende legalizar, a **posteriori**, um ato ilegal, propondo aqui a quebra de um sigilo bancário que já foi quebrado, faz-se a insinuação de que o caseiro possa ser desonesto. Pois bem, Sr^a Presidente, é uma insinuação preconceituosa que parte do princípio de que um trabalhador humilde não pode sequer ter conta bancá-

ria, não pode sequer ter uma movimentação financeira modesta, como é o caso do caseiro Francenildo.

Portanto, esta Casa não pode se associar à violência contra direitos individuais. Não temos nenhuma justificativa que nos autorize a quebrar o sigilo do caseiro, em que pese o fato, repito, de ele ter sido agredido nos seus direitos individuais com a devassa da sua modesta movimentação financeira na Caixa Econômica Federal.

O Governo está com a palavra. Cabe ao Governo, por se tratar de um banco público, responsabilizar os autores desse crime. É isto que devemos, neste instante, requerer: a responsabilização dos autores desse crime que afrontou a Constituição do País.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passarmos à leitura do requerimento, prorrogamos a sessão por trinta minutos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 294, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobras acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre o prejuízo que a Petrobras acumularia na licitação aberta pela Transpetro para a construção de 26 navios petroleiros:

1) A Transpetro possui algum estudo com os preços nacionais e internacionais para a construção desses navios? Em caso afirmativo, anexar cópia do referido estudo.

2) Se os preços internacionais forem mais baixos do que os preços nacionais, qual a justificativa para a opção pela indústria nacional?

3) A opção pela indústria nacional, com preços mais elevados, não estaria contribuindo para a dissipaçāo do patrimônio da Petrobras?

4) Existe alguma intenção da Transpetro de chamar as empresas participantes para negociar uma redução nos preços apresentados pelas mesmas?

5) Quais foram as empresas e consórcios excluídos do referido processo licitatório e quais foram as justificativas para essas decisões?

6) Quais foram os preços apresentados pelas empresas que participaram do processo licitatório?

7) Quantos e quais são os tipos de navios que serão construídos em função desse processo licitatório?

8) Quais as justificativas para o atraso de quase dois anos no Programa de Modernização e Expansão da Frota?

Justificação

O jornal **O Globo**, em sua edição de 15 de março do corrente, publicou matéria intitulada “Navios custam 40% a 50% mais no Brasil” com a seguinte notícia:

“Os estaleiros e consórcios instalados no país que participam da licitação aberta pela Transpetro – subsidiária da Petrobras – para a construção de 26 navios petroleiros apresentaram preços básicos (sem adicionais como motor de propulsão com injeção eletrônica e sistema integrado de automação) cerca de 40% acima dos valores internacionais, chegando em alguns casos a 50%”.

A licitação, realizada no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota, prevê que a construção de navios petroleiros será integral e obrigatoriamente realizada em estaleiros localizados no território nacional, com o objetivo de capacitar a indústria nacional para competir no exterior.

Ocorre que tal decisão implicaria no pagamento de preços acima daqueles cobrados no exterior, o que poderia gerar prejuízos consideráveis para o patrimônio da Petrobras.

Assim, o presente requerimento visa a obter as informações necessárias sobre o processo licitatório que está em andamento no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota e as possíveis consequências para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 295, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001 e nos termos do art. 8º, § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Francenildo dos Santos Costa, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2006 e termo final a data de apresentação do presente requerimento.

Justificação

A Revista **Época**, em sua edição nº 409, de 20 de março de 2006, divulga matéria em que o cidadão acima apontado, testemunha convocada para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado” (CPI dos “Bingos”), a despeito de sua condição profissional, teria efetuado movimentação financeira vultosa, no exercício financeiro de 2006 (ver fonte citada, pág. 42 e seguintes).

Não obstante decisão liminar prolatada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Cesar Peluso, nos autos do Mandado de Segurança nº 25.885, impetrado pelo requerente, no sentido de sustar o depoimento do referido cidadão, quando a Presidência da CPI dos Bingos dela tomou conhecimento, o depoente já fora ouvido por cerca de 40 minutos, tempo bastante para promover dano moral a autoridade, sem que entre essa e a matéria que é objeto do inquérito parlamentar se verifique qualquer nexo causal. Tal foi a repercussão do irregular depoimento que a edição semanal do **Jornal do Senado** estampou em primeira página: “caseiro diz muito” e recheou a página 20 com fortes aleivosias que, segundo o veículo, “impressionou os senadores”.

Encontra-se, agora, pois, a Casa em uma encravilhada: o depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?

A despeito da necessidade de apuração de eventual ilícito penal, quanto à divulgação de dados sigilosos, impõe-se a essa instituição, na forma da lei, e atenta à necessidade de conservação da natureza confidencial dos dados que lhe devam ser transferidos, aferir a exata consistência e isenção do depoimento prestado, razão pela qual se torna imperioso o conhecimento de suas movimentações financeiras, motivação do presente requerimento que há de ser aprovado pelos eminentes Pares, para afirmação da credibilidade institucional do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Tião Viana** – Senadora **Ideli Salvatti** – Senador **Roberto Saturnino** – Senadora **Serys Slhessarenko**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por orientação da Assessoria da Mesa, pedimos a atenção do Senador Tião Viana. Com base no Regimento, que o requerimento, cujo primeiro subscritor é S.Exa. deverá conter, na medida do possível, dados como o nome do titular, número da conta, instituição financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu estou pasmo! Senador Arthur Virgílio, V. Exª leu o requerimento que acabou de ser anunciado? Eu estou pasmo!

O que o Senador Tião Viana, meu diletíssimo amigo, está propondo é que nós coonestemos um crime. Srª Presidente, pelo amor de Deus, vamos fazer uma avaliação racional, ponderada, do que aconteceu!

Senador César Borges, o Francenildo veio aqui, trouxe denúncias, não é acusado de nada, veio porque foi chamado, não veio voluntariamente... No fim de semana apareceram, vazadas, evidentemente, informações sobre sua conta bancária. Ele, imediatamente, Senador Arthur Virgílio, pega do bolso ou de onde guardou, uns papeizinhos. Eu queria ver o Okamotto com papéis semelhantes. Senador Tião Viana, quero ver Okamotto com papéis semelhantes aos que Francenildo exibiu. A tevê e os jornais mostraram o caseiro Francenildo mostrando que o dinheiro que está na conta dele – perversamente colocado ao Brasil como “bola”, como propina, como dinheiro ilegítimo dado a

ele para que ele dissesse o que talvez não queria dizer – veio do Piauí, do seu suposto pai biológico.

Ele trouxe uma denúncia e é colocado como criminoso. Srª Presidente, ele está sendo colocado como um criminoso, porque o que se quer é que seu sigilo bancário seja quebrado. Ele é acusado, certamente, de um crime. O que ele tem que provar? Ele já provou, ele já mostrou. Querem que agora nós coonestemos.

Senador César Borges, a imprensa mostrou, no final de semana, um crime. Sua conta bancária, sem ninguém mandar, sem qualquer amparo legal, sem qualquer crime praticado, sua vida pessoal – certamente porque é pobre, porque é modesto – foi exposta para que colcassem uma dúvida sobre seu depoimento. Um crime foi apresentado ao País, e agora apresentam um requerimento para coonestar o crime. Não contem comigo. Não contem comigo para coonestar crime.

Se quiserem investigar, o foro é a CPI, mas só depois de se investigar, Senador César Borges, quem foi que quebrou o sigilo bancário do Francenildo. O crime está para ser investigado. Primeiro de tudo, antes de qualquer coisa, vamos ver em que circunstância se quebrou o sigilo bancário de Francenildo. Quem foi? Foi a Caixa Econômica, foi o Banco Central, foi o Governo?

Aliás, uma jóia. O Ministro Márcio Thomaz Bastos declara: “vazamento é uma praga”. Então estamos aqui para coonestar uma praga, um crime e uma praga? Disse o Ministro Márcio Thomaz Bastos: “vazamento é uma praga”. Está no UOL. Então vamos coonestar um crime e uma praga ou vamos investigar primeiro quem vazou? Se foi o aparelho do Estado, o que tem a Polícia Federal a dizer sobre isso, Senador Antero Paes de Barros? O que a Polícia Federal republicana tem a dizer sobre isso? Primeiro é preciso investigar esse fato. Depois, se a CPI quiser, pede-se a quebra do sigilo bancário do Sr. Francenildo, que não cometeu crime nenhum.

Não vamos inverter os fatos. Quem está sendo acusado de prática de dolo é o Sr. Paulo Okamotto, e aqui a Base do Governo quer impedir, há muito tempo, a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamotto.

Ouço, com prazer, o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador José Agripino, eu gostaria apenas de acrescentar o que está hoje na imprensa: que essa quebra de sigilo e esses dados estavam de posse do Ministério da Fazenda e que circulou no Ministério da Fazenda, com o conhecimento do Ministro Palocci e de seus assessores, inclusive em reunião política para decidir a crise que estava instalada. Então, eles tiveram conhecimento desse dado que circulou dentro do Governo. Então, a responsabilidade, como bem V. Exª coloca, é no sentido

de apurar quem fez essa quebra de sigilo, totalmente ilegal e criminosa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador César Borges, querem inverter a coisa. Como sempre querem inverter a coisa. Querem colocar o denunciante como criminoso e o criminoso como denunciante.

Li, no final de semana, todos os jornais. Numa prestigiosa coluna, Senador Alvaro Dias, foi anunciado, foi feita, por importantes próceres da Base do Governo, a declaração “vocês não perdem por esperar os anúncios do final de semana”. Na hora em que era anunciado o embargo, por parte do Supremo Tribunal Federal, da palavra do Francenildo, o desgaste decorrente do Senado, da instituição...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Perdoe-me, Excelência, mas quem disse isso foi o Presidente Lula.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Perfeito. Mais grave ainda, pois foi quem comandou, Senador Antonio Carlos. O Presidente Lula foi quem comandou todo o processo de inquirição ao Supremo Tribunal Federal. Foi quem comandou toda essa rede. Está na imprensa. Todos os indícios são neste sentido: foi o próprio Presidente Lula, que declara claramente que não vai demitir o Palocci diante de todas as evidências. Insisto em dizer: que assuma essa responsabilidade. É um problema dele, pessoal dele, manter ou não manter.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Inclusive, levando o nosso Tião para lá. Coitado!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agora, Senador Antonio Carlos, o que me causa espécie é a rede de ilações. Entram no Supremo, ficam esperando a decisão na porta do Ministro Peluso, correm para a CPI, interrompem o depoimento e anunciam “Vocês não sabem o que vai vir no fim de semana”. Aí, vem o vazamento a que o Ministro se refere como uma praga, com insinuações de que o Francenildo teria recebido dinheiro ilegítimo para dizer o que disse. Francenildo tem as provas, exibe os papeizinhos. Eu quero ver se o Okamoto tem papéis semelhantes para exibir das contas que pagou de Lula e de Lurian. Agora, vem o requerimento para coonestar o crime, como se o criminoso fosse o Francenildo. Essa, não. Ah, essa não, Presidente!

Vamos trabalhar com a lógica e a racionalidade. Vamos, primeiro de tudo, investigar quem foi que vazou as contas, quem foi que quebrou ilegalmente a conta do caseiro Francenildo. Depois, quebramos o sigilo bancário, se for o caso, de quem quer que seja, de quem quer que seja. Agora, não vamos subverter a ordem e transformar denunciante em criminoso. Essa não! O meu Partido vai se mover.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 296, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta-corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Paulo Tarçísio Okamoto, fixando-se como termo inicial das informações solicitadas o dia 1º de janeiro de 2001 e termo final a data de apresentação do presente requerimento.

Justificação

Em depoimento perante a denominada CPI dos Bingos, o Senhor Rogério Buratti afirmou que a campanha do Sr. Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República contou com recursos oriundos de empresários de bingos e máquinas caça-níqueis do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em um primeiro depoimento à mesma CPI, o Sr. Okamoto afirmou que atuou como coordenador da campanha do ano de 2002:

“Participei também como tesoureiro da campanha presidencial da Frente Brasil Popular em 1989; junto com o Presidente Lula, constituímos o Governo Paralelo e o Instituto Cidadania. Também fui participante da coordenação da campanha de 2002. Assumi lá a função de administração e de infra-estrutura.

Como agravante, pesam sobre o Senhor Okamoto acusações feitas pelo Senhor Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de finanças de São José dos Campos durante a administração da prefeita petista Ângela Guadagnin:

“Em dezembro de 2003, entreguei à tesouraria do Partido R\$12.000,00. Para fazer isso, pedi à minha mulher que fosse ao Banco, ela foi ao Banco Bradesco em São Bernardo do Campo e sacou o dinheiro para cumprir os compromissos que havia assumido junto ao Partido dos Trabalhadores. Também saquei das minhas contas no Banco do Brasil as importâncias suficientes para fazer frente a essa responsabilidade. Paguei, depois, no final de janeiro de 2004, no final de fevereiro de 2004 e também paguei no final de março de 2004. Esses valores foram entregues à tesouraria do partido.”

Ao ser indagado pelos parlamentares da CPI, Paulo Okamoto não soube responder por que não pagou diretamente o empréstimo por meio de depósito bancário ou transferência eletrônica nas contas do PT. Também, não explicou o fato de não ter feito um depósito ao invés de diversos saques em dinheiro para pagar a dívida, o que levanta suspeitas de uma operação de lavagem de dinheiro.

Cabe salientar que o Senhor Okamoto não apresentou qualquer documento que demonstrasse o pagamento da dívida, nem a retirada dos R\$29.436,26 de suas contas bancárias, o que reforçam as suspeitas de que ele não teria pago a dívida.

Além disso, sabe-se que antes de assumir a presidência do Sebrae, Paulo Okamoto teria como única fonte de renda os lucros de uma boutique de roupas e utensílios do PT, chamada Red Star.

Ainda segundo informações contidas em relatório do Coaf o Senhor Paulo Tarésio Okamoto, CPF 726.248.248-34, teria movimentado R\$93.000,00 mil na conta corrente nº 55468 da agência Ferrazópolis do Banco Bradesco, operação que necessita ser investigada, uma vez que o relatório do Coaf indica uma possível

triangulação entre Okamoto e o PT com a finalidade de promover lavagem de dinheiro e garantir recursos para o pagamento da dívida do Presidente Lula.

Encontra-se, agora, pois, a Casa em uma encruzilhada: o depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?

A despeito da necessidade de apuração de eventual ilícito penal, quanto à divulgação de dados sigilosos, impõe-se a essa instituição, na forma da lei, e atenta à necessidade de conservação da natureza confidencial dos dados que lhe devam ser transferidos. Aferir a Exata Consistência e Isenção do Depoimento Prestado, razão pela qual se torna imperioso o conhecimento de suas movimentações financeiras, motivação do presente requerimento que há de ser aprovado pelos eminentes Pares, para afirmação da credibilidade Institucional do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio.**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) –Solicitamos, como já fizemos ao Senador Tião Viana e ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que, com base no Regimento Interno, o requerimento de iniciativa de Senador ou Comissão deverá conter, na medida do possível, dados com o nome do titular, número da conta, instituição financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Após discussão, retornará ao Plenário para ser discutida e votada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pois, não. Com a palavra o Senador Antero.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, quero fazer um outro requerimento nos mesmos termos daquele apresentado originalmente pelo Senador Tião Viana.

Requeiro, com amparo no art. 4º, §2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos do art. 8º, §3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a S. Exª, o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A da Lei n. 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Finan-

ceiras – Coaf, concernentes a depósito à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgate de contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; desconto de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luiz Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações a presente data, no período dos últimos cinco anos.

A justificativa segue em anexo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antero Paes de Barros, com a mesma advertência feita aos requerimentos anteriores em relação aos dados necessários, a matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 297, DE 2006

Senhor Presidente

Requeiro, com amparo no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001 e nos termos do art. 8º, § 3º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o fornecimento ao Senado Federal das informações e documentos sigilosos disponíveis no Banco Central do Brasil (art. 10-A, da Lei nº 9.613, de 1998), em instituições financeiras públicas ou privadas, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF concernentes a depósitos à vista e a prazo em conta corrente e de poupança; pagamentos efetuados em moeda corrente ou cheques; emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados; resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança; descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito; e operações com cartões de crédito e quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, ou outro órgão competente, relativas ao cidadão Fábio Luis Lula da Silva, fixando-se como termo inicial das informações a presente data, no período dos últimos cinco anos.

Justificação

Foi amplamente noticiado pela imprensa nacional que o Sr. Fábio Luis Lula da Silva, um dos filhos

do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi beneficiado com recursos de uma empresa concessionária de serviço público, que aplicou montante considerável de recursos em sua empresa Gamecorp, recentemente constituída.

Inicialmente foi informado que o volume de recursos seria da ordem de R\$5 milhões de reais. No entanto, a Revista Veja em sua edição do dia 1-3-2006 noticiou que o volume de recursos envolvendo a operação não foi de R\$5 milhões de reais, mas sim no montante de R\$15 milhões de reais. Ainda na mesma matéria, ficou evidenciado que a operação em que se envolveu o filho do Presidente era bem mais complexa, porque envolvia claros indícios de tráfico de influência, conforme o disposto no art. nº 332 do Código Penal, com o propósito de alterar a legislação relativa ao sistema de telefonia.

Essas denúncias precisam ser cabalmente apuradas, pois não pode pairar dúvida sobre a conduta de pessoa próxima ao Presidente da República.

Sala das Sessões, 20 de março de 2006. – Senador **Antero Paes de Barros** – Senador **Mão Santa**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Logo após, pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – O procedimento do Senador Antero Paes é afrontoso, de forma inequívoca, a toda e qualquer regra de convivência dentro desta Casa. Afrontoso, algo inadmissível, porque demonstra...

O Sr. César Borges (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – Por quê?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou dizer o porquê. Porque demonstra...

O Sr. César Borges (PFL – BA. *Fora do microfone.*) – É direito do Senador.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É direito, é claro que tem todo o direito. Aqui todo mundo tem o direito de fazer o que bem entender, com as consequências de todos os seus atos. Com as consequências de todos os seus atos. Certo? Agora, o que está colocado nesse requerimento é aquilo que foram à tribuna falar em termos de chantagem, de ameaça, disso e daquilo. E agora a atitude se configura de forma inequívoca, porque mexer com nada mais, nada menos

que o filho do Presidente da República... Nós vamos considerar isso como, Senador Cristovam Buarque? Como? Como nós vamos entender isso neste momento? Como vamos entender? Eu acho tão interessante o seguinte: o caseiro é alguém que paira acima de toda e qualquer suspeita. Até prova em contrário, paira acima de toda e qualquer suspeita mesmo, entende? Toda e qualquer suspeita mesmo. Mesmo! Agora, ter toda essa reação porque o Senador Tião Viana apresentou um pedido para que o sigilo desse cidadão seja quebrado de janeiro deste ano até o dia de hoje? Toda essa reação? Qual é o problema? Eu quero perguntar qual é o problema, se estão tão seguros assim a respeito da idoneidade? Eu não tenho nenhum motivo para questionar ou duvidar. Mas, qual é o problema, para vir, em seguida, tantas outras proposições? Eu somente posso entender aqui que é represália à iniciativa do Senador Tião Viana. Somente posso considerar dessa forma. Não tenho como considerar de outra forma aquilo que está sendo feito neste momento. E todos nós, que temos responsabilidade neste País, temos, obviamente, que monitorar e trabalhar em cima do que está acontecendo neste momento, aqui no Congresso, na sala do Senado da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu solicito ao Senador...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu fui citado, Senadora. Eu gostaria de pedir prioridade para argumentar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será concedida a palavra para ambos os Senadores que a estão pedindo, Senador Arthur Virgílio e Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu peço a preferência.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Mas temos um orador na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho a impressão que o Senador Paulo Octávio concordaria. Ele concorda tranquilamente com isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu pediria a compreensão do Senador Paulo Octávio.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu pediria que fosse muito breve.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Será brevíssimo, depois dessa aula de ética que acabamos de receber aqui, vai ser brevíssimo. Investigar o caseiro honesto,

nenhum absurdo. Que absurdo investigar o Fábio Luiz Lula da Silva! Que absurdo investigar porque é filho do Presidente! O caseiro pobre, não tem problema investigar. O caseiro sem crime, não tem problema investigar. O Fábio Luiz Lula da Silva, que nunca contestou a informação jornalística de que recebeu 15 milhões – é o nosso Bill Gates, pela genialidade da sua empresa – isso é um absurdo!

Eu recolho mais essa aula de ética do PT, mas fico com a minha convicção que a boa democracia é aquela que pode investigar todos, inclusive o filho do Presidente da República. Imaginem se fosse o filho do Presidente Fernando Henrique Cardoso que tivesse recebido 15 milhões se não estaria lotada aqui esta Praça dos Três Poderes com pedido de *impeachment*. Isso precisa, sim, ser investigado, há motivos.

É o que quero deixar absolutamente registrado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco PT – MT) – Com a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Reforço a solicitação sobre a brevidade, pois o Senador Paulo Octávio está na tribuna, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.^a. Presidente, Srs. Senadores, é hora de tirarmos uma certa máscara de farisaísmo. Não assinei o requerimento do Senador Antero Paes de Barros, apesar de ter sido convidado a fazê-lo. Questão de foro íntimo mesmo, mas é preciso se tirar da face de alguns uma dose excessiva e até cavalar de farisaísmo.

Quando alguém disse que, em determinado momento, não conseguiram, porque eles não deixaram, os do Planalto da época – e isso não é verdade –, não conseguiram investigar o filho do Presidente Fernando Henrique, porque alguém tentou e, se alguém tentou, é porque esse alguém não tinha compromisso com proteger o filho do Presidente da República.

Logo, se se podia investigar o filho do Presidente Fernando Henrique, é porque se poderá investigar o filho do Presidente Lula agora. E se alguém não deixou – leia-se Fernando Henrique – é porque alguém tentou – leia-se PT. Agora os casos eram completamente diferentes. Artificializava-se na Feira de Hannover uma denúncia completamente vazia. Nada parecido com a gravidade desse episódio que aí está. Nada parecido.

O que houve aqui, de fato, Sr.^a Presidente, foi muito simples. O Senador Tião Viana, legitimamente, faz um requerimento, é tratado com todo o respeito, apresenta o requerimento à Mesa e concerta conosco, da Oposição, que concorda ele com a quebra do sigi-

lo do Sr. Paulo Okamotto. O Senador Antonio Carlos pede a palavra e diz: "Vamos quebrar então, também, o do Paulo Okamotto". Eu disse: vamos quebrar o do Paulo Okamotto e o do Francenildo também. José Agripino diz: "Não dá para quebrar o de Francenildo". Alvaro Dias diz: "Não dá para quebrar o de Francenildo. Vamos coonestar um crime". Aí Francenildo liga e diz: "Dá para quebrar o meu sigilo, sim".

Essa é a diferença essencial. Francenildo quer que quebre o sigilo dele. Ele não tem nada a esconder, porque quer que quebre os sigilos dele mesmo. Quem não quer que quebre é Okamotto; portanto, não tem nada de absurdo. Posso eventualmente até não concordar, eu pessoalmente. Não tem nada de absurdo, e o Senador Antero de Barros, responsável por seus atos, se dispõe a apresentar o requerimento, solicitando que se discuta a vida empresarial de quem quer que seja, filho ou não filho do Presidente da República. Não tem nada de absurdo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Okamotto é doador universal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É "O" negativo.

Ainda há pouco, falavam de dois pesos e duas medidas. Estamos vendo aqui dois pesos e duas medidas: do caseiro pode, de outros não deve e de alguns não pode.

Portanto, Srª Presidente, está na hora mesmo de estabelecermos certas conexões com o passado. Falou-se aqui em vazamento. O PT cresceu como sendo a central de vazamento ligada ao que havia de pior no Ministério Público. Leia-se Luiz Francisco e Guilherme Schelb, que está sendo processado por irregularidades, e aquela promotora Eliana não-sei-de-quê, que não fala mais nada. O PT cresceu fazendo esse conluio com certa parte, a pior parte, do Ministério Público. O PT era chamado e diziam a ele: "Você faz a denúncia".

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou o contrário: "Tenho aqui indício não-sei-de-quê, e você abre inquérito civil público". Era uma acoplamento brutal, que não tinha nenhum compromisso com a verdade. Não é esse o nosso procedimento.

O Senador Antero Paes de Barros dizia que, se fosse o contrário, estariam aí todos aqueles, com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, pedindo o *impeachment* do presidente que não fosse do PT. Não estamos fazendo nada disso; estamos apenas dizendo que, se é justo querer abrir os sigilos do Sr. Francenildo, que já foram abertos, arrombados ao arreio da lei, queremos, em troca, o sigilo do Sr. Paulo Okamotto. O Senador Antero Paes de Barros tem o direito de

pedir a quebra do sigilo de quem bem queira. Não dá para imaginarmos que, aí sim, possam caber os dois pesos e as duas medidas.

Portanto, Srª Presidente, vamos manter sempre a porta aberta para conversas. Se o Senador Antero Paes de Barros se mantiver firme na sua disposição, terá sua propositura avaliada para ser apoiada ou não na CCJ. O acordo que foi feito envolvia Okamotto e Francenildo. Então, não há nada demais.

A diferença essencial é que vejo a *paura*, o pavor, de quebrarem o sigilo de qualquer um do lado de lá. Vimos uma pessoa que não é do lado de lá, é de cá, é do povo apenas, ligar e dizer para acabarmos com a miudeza, nós, da Oposição. O Senador José Agripino não queria que fosse quebrado; eu dizia que vai quebrar; Alvaro Dias não queria que fosse quebrado; Antero Paes de Barros diz que é para quebrar. Acabamos com a miudeza. Francenildo ligou e disse que faz questão que quebre os sigilos dele. Francenildo se porta como um homem de bem, dando a idéia de como seria bom se tivéssemos mais gente como ele administrando este País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em respeito ao Senador que se encontra na tribuna, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, inscrito pela Minoria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Mão Santa, por um minuto. Há um Senador na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço ao Secretário Raimundo Carreiro que me traga o requerimento do extraordinário Senador Antero Paes de Barros. Quero assiná-lo. É pela igualdade. Se estão abrindo as contas bancárias, o sigilo, de um filho do Piauí, que tem muito mais história, quero abrir também o sigilo do filho do Presidente da República, do Lulinha. Peço igualdade.

Gritou o povo: "Liberdade, igualdade e fraternidade." Daí nasceu a república.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos estão sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança da Minoria.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar – até para um relaxamento, devido ao momento um pouco tenso que vivemos aqui – que está aqui a Miss Brasil, Carina

Beduschi, de Santa Catarina, que está sendo devidamente cumprimentada pelo Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, e também a Miss Brasília, que é uma jovem de Taguatinga, Ana Cláudia Pimenta, que foi vitoriosa e ganhou o Concurso Miss Brasília. Então, aqui estão as representantes da beleza da mulher brasileira. Parabéns a todas, aqui devidamente cumprimentadas pelos ilustres Senadores desta Casa.

Ao nos solidarizarmos com a Senadora Patrícia Saboya em seu pronunciamento sobre crianças traficantes, enfatizamos que o envolvimento de crianças e jovens adolescentes brasileiros com o tráfico de drogas deixou de ser, tão-somente, um problema localizado desta ou daquela polícia, deste ou daquele Estado ou comunidade. Faço este apoio também em nome do meu Partido, o PFL, com a devida aprovação do nosso Líder, Senador José Agripino.

Com a exibição do documentário "Falcão, os meninos do tráfico", no programa Fantástico, da TV Globo, neste último domingo, a questão ultrapassou as fronteiras da segurança pública e invadiu todos os lares brasileiros e, principalmente, as nossas consciências e as nossas responsabilidades de dirigentes políticos deste País.

É um problema nacional. Ganhou dimensão social e cultural para toda uma sociedade que trabalha duro pelo progresso, pelo desenvolvimento econômico, buscando firmar-se como Nação soberana e modelar, exemplo para os demais países do planeta.

Não podemos seguir em nossa caminhada rumo ao pleno emprego, a auto-suficiência energética e a soberania econômica, se não riscarmos de imediato de nossa história essa mancha de vergonha e insanidade, algo que faz lembrar os tempos de escravidão.

Como todo cidadão brasileiro, também estou chocado e indignado com o que foi mostrado e vivenciado pelos realizadores do documentário, o rapper MV Bill e o produtor Celso Athayde. Sim, eles prestaram um grande serviço à nação, pois o assunto passou a fazer parte do debate público do Brasil. **

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que faz porque este, na verdade, é o grande escândalo do País: esta desigualdade, esta injustiça estrutural, esta injustiça de há séculos na nossa República, que demanda providências urgentes, que, a meu juízo, estão sendo iniciadas com o salário mínimo, o Bolsa Família, a agricultura familiar, mas que ainda precisam avançar muito mais. Então,

regozijo-me com o bom senso de V. Ex^a de tratar deste assunto da maior gravidade, que chocou a Nação inteira, e interromper essa série de pronunciamentos acusatórios que, no fundo, só servem para deixar a população perplexa. Cumprimento V. Ex^a pela substância do pronunciamento que está fazendo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, grande Líder. Tenho certeza de que o mesmo choque que levei com o documentário apresentado pela TV Globo V. Ex^a também teve. É triste e é realmente o grande drama do nosso País.

Ninguém de sã consciência, Senador, pode dormir em paz, após ouvir de uma criança com pouco mais de doze anos, metralhadora debaixo do braço, dizer, sem nenhuma expressão de emoção nos lábios ou no olhar: "Se eu morrer nasce outro. Ou melhor ou pior. Se eu morrer vou descansar."

Isso foi dito por um menino de doze anos.

Um adolescente de 17 anos conta – um dos momentos mais emocionantes é justamente este – que o seu maior desejo, desde pequeno, era visitar um circo, programa que nunca fez porque a sua mãe não pôde levá-lo. Ele diz que ainda hoje sonha em ser palhaço e entrar numa escola de circo. Esse menino já perdeu a mãe e já perdeu a vida.

O flagelo dos meninos armados a serviço do tráfico de drogas nas comunidades mais carentes de vários Estados brasileiros deve ser combatido com o mesmo rigor do flagelo da fome. As raízes são as mesmas: o desemprego, a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas comunidades, carência de escolas e centros culturais e esportivos nestas localidades. Enfim, comunidades abandonadas produzem seus próprios monstros, esses soldadinhos de carne e osso que geralmente morrem antes de completar dezoito anos sem, ao mínimo, terem conhecido um simples brinquedo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, V. Ex^a me permite?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Tuma, com o maior prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Se eu entendo, V. Ex^a está referindo-se ao programa do Fantástico.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Hoje, pela manhã, vi a parte resumida no jornal da manhã. Posso dizer com toda honestidade a V. Ex^a que não deu para dormir sossegado. Claro que já tenho os filhos criados e tenho os meus netos, como V. Ex^a tem os seus filhos. Mas é uma coisa tão triste, tão amarga, aquela mãe dizendo: o meu filho tem três anos, vive aqui no morro, sabe o

que é maconha, sabe o que é cocaína e faz perguntas a respeito. Eu vou explicar para ele que o irmão morreu desta forma, sendo um soldado do tráfico. É claro que o autor dessa reportagem teve uma vontade de alma e de coração de mostrar o que acontece, como V. Ex^a faz da tribuna, jamais mostrando que a polícia agia ou não agia nesse crime. O que ele faz é um apelo para que o Governo, para que a sociedade olhe com mais carinho e evite que se dê continuidade a esse tipo de atividade para crianças que não têm nenhum tipo de oportunidade. E não fez uma referência aos morros do Rio de Janeiro. Ele levou para vários Estados brasileiros. É uma situação tão triste que, às vezes, sem dúvida nenhuma, o Bolsa Família não resolve. Acho que V. Ex^a está no caminho certo. Vou parar para não me emocionar, mas acredito piamente que alguém vai ouvir o seu grito desta tribuna.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Tuma, certamente é o nosso grito, é o grito também do nosso Partido, o Partido da Frente Liberal. Estou aqui também falando pelo Senador José Agripino, nosso Líder, e tenho certeza de que estaremos todos alertando a Nação sobre essa grave questão.

Segundo levantamentos de entidades e ONGs ligadas à defesa dos Direitos Humanos, já são mais de seis mil jovens ligados ao tráfico de drogas em todo o País. Que potencialidade perdida! Imaginemos esses jovens praticando esportes, freqüentando escolas com razoável alimentação, produzindo cultura e artes. Quanto o Brasil não ganharia, Senador Romeu Tuma.

Chega! É o momento de disputarmos criança por criança – vamos disputar criança por criança, vamos lá na rua – com esse flagelo nacional que é o crime organizado do tráfico de drogas. Não podemos permitir que nossa juventude perca a esperança, jogue no ralo a saúde e a criatividade tão importantes para essa fase da nossa vida.

Aqui em Brasília, conforme as diretrizes para um plano de governo que tivemos a honra de apresentar à imprensa e aos formadores de opinião pública para o Governo do Distrito Federal, na condição que sou de pré-candidato, está no nosso programa desenvolver projetos que envolvam cada dia mais nossos jovens com atividades educacionais, culturais e esportivas; realizar programas com escolas técnicas preparadoras de mão de obra para o mercado de trabalho e escolas integradas que funcionem em dois turnos, e que nos fins de semana produzam atividades culturais que congreguem as comunidades e as famílias.

É duro, é cruel, é lamentável, mas, acima de tudo, é indigno silenciarmos diante de tamanha barbárie. A juventude carente brasileira, a que vive em favelas, bairros de periferia e entornos, merece outro horizonte.

Vamos nos mirar nos exemplos de Ronaldinho, de Daiane e tantos outros que saíram de comunidades carentes para transformarem-se em gente do bem, exemplos para toda a humanidade.

Por fim, Sr^a Presidente, quero apoiar o pedido da Senadora Patrícia e solicitar à TV Senado que peça à Rede Globo o direito de retransmissão deste filme, para que seja possível veicularmos várias vezes e estimular o debate em torno deste Brasil real.

Precisamos sensibilizar toda população brasileira para que governos e sociedade civil organizada busquem uma solução para o drama que aflige e que atormenta todo o País: o drama que vivem essas crianças abandonadas que, em sua grande maioria, não chegam a viver até os 18 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Paulo Octávio, especialmente pelo respeito ao tempo, o que significa respeito aos Senadores inscritos. A Mesa levará sua solicitação com relação à TV Senado à Presidência da Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu perguntaria à Mesa e ao Secretário Dr. Raimundo Carreiro se, a exemplo do honrado caseiro piauiense, que telefonou para o Senador Alvaro Dias disponibilizando toda a sua vida, assim fez o Sr. Okamoto? Se chegou algum telefonema dele – e do Lulinha também – disponibilizando sua vida, a bem da verdade, a respeito da igualdade que fez nascer a democracia?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Vou prorrogar a sessão até às 19 horas e 46 minutos, concedendo cinco minutos ao Senador César Borges, cinco minutos ao Senador Tião Viana e cinco minutos ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem. Conceda-me um minuto pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sem revisão do orador.) – Não! Pela ordem, Sr^a Presidente. E a minha resposta? Eu fiz uma indagação!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, eu não tenho a resposta para V. Ex^a. Eu estou na Presidência e ninguém

me ligou. Não sei se tem que ligar para a Presidência, mas ninguém me ligou.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, aliás, eu aqui deixo isto bem claro para o Senador Romeu Tuma.

Senador Romeu Tuma, é com muito orgulho que digo que fui procurado pela Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, a 104ª Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, pedindo que inserisse nos Anais da Casa um Manifesto que condena o que, para eles, para mim e para amplos segmentos da população brasileira, é um estado de corrupção, de desrespeito ao ordenamento jurídico e à ética na vida pública. O Centro Acadêmico XI de Agosto manifesta claramente a sua opinião de que isso não é tolerável.

Estiveram aqui por ocasião da posse dessa excelente figura que é o Ministro Henrique Ricardo Lewandowski, professor deles, e não quiseram deixar passar a oportunidade de, aqui na Capital Federal, se posicionarem, os líderes do Centro Acadêmico XI de Agosto, pedindo ética e mais respeito do Governo Brasileiro ao seu povo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador César Borges, por cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senadora que preside neste momento a sessão, eu lhe pediria compreensão – e eu tive muita compreensão; muitas questões de ordem; ouvimos a todos com paciência – para que eu possa ter o mesmo tempo que os outros Senadores tiveram aqui, pois eu estava inscrito para os dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Presto-lhe um esclarecimento. Nós prorrogamos a sessão por quinze minutos. Há três oradores. Pela prorrogação, nós teríamos somente cinco minutos para cada orador. Por isso, estou solicitando que cada um...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Prorogue mais, por favor. Prorogue por uns trinta minutos. Enquanto Senadores tiverem questões importantes a serem debatidas, eu acho que devem ser os dez minutos regulamentares, regimentais.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu lhe agradeço, Srª Presidente, com todo apreço que tenho por V. Exª. Mas é lamentável que a Senadora Ideli tenha se ausentado neste momento, porque, Srª Presidente,

eu assisti à reunião da CPI dos Bingos e verifiquei que a linha de defesa do Partido dos Trabalhadores se deu em torno de que deveria ser preservada a vida privada, sem levar em conta o Partido dos Trabalhadores de que, com isso, há um reconhecimento explícito de que o Ministro esteve na casa do Lago Sul, que, lamentavelmente, tem o número 25, o número do meu Partido, na porta. Péssima escolha fez a República de Ribeirão Preto ao alugar essa casa.

Srª Presidente, o importante é que o Brasil, neste momento, tem um Ministro da Fazenda, a principal autoridade financeiro-monetária do País, que não aparece em público desde a viagem do Presidente Lula à Inglaterra. Não despacha mais no Ministério da Fazenda e se reporta apenas à opinião pública por meio de notas. Não vai ao Ministério, porque a imprensa vai assediá-lo e ele não tem como responder às perguntas. Ou seja, temos um Ministro da Fazenda que, reconhecidamente, até pelos Srs. Membros do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, e pela defesa que fizeram de que não se poderia avançar pelas relações íntimas, pessoais do Ministro da Fazenda, cometeu um crime de perjúrio.

Senador Roberto Saturnino, V. Exª é do PT. Ele veio à CPI dos Bingos e disse que não esteve naquela casa. Senadora Ideli, ele disse que não esteve naquela casa. Ele disse a todos nós, não apenas aos Senadores, mas a todo o País. Ele reafirmou de forma categórica que não esteve na casa, ele reafirmou de forma categórica que há muito tempo não tinha relacionamento com a República de Ribeirão Preto, principalmente com o Sr. Buratti, o que não é verdade e está sobejamente demonstrado que não é verdade.

Então, nós temos hoje o Ministro da Fazenda mantido e sobre o qual o Presidente da República diz, por sua vontade imperial, que merece toda confiança e permanecerá no Governo.

Que não se use a desculpa de que a economia sofreria com a saída de um ministro que hoje sofre todo tipo de suspeição! A economia e os seus fundamentos estão assegurados pelos índices que hoje nós verificamos no nível de mercado tão contemplado e apreciado pelo Governo Federal, porque precisa deixar o mercado tranquilo. O mercado está tranquilo. Não há o menor problema.

Hoje, o **Globo On Line** publica **As Suspeitas contra Palocci**:

Denúncia de mesada em Ribeirão Preto.

Rogério Buratti, que foi secretário de Governo de Antonio Palocci em Ribeirão Preto, afirmou que a empresa Leão & Leão pagou,

entre 2001 e 2002, uma mesada de R\$50 mil ao então prefeito da cidade, Antonio Palocci.

As Suspeitas contra Palocci:

Suspeita de lobby para bingos.

Em depoimento ao Ministério Público, Rogério Buratti, que foi secretário de Governo de Palocci em Ribeirão Preto, também teria dito que o então prefeito esteve em 2002 num encontro com dois angolanos, donos de bingos.

E aí vem toda a relação dessas investigações pela CPI dos Bingos.

As Suspeitas contra Palocci:

Acusação de tráfico de influência.

Adhemar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, é acusado de tráfico de influência para beneficiar a seguradora Interbrazil. A empresa fez doações para a campanha petista em Goiânia, onde Adhemar foi secretário municipal. Adhemar também é acusado de operar um caixa dois de campanhas petistas em Goiás.

As Suspeitas contra Palocci:

Os dólares de Cuba.

Ex-assessores do ministro em Ribeirão Preto, Ralph Barquete e Vladimir Poletto teriam intermediado remessa de dólares de Cuba para a campanha de Lula em 2002.

As Suspeitas contra Palocci:

Ligações para Juscelino Dourado.

O chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Juscelino Dourado, saiu do cargo depois que vieram a público ligações telefônicas dele com o advogado Rogério Buratti. Dourado acabou admitindo que também recebeu Buratti diversas vezes no Ministério da Fazenda. Mas alegou que era só para tratar de assuntos particulares.

As Suspeitas contra Palocci:

O celular do secretário.

Secretário particular do ministro da Fazenda, Ademirson Ariovaldo da Silva, recebeu num celular ligações de Buratti e Vladimir Poletto. Esse telefone já teria sido usado pelo ministro Palocci ainda há época do governo de transição, mas a assessoria garante que o número era do assessor. Foram 1.434 ligações somente com Poletto e Ademirson, de março de 2003 até agosto deste ano, mais de 51 horas de conversas.

As Suspeitas contra Palocci:

Casa do Lago.

Em depoimento na CPI dos Bingos, Buratti revelou que ele e ex-assessores de Palocci em Ribeirão Preto se reuniam numa luxuosa casa no Lago Sul de Brasília. Segundo Buratti, a mansão seria uma “central de negócios”. Em janeiro, também na CPI, o ministro disse que nunca esteve na casa. Dois meses depois, o motorista Francisco das Chagas e o caseiro Francenildo Santos afirmaram na CPI que Palocci freqüentava a mansão.

E isso hoje é reconhecido até pela Senadora Ideli Salvatti, que o Ministro lá esteve, apenas que não é possível invadir a privacidade do Ministro, que esteve praticando...

Essa foi a linha de defesa do PT, para tentar impedir, no Supremo Tribunal, inclusive, o depoimento, e pedindo, reservadamente, o depoimento do caseiro Francenildo.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, não autorizo o senhor a dar declarações a respeito do que eu penso, do que eu disse ou do que eu imagino.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não preciso de sua autorização. Está gravado o que V. Exª declarou.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Porque, em nenhum momento, eu fiz declarações desse porte, como V. Exª está reportando da tribuna.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, um instante. Por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Declarou. Não preciso de nenhuma autorização de V. Exª. A linha de defesa para pedir uma sessão reservada é que havia fatos privados...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Reservada e que havia fatos privados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... fatos privados com relação à vida...

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Da vida privada de pessoas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por que privada?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Um instante.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Porque, naquela casa, aconteciam questões de foro íntimo de pessoas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o Ministro esteve na casa?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em nenhum momento eu disse do Ministro. Em nenhum momento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, fatos íntimos revelados pelo caseiro da casa do Lago Sul de número 25?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em nenhum momento. Naquela casa aconteciam atos relacionados à vida íntima de pessoas.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador César Borges.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Portanto, não ponha na minha boca o que eu não disse, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Disse; está explícito.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não disse, não disse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É claro.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Isso aí é inferência e conclusão de V. Ex^a, que não está autorizado a colocar na minha boca coisa que eu não disse.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Coloco da forma que eu desejar. Na tribuna, é livre. E V. Ex^a fez uma linha de defesa com o seu Partido, que, para todos nós, está muito claro que, na casa do Lago Sul, esteve o Ministro Palocci, porque não se deseja que se revele a parte íntima, a parte da vida privada. Isso é um reconhecimento explícito – não é implícito, não – de que ele lá esteve. Ou seja, temos um Ministro da Fazenda que mentiu na CPI dos Bingos e que mentiu para a Nação brasileira. Isso é o importante, Senador Antero Paes de Barros. Como manter a principal autoridade monetária deste País, o Ministro da Fazenda, sob essa suspeição? E ele não veio explicar absolutamente nada. Tentou-se calar o Francenildo e invadir, aí sim, o seu sigilo, que é sagrado e que só poderia ser quebrado por ordem judicial. Essa é a verdade a que estamos assistimos.

Mais do que isso, Sr^a Presidente: o motorista diz hoje ter levado dinheiro ao Ministério da Fazenda. O motorista fala mais. Fala que levava dinheiro, em envelopes, e o entrega aos assessores – o Sr. Ademirson Ariovaldo da Silva. Olhem a suspeição sobre o Ministro da Fazenda!

Há outra testemunha: corretor diz ter visto Palocci com lobistas. Está dito na **Folha de S.Paulo** – não sou eu que estou dizendo: terceira testemunha apareceu e afirmou ter visto o Ministro Antonio Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de

Ribeirão Preto num imóvel alugado em Brasília. É o corretor Carlos Magalhães, que intermediou a alocação de uma casa no Setor de Mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, para o grupo hoje conhecido como República de Ribeirão Preto.

Com isso, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, está sobejamente demonstrado que o Ministro Palocci, por mais simpático, educado e cavalheiro que seja, não tem condições hoje de permanecer no cargo de Ministro da Fazenda, sob pena de termos um Ministro totalmente desacreditado para negociar em nome do País e para ditar as regras necessárias à estabilidade econômica que queremos, sim, para o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Prorrogó a sessão por 15 minutos.

O Senador César Borges usou do tempo a que tinha direito pela inscrição. Agora, alternando a inscrição, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino por dez minutos. Logo após, concederei a palavra ao Senador Tião Viana, pela Liderança.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, creio que nem vou precisar dos dez minutos para dizer o que me vem à mente e ao coração neste momento.

Em primeiro lugar, quero dizer que confio plenamente na consciência política, na inteligência do povo brasileiro, que nos vê, que nos escuta, que lê os jornais, que, enfim, dialoga sobre os acontecimentos que estão ocorrendo neste País. Confio também nas nossas instituições, que são capazes de trazer a verdade.

Há oito ou dez meses, afirmávamos que a verdade apareceria. CPIs trabalharam e trouxeram à tona muitas verdades, assim como a questão do caseiro Nildo e sua palavra contra o Ministro Palocci. Essa questão também será esclarecida e a verdade aparecerá. Não tenho a menor dúvida disso. Confio nas instituições e, no aparecimento da verdade, que resulta do seu funcionamento.

Sr^a Presidente, ficar escutando neste plenário estes qualificativos de “Governo podre, chantagista, bolchevique, Governo que acabou” me traz à mente coisas que escutei em passado muito remoto, mas que estão aí presentes; a velha vocação udenista de criar escândalos, a velha vocação dos liberais deste País, que sempre serviram ao mercado, sempre serviram às privatizações, sempre serviram, enfim, aos interesses que acabam dominando a capacidade do povo de realizar seus desígnios e o progresso que reflita em benefício deles.

Quer dizer, esse modelo que esteve presente tanto tempo neste País é que produziu essa doença refletida no documentário a que toda a Nação brasileira assistiu chocada e eu também, triste e revoltado, domingo, o grande documentário feito pelo Celso Athayde e MV Bill a respeito da vida do tráfico e do envolvimento das crianças brasileiras, que não têm mais esperança no trabalho, que não têm mais nenhuma expectativa na dignidade vinda do trabalho, em razão de toda essa falta da presença do Estado em políticas públicas capazes de contrariar a tendência de fabricação de injustiça e de concentração que o mercado produz.

Então, é a velha consciência, é a velha vocação de criar escândalos para que não se discuta o Bolsa-Família – tudo bem, gostei de escutar o Senador Romeu Tuma dizer que o Bolsa-Família não basta; também acho que não basta. Quero que vá para frente, que aprofunde mais. O salário mínimo da mesma forma, que se transforme numa política de longo prazo. Temos que decidir e votar isso, uma proposta de recuperação substantiva do salário mínimo a longo prazo; a agricultura familiar; o microcrédito, o Fundeb, que temos a responsabilidade de votar no menor tempo possível, porque é um grande avanço, é uma redenção sobre a população brasileira, que precisa de educação.

Enfim, Sr. Presidente, enquanto essas urgências estão postas e o povo esperando exatamente a crítica sobre aquilo que falta ainda, porque o Governo não é perfeito, tem ainda deficiências que precisam ser corrigidas, não convém esse bombardeio, essa artilharia de acusações que são absolutamente deprimentes e que vão vir à tona. A verdade emergirá. Não depende da nossa altercação, porque a verdade vai aparecer no prazo correto, como toda verdade.

Então, o que é importante é que se reconheçam as políticas públicas que estão sendo executadas em benefício exatamente da justiça social, da melhoria desta situação de desigualdade que leva à descrença da possibilidade de uma vida digna e que leva os meninos a aderirem ao tráfico, conforme mostrou o documentário de MV Bill e Celso Athayde.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Claro, com muito prazer, nobre Senador Heráclito Fortes.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Gostaria que depois V. Ex^a também concedesse a mim um aparte, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a é um dos Parlamentares desta Casa que a Nação gosta de ouvir. Mas eu lhe perguntaria se a Oposição pode-se calar ou deve-se calar diante

dos escândalos constantes que aparecem. V. Ex^a há de convir que o transporte do dinheiro na mala ou na cueca não foi obra da Oposição, e sim de militantes do PT ou de membros do Governo; que a denúncia do mensalão, feita até por um conterrâneo de V. Ex^a, Deputado Roberto Jefferson, também não foi obra nossa; que o episódio do Sr. Maurício Marinho não foi obra nossa, assim como o do Waldomiro Diniz. O que a Oposição faz, cumprindo o seu dever e V. Ex^a foi um oposicionista brilhante nesta Casa, é desempenhar um papel de ser a ressonância da Nação. Trazemos aqui o que a Nação cobra nas ruas: esclarecimentos sobre esses fatos. Imagine V. Ex^a a Oposição se calar diante disso. Não há nenhum espírito lacerdista, como V. Ex^a quis impor à Oposição atual, embora muitos aqui e eu me incluo entre eles tenham admiração pelo ex-Governador do Rio de Janeiro, o Sr. Carlos Lacerda. Mas não, estamos diante de fatos. Cabe ao Governo mostrar o lado positivo; cabe à Oposição criticar. Sempre foi assim, e não vamos desvirtuar o nosso papel.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito, V. Ex^a usou a expressão correta. É dever da Oposição fazer essas questões, como o fez V. Ex^a. Todas essas questões foram levadas para as CPIs e apuradas. Mal ou bem, com atritos aqui e ali, mas foram apuradas de uma forma em que o Governo, a instituição governamental não foi posta em xeque.

Agora, se o tipo de acusação deriva para o mar de lama, muda de categoria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Temos agora esse episódio desse rapaz, que teve o sigilo bancário quebrado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Trata-se de um episódio; então, vamos apurá-lo. Isso vai ser apurado, mas não significa que o Governo esteja sufocado, asfixiado por um mar de lama ou por um mar de que sei lá que outra porcaria.

Mas o fato é que isso é o importante, porque o papel da Oposição tem de ser exercido, evidentemente. V. Ex^a falou corretamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a e ouço a Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Saturnino, ao longo de toda a tarde, V. Ex^a se manteve atento aos debates. É a primeira vez que V. Ex^a está utilizando a palavra nesta conturbada sessão e V. Ex^a vem à tribuna com a voz de alguém da sabedoria da sua idade, da sabedoria dos que acompanharam fatos ao longo da história brasileira que em muitos momen-

tos se assemelham ao que estamos vivenciando hoje. Em muitos momentos!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– É verdade, Senadora. Por isso eu me referi a eles.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – E foi muito interessante, porque não tive oportunidade de assistir à série JK e fui alertada por nada mais, nada menos do que o Presidente Lula, num dos seus pronunciamento, sexta-feira, em Santa Catarina, quando ele teve a oportunidade de assistir a um dos capítulos. É muito interessante a maneira como determinados fatos ocorreram na história, os tais mares de lama, acusações conturbando e impedindo, em outros momentos, determinados presidentes de governar, principalmente quando estavam afrontando os interesses ou fazendo modificações significativas nos interesses da elite brasileira. O Presidente Lula utilizou, em Santa Catarina, uma expressão assim: “Se formos fazer o exame de DNA dos que hoje falam e dos que falaram antigamente, vamos encontrar muita coincidência”. Então, fico aqui muito satisfeita em ouvir a sabedoria da sua voz, colocando as coisas nos seus devidos lugares, numa sessão tão conturbada, em que vários de nós nos passamos, como costumamos dizer em termos mais populares. Além do mais, V. Exª traz outra questão: muito disso – como já aconteceu em outras épocas e pode estar acontecendo agora – é para encobrir e impedir que as políticas públicas adequadas para a maioria da população prossigam. Então, a Senadora Serys terminou o seu discurso inicial, do qual só escutei o final, de uma forma muito clara: “Deixem o Lula governar”. A Oposição faz oposição, mas deixem o Lula governar, porque a população quer governo, ações, políticas públicas que melhorem o seu cotidiano. E creio que é isso o que apavora tanto e faz com que tenhamos repetição de episódios muito assemelhados a outros que já vivenciamos em nosso País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Obrigado, Senadora Ideli Salvatti. V. Exª interpretou muito bem o sentimento que me trouxe à tribuna e reforçou enormemente o meu pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Roberto Saturnino, sempre tive por V. Exª um carinho pessoal muito grande. Em algum momento, chegamos a nos exacerbar aqui, mas me senti em outro momento capaz de fazer justiça a V. Exª. Mas quero lhe dizer que V. Exª citou várias expressões que eram minhas, precisamente minhas. O apreço que lhe tenho é enorme, mas não há nada que supere a minha consciência da

própria liberdade. Não vou pedir licença a V. Exª para fazer oposição da maneira que eu bem entender, não vou. Espero que isso não o ofenda. Quanto a DNA, não tenho nenhum DNA de golpe em mim. Votei nulo em 1970, quando o Sr. Lula votou na Arena. Lula foi arenista em 1966, quando a ditadura se implantava. Não se pode dizer que ele não tinha consciência, porque era um operário que se alfabetizou. Afinal, outros votaram contra. Não é possível! Lembro-me dele quando era olhado com muita desconfiança por nós da esquerda, como alguém que seria vinculado ao AFL-CIO dos Estados Unidos. Não sei nem se V. Exª mesmo já não o julgou com essa dureza. V. Exª e eu temos uma raiz parecida. Não sei se V. Exª já não o julgou com essa dureza que julguei eu e tantos outros, como Brizola, que era tão companheiro seu. O DNA dele não é tão bom assim, não. Votou na Arena em 1966 e votou na Arena em 1970. Era uma figura que recalcitrava na hora em que se precisava fazer frentes únicas contra o regime autoritário para acumular forças e substituir a ditadura por algo parecido com uma transição. Queríamos pela direta, mas não foi possível, e acabou sendo pela indireta. De maneira bastante hipócrita, orientou seus deputados aqui, sabendo que não eram relevantes no número, a não votarem em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Alegavam que era por causa de Sarney; alegavam que era por causa do Colégio Eleitoral. Ou seja, se todos pensassem como eles, não teria havido a vitória de Tancredo, não teria havido a transição democrática. Tenho certeza absoluta de que V. Exª foi crítico acerbo daquele esquerdismo infantil do PT àquela altura; não tenho dúvida alguma disso. Portanto, devo lhe dizer que, se, na opinião de V. Exª, não há um mar de lama, na minha, há; se, na opinião de V. Exª, as coisas estão andando às mil maravilhas no campo ético do País, eu diria que não estão; se, na opinião de V. Exª, há alguém que seja serviçal do mercado – e discordo bastante de V. Exª em economia –, ninguém mais do que Antonio Palocci seguiu à risca, mais do que todos, o receituário liberal. Quanto ao Presidente Lula governar, ele continua me devendo o que eu pedi dele: uma demonstração clara. Eu o queria em uma escrivaninha, com as mangas arregaçadas, trabalhando, porque não consegui ver isso ainda. Eu o vejo fazendo discurso, discurso e discurso, metendo os pés pelas mãos, falando demais. Mas não vejo uma ação concreta. Eu vejo um homem muito bafejado – e graças a Deus que é assim – por uma conjuntura internacional virtuosa, que não acontece há cinqüenta anos, e mesmo assim apresentando, sem nenhuma crise de fora para dentro, resultados pífios, bastante inexpressivos do ponto de vista do crescimento econômico. Sinceramente me sinto mais do que no direito,

mas no dever de fazer oposição a ele. E se de alguma forma o meu palavreado constrangeu V. Ex^a, eu devo lamentar. Mas se V. Ex^a veio fazer o seu desabafo e dizer o que sente, quando eu assomo àquela tribuna, eu não vou com menos sinceridade. Eu vou exatamente sentindo o que eu sinto. E o que eu sinto é que há clima de mar de lama, sim; que há clima de garroteamento das liberdades, sim. Eu sinto que preciso lutar por liberdade neste País, nesta quadra, tanto quanto V. Ex^a e eu lutávamos antes, e tanto quanto o Lula não lutou no início da ditadura, pois ele chegou bem tarde à nossa luta. Ele chegou tardinho, tardinho. Ele não era criança, não. Ele chegou tardinho, tardinho. Ele chegou quando muitos operários já tinham morrido. Ele chegou quando muita gente já tinha sido presa, e ele votando na Arena, votando não sei no que, argumentando que era uma pessoa alienada. Ou seja, DNA por DNA, eu sou muito mais o meu do que o dele. E eu duvido que V. Ex^a, que conhece os dois DNAs, se tivesse de escolher um deles para sobreviver, por DNA, ficasse com ele. Eu duvido.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Arthur Virgilio, eu fui crítico do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva durante muito tempo e do PT também; eu sou recente no PT. Agora, o que eu quero é reconhecer os avanços que estão sendo produzidos depois daquela calamidade do neoliberalismo, que não foi só do Presidente Fernando Henrique, foi desde o Presidente Collor, e que ele está efetivamente mudando. Por quê? Porque parou as privatizações, restabeleceu as políticas desenvolvimentistas das estatais, porque está fazendo os programas sociais. O que eu quero é que ele avance mais. Fiz as minhas críticas também à própria política do Governo e à própria política do Ministro Palocci. Só que eram críticas construtivas. Eu criticava para que fosse feito um avanço maior. Não eram críticas nos termos que hoje escutei aqui. Não. Deus me livre. Não quero, nem de longe passou pela minha cabeça a pretensão de tirar de V. Ex^a o direito do desabafo. V. Ex^a disse que teve o mesmo sentimento agora. Também faço a minha crítica dentro do espírito que me parece adequado a esta instituição.

Escuto V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgilio (PSDB – AM) – Se tem uma coisa que eu respeito em V. Ex^a é precisamente a honradez. Honradez para mim não é brincadeira.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Devo dizer que da mesma forma o respeito é absolutamente recíproco.

O Sr. Arthur Virgilio (PSDB – AM) – A honradez, tanto para V. Ex^a quanto para mim, quanto para as demais pessoas, deve ser essa óbvia de V. Ex^a e eu não termos medo de quebrarem nossos sigilos. O Okamot-

to tem. É um fato. V. Ex^a e eu não temos, o Okamotto tem. Também a honradez intelectual...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgilio (PSDB – AM) – ... V. Ex^a,

considerar neoliberal não só o Governo passado como outros, talvez esteja se referindo ao Governo do Presidente Itamar ou o do Collor mesmo, que tinha esse corte de abertura, enfim, eu não sei que diferenças tão extraordinárias acharia, se se manteve, se se aprofundou a política econômica, se o tal rompimento com o FMI não foi rompimento. Ao contrário, foi a quitação. Foi o primeiro da sala, o mais bom moço de todos que quitou e está com a banca aberta para, ao primeiro problema, correr para lá. Ou seja, V. Ex^a é crítico de uma política da qual eu não sou crítico. Eu sou crítico da forma como está se comportando no plano moral o Sr. Palocci. Não sou crítico da política dele. V. Ex^a é. Eu não acho que nem eu nem Palocci sejamos neoliberais. Agora, V. Ex^a não poderia, a meu ver, cantar louros dos resultados da política econômica que V. Ex^a combate. V. Ex^a combate a política de Palocci. Eu digo que não. Eu digo que, sem ela, seria o caos. V. Ex^a acha que teria uma outra melhor. Mas não dá para, ao mesmo tempo, V. Ex^a dizer: “Então, foi feita uma grande transformação fundada na política na qual eu, Roberto Saturnino, não creio.” Eu entendo que não houve neoliberalismo em nenhum desses momentos, nem com Itamar nem com Fernando Henrique. Se eu vejo alguma coerência em Palocci, e tenho visto muita, ele não deixaria de privatizar se houvesse um estoque de empresas para privatizar. Eu não consigo imaginar que ele faça a política que está fazendo e não privatize. Quebra dos monopólios. Se meu pai fosse vivo, teria sido contra o meu voto a favor da quebra dos monopólios, tenho certeza absoluta. V. Ex^a o conheceu bem, e eu, mais do que ninguém, o conheci. Meu pai seria uma pessoa, hoje, talvez ... Meu pai era o Brizola, ia por onde fosse. Por outro lado, quando hoje se comemora a auto-suficiência em petróleo, eu ligo à sequência de trabalhos que a Petrobras fez, à cultura dessa empresa, ligo à reforma administrativa que se fez no Governo passado, ligo à quebra do monopólio que tornou a empresa mais ágil, menos cartorial, mais firme para competição. Começo em Bilac Pinto, em Getúlio Vargas, começo em Horta Barbosa, vou passando por todos até chegar no Presidente Lula, que recebeu 4% a menos de auto-suficiência. No entanto, estão preparando agora, com Duda Mendonça, isso não é moral, R\$30 milhões de propaganda para dar a entender que também a Petrobras foi descoberta neste Governo. Se tem uma pessoa que imagino que vai saber ser coerente e não embarcar nesse canto de sereia é V. Ex^a, que tem todo

o direito de me criticar. Tenho a maior honra de estar aqui debatendo com V. Ex^a. Aí cobro o tino de V. Ex^a pelo respeito e pelo carinho que lhe tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, solicito que V. Ex^a encerre o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Vou encerrar, Sr^a. Presidente.

Finalizando, muito brevemente, quero dizer ao Senador Arthur Virgílio, como disse várias vezes desta tribuna, que não acho que a política do Governo Lula seja a mesma política dos governos anteriores. É a mesma política fiscal e monetária, mas política econômica não é só isso. O neoliberalismo é a retirada do Estado, é a privatização, é a entrega total ao mercado, e isso o Presidente Lula reformulou, colocando as empresas estatais a serviço do desenvolvimento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nós vimos a privatização do Estado para o Delúbio. O Estado foi privatizado para o Delúbio e para o Marcos Valério.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, por favor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Estou falando em outros termos. V. Ex^a está mudando os termos da minha afirmação. Estou dizendo que a política é bem diferente, não só a política de intervenção do Estado, como a política de natureza social. Por conseguinte, é diferente, e quero manter isso que foi o avanço e ampliar esse avanço.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT. Fazendo soar a campainha.) – Por favor, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando os bancos lucraram mais do que agora? Em que época os bancos lucraram mais do que agora?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, por favor, solicite um aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Saturnino, em que época os bancos lucraram mais do que agora?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim, a política monetária e fiscal é a mesma, e claro que a tendência é aumentar mesmo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas o resto havia: o Bolsa-Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, isso tudo havia. Se não houver, há uma explosão social no País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, houve muito avanço. O Fundeb é um avanço significativo, que nós temos de votar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E o Fundef não? O Fundef não?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Foi, mas o Fundeb é outro papo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas qual é a diferença?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Saturnino que conceda um aparte ao Senador. Não podemos continuar com esse debate dessa forma!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É porque eu pretendia encerrar, mas o Senador Arthur Virgílio não se conformou e, com todo o direito, quer mais um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Arthur Virgílio, se quiser usar da palavra, solicite o aparte, por favor.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando há mais apego e mais respeito ao debate, deve-se prorrogar. Alguém vai para o cinema?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Prorrogue até às 22 horas a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – As pessoas lá fora trabalham que é um horror. Aqui, estamos achando que temos de ir para casa às 19 horas para ver a novela?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicite o aparte ao Senador que está na tribuna.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sim, mas nós estamos fazendo um aparte aqui. Prorrogue, deixe-o falar por uma hora e eu o aparteio por mais o tempo que eu quiser. Agora, não dá para achar que temos de encerrar a sessão. Isso não existe.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu não quero falar mais uma hora, não.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor tem de respeitar, por favor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – O que quero dizer é que, se o Presidente Lula não tivesse sido eleito, hoje, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estariam todos privatizados, porque estava tudo prontinho para privatizar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não, é uma suposição de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Só a Petrobras é que não eu sei.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É uma suposição de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ela, talvez, precisasse de um pouco mais de tempo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não vejo. Como é que se iria privatizar o BNDES? Como se vai lucrar privatizando...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pergunto ao Senador Saturnino, por favor! Eu pergunto se o senhor concedeu o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, mas o Senador gosta de...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não, conceda o aparte, por favor.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Então, eu lhe peço o aparte, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Está concedido.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito bem. Senador, como é que se vai privatizar o BNDES? Como é que se vai imaginar que a infra-estrutura do Município de Maués, no Amazonas, vai ser feita com dinheiro particular? V. Ex^a é funcionário do BNDES. V. Ex^a não acredita nisto, que alguém fosse...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Acredito, acredito, porque eu assisti ao Sr. Roberto Campos, que era um prócer neoliberal, querer privatizar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não, mas ele não tinha nada com o governo passado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ele criou os bancos de investimentos para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Por favor, Senador Saturnino, está concedido o aparte. Vamos aguardar o término do aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Ele não tinha nada com o governo passado. Ele não tinha nada com o nosso governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, está concedido o aparte. Vamos aguardar o término do aparte.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Tem tudo a ver, porque era um neoliberal, com as mesmas políticas. A tese de que o Estado atrapalha, é preciso...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a vê fantasmas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Roberto Saturnino, por favor, V. Ex^a concedeu o aparte. Aguarde o Senador Arthur Virgílio terminar o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Estado hoje é outro, não mais aquele Estado mamute. As privatizações foram boas até do ponto de vista ético. Imagine o Delúbio com mais teles. Não teria havido a revolução das telecomunicações, não teria havido o novo passo que será dado da televisão digital, que teve a ver com o primeiro passo que foi o da quebra

dos monopólios. Tenho a impressão de que essa é a compreensão que, inclusive, o Presidente Lula tem hoje com clareza. Essa é a compreensão do Palocci. Não consigo imaginar um governo que governe diferente. Reclamo dele por outros aspectos. Há uma inação administrativa grande.

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Há uma propaganda excessiva, que, para mim, chega a ser “fascizizante”. Não posso entrar num avião sem ver a propaganda. Aquilo me irrita. Estou pagando a passagem e tenho que ficar ouvindo aquela propaganda. Ao mesmo tempo, não vejo coerência entre se ter essa política econômica e não se privatizar tudo quanto o Governo privatizou, se porventura o estoque de empresas estatais estivesse à mão. Palocci ia lutar muito por isso. Marcos Lisboa também. E não tenho dúvida de que Lula iria atendê-los. Vamos convir que, até agora, em matéria econômica, V. Ex^a não foi atendido em nada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Fui atendido, sim, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Em quê? Em matéria econômica?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a está de acordo com um trilhão de dívida pública interna?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não. Fui atendido na encomenda da Petrobras das plataformas e dos navios no Brasil e no fato de o BNDES retomar a política de planejamento e financiamento. Fui atendido nos programas sociais a que deram início e em que precisam se aprofundar. Fui atendido no reajuste do salário mínimo. Eu me sinto atendido. Agora, eu quero mais. É diferente!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite outro aparte? V. Ex^a é um homem inteligente e um emérito debatedor. Aliás, quando eu pensava como V. Ex^a, eu queria que V. Ex^a tivesse sido Ministro da Fazenda lá atrás, se tivéssemos porventura derrotado o regime militar. Mas estamos falando de outra coisa. Estou falando da política econômica. V. Ex^a tinha muito com o que contribuir, mas nem sua voz nem a de pessoas que pensam como V. Ex^a foram ouvidas. Nas plataformas já estão falando de corrupção, de propina, de *overprice*. V. Ex^a não tem nada a ver com isso. Não estou falando das plataformas. Estou falando que o essencial, que a espinha dorsal do Governo, que é, precisamente, o conjunto de suas políticas macroeconômicas, não teve a contribuição de V. Ex^a. Entre V. Ex^a, Paul Singer e, por exemplo, Carlos Lessa, o Governo optou pelos assessores de Palocci, a começar por Marcos Lisboa. É um fato ou não é?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Na parte fiscal e monetária é, mas há um todo na política econômica. A política econômica tem muitas outras vertentes, tem muitas outras facetas, muitos outros predicados que não apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito ao Senador Roberto Saturnino que encerre em um minuto, por favor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Vou encerrar.

Nobre Presidente, agradeço a V. Ex^a pela descendência e agradeço ao Senador Arthur Virgílio pelo aparte, que enriqueceu o meu pronunciamento. Eu fiz o que queria fazer: vim a esta tribuna e trouxe minha mensagem de desabafo e de inconformidade com esse tipo de crítica exaltada que se faz, além do limite do construtivo, do que realmente serve à Nação e ao povo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. (Pausa).

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Mensagem nº12/2006

Brasília, 15 de março de 2006

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que a Excelentíssima Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet foi indicada pelo Supremo Tribunal Federal para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim** Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Natural do Rio de Janeiro, RJ, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970); pós-graduada, em nível de especialização, em Antropologia Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (1982).

Exerceu a advocacia liberal, integrou o Conselho Seccional da OAB/RS; foi Diretora-fundadora da Escola Superior da Advocacia da OAB/RS (1986-1987), sendo eleita Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do RS (1988).

Membro do Ministério Público Federal (1973-1989); integrou a composição original do TRF/4^a Região, em vaga destinada ao quinto constitucional; participou da Comissão elaboradora do Regimento Interno da Corte (1989); representou a Justiça Federal perante o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (1990-1991); presidiu a Comissão de Estudos e Cursos da Casa (1992-1994) e,

nessa condição participou da Comissão Permanente de Magistrados do Centro de Estudos Judicários do Conselho da Justiça Federal (1993-1994); eleita pelo Plenário do Tribunal para compor o seu Conselho de Administração (1994); exerceu na mesma Corte, por biênios sucessivos, a Vice-Presidência (1995-1997) e a Presidência (1997-1999). Presidente da 1^a Turma do TRF/4^a (1999-2000). Em 14 de dezembro de 2000 foi empossada no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal; compôs a Comissão Permanente de Regimento (2001/2002) e a Comissão Permanente de Documentação (2002), integra a Comissão Permanente de Coordenação do mesmo Tribunal; atuou no Tribunal Superior Eleitoral como Ministra Substituta (Fev-Jun/2001) e depois como membro efetivo (Jun/2001 – Jun/2003). Reconduzida como Ministra efetiva (Jun/2003-Jun/2005). Assumiu a Vice-Presidência do TSE em Fev/2003. Em 3-6-04 assumiu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (licenciada). Presidente-fundadora da Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul. Bolsista da Fundação Fullbright – EUA (Hubert H. Humphrey Fellowship Program) (1991-1992), com dedicação ao tema “Administração da Justiça”. Membro fundadora do Conselho Consultivo da GLIN – Global Legal Information Network. Jurista em Residência da Biblioteca do Congresso dos EUA (1992)

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, declaro a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, à doura Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfeet.**

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, informo a V. Exa. e, por seu alto intermédio, à doura Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheira nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Supremo Tribunal Federal.

Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfleet.**

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros

Tendo sido indicada pelo Supremo Tribunal Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, declaro a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, à dnota Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, sob as penas da Lei, que não sou sujeito passivo de cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem constam instaurados contra minha pessoa quaisquer procedimentos dessa natureza no Poder Judiciário.

Brasília – DF, 20 de março de 2006. – **Ellen Gracie Northfleet**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

*Emenda Constitucional nº 45, de 2004
(Publicada no DOU de 31-12-2004)*

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....
“Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pela Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituir-lhos, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida, ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciais;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará

.....
Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2005

Estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada 8 de dezembro de 2004.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece as normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe a Emenda Constitucional nº 45, promulgada 8 de dezembro de 2004.

Art. 2º Todos os indicados serão sabatinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em datas a serem fixadas pelo seu Presidente, observando-se os prazos regimentais.

Art. 3º Para cada indicação haverá um relator, que opinará perante a Comissão.

§ 1º O relatório será apreciado em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto.

§ 2º Aprovada ou rejeitada a indicação pela Comissão, esta será submetida à decisão do Plenário.

Art. 4º Havendo a rejeição de qualquer nome pelo Plenário, será oficiado à autoridade máxima do órgão ou instituição competente para a indicação, a fim de que novo nome seja apresentado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

Art. 5º As indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:

I – *curriculum vitae* do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;

II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;

IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

V – se o indicado for magistrado ou membro do Ministério Público, declaração de que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato e até 2 (dois) anos após o seu término;

VI – para os demais integrantes, indicados pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil, declaração de que renuncia ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato e até 2 (dois) anos após o seu término.

Art. 6º O preenchimento de vaga para a composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja indicação for do Se-

nado Federal, dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do conhecimento oficial de abertura da vaga.

§ 1º A indicação do candidato, feita pelas lideranças da Casa à Mesa do Senado, obedecido ao disposto no art. 5º, *caput* e seus incisos, não poderá contemplar membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

§ 2º A indicação mencionada no § 1º será submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e ao Plenário, dando-se por aprovada, nesse último caso, se houver maioria absoluta de votos.

§ 3º Não se aplica o prazo previsto no *caput* deste artigo para o preenchimento das vagas decorrentes da instalação dos Conselhos referidos nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A matéria vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Alvaro Dias, Antero Paes de Barros e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

Suas Excelências serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Entre o investimento e a mágica”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 16 de março do corrente.

O jornalista Rolf Kuntz, em seu artigo, faz uso da publicação Panorama Conjuntural do último boletim trimestral do IPEA para afirmar que “para crescer entre 4% e 5% nos próximos anos, o Brasil terá de elevar rapidamente o investimento produtivo e de retomar os ganhos de produtividade observados na primeira metade dos anos 90, na fase inicial da abertura econômica”.

O jornalista conclui seu artigo dizendo que “Não é com palavras mágicas, como desenvolvimentismo, que se produz a modernização da economia”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Quero também, como segundo assunto, Sr. Presidente registrar e aplaudir a criação de uma nova linha internacional da TAM, ligando Manaus a Miami, com freqüência diária. Será uma nova rota, a partir de 1º de junho, que simplifica o embarque de passageiros também do Norte, Nordeste e de Brasília, sem necessidade de ir a Guarulhos, em São Paulo. O vôo começa em Fortaleza e faz escala em Belém e em Brasília.

Além da sua importância turística, a linha será estratégica para as exportações de produtos do Pólo Industrial de Manaus para os Estados Unidos.

A criação dessa nova rota era uma antiga reivindicação das populações de Manaus e do Amazonas. Eu mesmo tive ocasião de reivindicá-la, transmitindo apelos a mim feitos pelas classes empresariais e pelos habitantes de meu Estado.

Cumprimento a TAM, parabenizando todo o povo do Amazonas.

O terceiro assunto que desejo comentar, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é o fato de que é correta, necessária e urgente a postulação feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciéncia por uma maior presença de ações científicas na Amazônia.

A reivindicação, formalizada em carta dirigida a seis Ministérios pelo Presidente da SBPC, Enni Candotti, é, a seu ver, “uma das formas de alavancar o desenvolvimento sustentável da nossa mais estratégica região”.

Minha convicção é também nesse mesmo sentido. Já tive ocasião de destacar, neste mesmo Plenário, a relevância do fortalecimento das bases de ciéncia e tecnologia naquela área.

Como diz agora o professor Candotti, de nada adianta apelar para o não desmatamento da Amazônia sem que se ofereçam alternativas adequadas para as populações da área. E, ademais, não se pode entender o distanciamento da ciéncia na Amazônia.

E, ainda, levar mais ciéncia e tecnologia para a área é um dos meios mais eficazes para evitar que outras nações o façam, como ainda temos na lembrança pesquisas de empresas japonesas na Amazônia, as quais chegaram a tentar a patente do aproveitamento do cupuaçu para seu aproveitamento industrial em cosmética e alimentação.

Como quarto assunto, também falo, Sr. Presidente, para levar minha mais irrestrita solidariedade às populações de Humaitá e Manicoré, duas cidades do meu Estado, o Amazonas, neste momento vivendo em alerta pela enchente do Rio Madeira que inunda uma vasta área, com sérios transtornos para milhares de pessoas.

Recebo informações de lá, dando conta que 2 mil crianças estão sem aulas e as populações vivem em sobressalto, com medo de jacarés e cobras.

De acordo com as informações que chegam ao meu conhecimento, o nível do Madeira já se aproxima da cota máxima de emergência, que é de 25,59 metros. Ao contrário dos outros rios, que sobem nesta fase do ano, o Madeira está subindo além do esperado. Em 1997, quando houve ali uma enchente assemelhada, o nível do Madeira chegou a 27,26 metros, cota muito próxima da atual.

Leio no noticiário que o Prefeito Roberto Rui Guerra, de Humaitá, viu-se no dever de suspender as atividades de 40 das 107 escolas do Município. Ele

acrescenta que a água já cobriu diversas escolas e em outras a água está na altura da janela.

Com a minha solidariedade às populações atingidas, faço um apelo às autoridades do Estado e do Governo Federal, para que medidas de emergência sejam adotadas com urgência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	16 mar. 06	Economia	B	23

Entre o investimento e a mágica



Rolf
Kuntz*

Para crescer entre 4% e 5% nos próximos anos, o Brasil terá de elevar rapidamente o investimento produtivo e de retomar os ganhos de produtividade observados na primeira metade dos anos 90, na fase inicial da abertura econômica. Para uma expansão de 4% ao ano será preciso investir algo entre 22,5% e 24% do produto interno bruto (PIB), segundo estimativa publicada no *Panorama Conjuntural* do último boletim trimestral do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Para um crescimento de 5% a formação de capital necessária ficará na faixa de 25% a 27% do PIB.

São números bem maiores que os dos últimos 15 anos. A previsão de 1994, a taxa de investimento foi de 20,8% do PIB naquele ano, 19,2% em 2002 e provavelmente 19% no ano passado, segundo o mesmo estudo.

De acordo com o *Panorama*, também os ganhos de produtividade tem recuado. Desde a abertura de mercados, os maiores

resumamentos de eficiência ocorreram no período 1992-94, com o ritmo anual de 2,3%. Ficaram em 1,4% ao ano entre 1995 e 1998 e, em seguida, se tornaram negativos, com perda anual de 0,2% entre 1999 e 2002 e de 1,1% entre 2003 e 2005.

Esses números foram obtidos pela comparação do crescimento do PIB, excluído o setor agropecuário, com a evolução da mão-de-obra ocupada. A população ocupada é das áreas metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Os cálculos da variação de produtividade são, portanto, sujeitos a qualificações e, além disso, os números agregados podem esconder ganhos importantes ocorridos em alguns segmentos da indústria e, certamente, do agronegócio.

Esses detalhes não são discutidos no texto e estão longe de ser desprezíveis. O crescimento da exportação brasileira nos últimos dois anos, apesar dos custos elevados e do câmbio desfavorável, não parece explicável apenas pelas boas condições do mercado internacional. Além disso, as vendas de máquinas e equipamentos no mercado interno continuaram a crescer nos últimos anos.

As diferenças entre os setores e segmentos de atividade não aparecem no cenário apre-

sentado pelo *Panorama*. É preciso, portanto, imaginar muitas informações não explicitadas nesse quadro geral. Por exemplo: é muito provável que boa parte dos novos postos de trabalho tenha surgido em atividades pouco dinâmicas, como é o caso da maior parte dos serviços urbanos, no Brasil.

De toda forma, o recado geral é relevante: no conjunto, a economia brasileira está perdendo capacidade de crescimento, apesar dos ganhos de eficiência ainda sustentados em algumas áreas.

O valor prático da mensagem é evidente: qualquer debate sobre políticas de crescimento econômico e de combate à pobreza será inútil, se não incluir a busca de soluções para os problemas do investimento e da produtividade. O palavrório sobre o crescimento deverá marcar a disputa eleitoral, mas nada garante, por enquanto, que os candidatos se voltem para as questões essenciais.

A reforma do gasto público é, obviamente, uma dessas questões. As despesas primárias do governo central - isto é, sem contar o pagamento de juros - aumentaram 7,1% em 2004 e 10,2% em 2005, muito mais, portanto, do que o PIB (4,9% numano e 2,3% no outro).

Esse ritmo é insustentável.

Além disso, a maior parte das verbas públicas é destinada a despesas correntes, pouco restando para o investimento. É uma boa parte da fração investida - o texto nem menciona este detalhe - é apenas dinheiro pulverizado em projetos de baixa ou nenhuma prioridade em termos nacionais.

"Reformas que abram espaço para o aumento da poupança do governo, limitando o crescimento da despesa corrente, deveriam figurar entre as prioridades da agenda legislativa do período 2007-2010", segundo os autores do *Panorama*.

De tão repetida, a discussão do problema fiscal tende a tornar-se maçante. Os argumentos envolvidos têm pouco ou nenhum apelo em disputas eleitorais convertidas em espetáculos para grandes públicos. No entanto, não se pode produzir um programa sério de governo sem cuidar detalhadamente dessas questões.

Não é com palavras mágicas, como desenvolvimentoismo, que se produz a modernização da economia. Mas palavras mágicas e pensamento mágico ainda terão, provavelmente, um peso considerável nas campanhas deste ano.●

*Rolf Kuntz é jornalista

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Quem sustenta Palocci”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 16 de março do corrente.

O editorial trata do desgaste do Ministro Antonio Palocci em função de seu envolvimento com seus ex-assessores à época em que era prefeito de Ribeirão Preto. Testemunhas afirmam que o Ministro esteve várias vezes na casa que foi montada em Brasília para funcionar como uma central de *lobby*.

Segundo o editorial, “não há paralelo no ciclo democrático recente de um ministro da Fazenda cuja

conduta tenha estado sujeita a tantos questionamentos quanto Antonio Palocci Filho”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★
Publicado desde 1921 · Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: Luís Frias

Diretor Editorial: Otávio Frias Filho

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO
Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,
JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, Luís NASSIF, Clóvis Rossi,
CARLOS HEITOR CONY, CÉLSON PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,
Luís Frias e Otávio Frias Filho (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS
www.folha.com.br/editoriais
e-mail: editoriais@uol.com.br

QUEM SUSTENTA PALOCCI?

NÃO HÁ paralelo no ciclo democrático recente de um ministro da Fazenda cuja conduta tenha estado sujeita a tantos questionamentos quanto Antonio Palocci Filho. Agora o perseguem indícios de que, já chefe da política econômica, tenha frequentado um notório círculo de ex-assessores formado em torno do então prefeito de Ribeirão Preto.

Duas testemunhas afirmam que Vladimir Poletto, Rogério Buratti e Ralf Barquete (morto em 2004) não partilham com Palocci apenas o sobrenome de origem italiana e as relações no passado interiorano. Um motorista e um caseiro que serviram em mansão alugada por Poletto em Brasília — visitada amiúde por companheiros de Ribeirão e empresários — sustentam que o ministro esteve mais de uma vez na casa.

Não consta — a partir da narrativa do caseiro e de apurações policiais e parlamentares — que as reuniões na residência do Lago Sul tenham se reduzido àqueles nostálgicos reencontros entre amigos para reviver os bons tempos. Evidências e relatos indicam que ali se montou uma central de *lobby*, e que o inquilino Poletto

mantinha contato estreito com Ademirson Ariovaldo, assessor direto do ministro e também oriundo da cidade do interior paulista.

Palocci reitera o que disse à CPI: nunca pôs os pés na mansão brasiliense; as acusações teriam motivação eleitoral. O ministro já teve de corrigir, duas vezes, sempre a reboque dos fatos, informações sobre uma viagem que realizou a bordo de um avião de José Colnaghi. Esse empresário foi quem cedeu uma aeronave para transportar caixas de bebida de conteúdo suspeito de Brasília a Campinas — o episódio envolveu Poletto, Barquete, um carro locado para a campanha petista de 2002 e um motorista hoje lotado na Fazenda.

Se o desgaste de Palocci se aprofunda a olhos vistos, a rede de apoio que colocava um anteparo entre os escândalos e o ministro vai se esfarelando. O mercado financeiro está indiferente; na oposição, desbandaram os adeptos do paloccismo; o PT escreve texto criticando a política econômica. O presidente da República ainda sustenta Antonio Palocci, mas dificilmente o fará a qualquer custo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tema contrapõe PT à equipe econômica”, publicada no jornal **Valor Econômico**, de 14 de março do corrente.

A matéria evidencia mais um conflito entre o atual Governo Lula e o seu partido. Segundo a matéria, “Defendida pela equipe econômica do governo e combatida pelo PT, a terceira reforma da Previdência terá dificuldades para avançar caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja reeleito”.

Tema contrapõe PT à equipe econômica

De São Paulo

Defendida pela equipe econômica do governo e combatida pelo PT, a terceira reforma da Previdência terá dificuldades para avançar caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja reeleito. É um quadro diferente do enfrentado pelo presidente em 2003, quando propôs a reforma no setor público e teve a oposição da ala petista vinculada com mais força ao funcionalismo. Desta vez, com o alvo no setor privado, a reforma é criticada pela cúpula do partido.*

“Na prática, não há déficit no Regime Geral da Previdência. Para que a soma das receitas ultrapasse a despesa, o que é preciso é assegurar o crescimento econômico e melhorar a gerência, com o combate à informalidade e à terceirização fraudulenta”, disse o presidente nacional da sigla, Ricardo Berzoini, o ministro da Previdência que enviou em 2003 a proposta de reforma constitucional do governo Lula, descartando tanto a introdução da idade mínima para os segurados do regime geral quanto a desvinculação entre o salário mínimo e a previdência.

Na Esplanada dos Ministérios, contudo, a discussão é outra. Integrantes da equipe do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, têm mantido constantes encontros com as entidades do setor privado que defendem uma reforma da

Previdência, como as que reúnem os fundos de pensão abertos (Anapp) e fechados (Abrapp) e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comentou com interlocutores que julga um novo ciclo de reformas imprescindível. O próprio Berzoini admite que há distância entre governo e partido. “Meu pensamento é a posição majoritária do partido, mas esta pode não ser a opinião de todos os ministros”, disse o dirigente.

O assunto é tratado com cuidado, para não virar tema de campanha e evidenciar o conflito entre o Executivo e o partido do presidente da República, em uma circunstância onde a candidatura à reeleição de Lula ainda é frágil. Em linhas gerais, os técnicos da equipe econômica são simpáticos a uma reforma nos mesmos moldes da proposta de estudos ligados ao PSDB e no mesmo feitio da defendida pelo setor privado.

O presidente Lula por enquanto é lacônico ao comentar publicamente suas prioridades no segundo mandato. Em sua recente entrevista à revista inglesa “The Economist”, Lula mencionou a reforma tributária, a sindical e a trabalhista como os principais itens da agenda do Executivo no Congresso. Afirmou que o déficit da Previdência deverá cair com as medidas administrativas que tomou, como o censo previdenciário e a criação da Super Recei-

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ta, que unificou os mecanismos de arrecadação no país. Mas, de forma reservada, autorizou a equipe econômica a estudar cenários com uma reforma previdenciária profunda.

Diante da dificuldade de aprovação no Congresso da idade mínima de aposentadoria para os beneficiários do regime geral, discute-se entre governo e setor privado um novo cálculo para o fator previdenciário, de modo a desestimular ainda mais a aposentadoria antes dos 65 anos, independente de gênero.

Em fim de mandato e com divisões internas, as discussões com o setor privado não são centralizadas e nem realizadas de maneira regular. “Não há um único interlocutor com o governo, são diversas pessoas. Este assunto só será tratado de maneira efetiva no próximo ano, porque o grande campo de batalha será no Legislativo, e não no Executivo”, afirmou o presidente da Anapp, Osvaldo Nascimento. “A Previdência é uma questão de ajuste do gasto público e se impõrá como prioridade, independente de quem seja eleito”, comentou o presidente da Abrapp, Fernando Pimentel.

A resistência petista a uma nova reforma da Previdência está dentro de uma contestação global à estratégia da equipe econômica de manter uma política de taxas de juros altas enquanto não se fi-

zer um corte de gastos públicos de maneira estrutural. Dentro deste debate, a oposição é feita à qualquer proposta que não envolva o corte imediato dos juros.

“Existe um descontentamento generalizado em relação ao atual comando do Banco Central. É muito mais fácil cortar 1% da Selic e proporcionar uma economia de R\$ 10 bilhões em gastos com a conta de juros do que promover um ajuste público com mudanças negociadas no Legislativo e que sacrificuem a economia”, afirmou o economista Amir Khaïr, filiado ao PT e presença constante nos debates internos da sigla.

O aumento da importância da CUT na máquina petista, evidenciado pela nomeação do presidente da central, Luiz Marinho, para o Ministério do Trabalho, também não irá colaborar para que a reforma tenha trânsito fácil no governo em um eventual segundo mandato. A central está reivindicando exatamente o oposto do que prega a equipe econômica: pretende-se o aumento real para todas as categorias de aposentados.

“Tem havido aumento real para os aposentados que ganham o salário mínimo, mas não para as categorias maiores. Quem apostou numa reforma da Previdência pode ver o governo indo na direção exatamente oposta”, disse João Vaccari Neto, secretário de Relações Internacionais da CUT. (CF)

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de março do corrente.

Segundo a matéria, “A Polícia Federal entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito do mensalão, iniciado em junho de 2005 para apurar o suposto pagamento de mesada a parlamentares e partidos da base aliada em troca de apoio ao governo”.

A matéria mostra, também, que a lista, encabeçada por Marcos Valério, conta com outros personagens

PF entrega inquérito do mensalão ao Supremo

Vannildo Mendes

BRASÍLIA

A Polícia Federal entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o inquérito do mensalão, iniciado em junho de 2005 para apurar o suposto pagamento de mesada a parlamentares e partidos da base aliada em troca de apoio ao governo. Até agora já foram indiciadas 5 pessoas e outras 40 estão relacionadas para indiciamento. No relatório, a PF pediu mais prazo, uma vez que ainda falta concluir o trabalho de perícia contábil nas empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de operar o mensalão.

A PF informou que foram tomados 226 depoimentos, cumpridos seis mandados de busca e apreensão e realizadas 30 perícias em documentos e computa-

importantes do governo Lula e do PT como José Genoino, Delúbio Soares e Henrique Pizzolato.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal, permitindo ao pesquisador do futuro avaliar o que foi a gestão petista no Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

dores. O material que produziu está dividido em 21 volumes, um total 4.500 páginas.

A equipe é integrada por 20 policiais e 3 técnicos da Polícia Federal. Ainda conta com o apoio da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros, da Diretoria de Inteligência Policial e da Diretoria Técnico-Científica.

Entre os indiciados pela PF encontra-se o ex-marqueteiro Duda Mendonça, acusado de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime contra a administração pública. Entre os nomes que a PF apontou para indiciamento aparecem políticos, empresários, operadores do mercado financeiro, lobbistas e servidores públicos.

A lista é encabeçada por Marcos Valério. Abaixo dele aparecem outros personagens centrais do mensalão, como o ex-presidente do PT, José Genoino, e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Está igualmente relacionado o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB) Henrique Pizzolato, acusado de ser um dos abastecedores do caixa 2 petista. O ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado José Dirceu (PT-SP) não figura na lista. *

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PT prega intervenção no Banco Central”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, do dia 9 de março do corrente.

A matéria mostra que o jornal obteve dois relatórios reservados do PT que serão discutidos pelo Diretório Nacional nos dias 18 e 19 deste mês, em São Paulo. Os relatórios pregam a intervenção no Banco Central e critica a gestão Lula por ter ficado prisioneira do discurso da Fazenda e do Banco Central.

PT prega intervenção no Banco Central

‘Estado’ teve acesso a documentos que serão discutidos pelo Diretório Nacional, nos dias 18 e 19

Vera Rosa
BRASÍLIA

Documento reservado do PT sobre *Conjuntura, Tática e Política de Alianças* para a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prega a intervenção no Banco Central num eventual segundo mandato petista, que terá o desafio de construir “um Brasil pós-neoliberal”. Mais: destaca que, a partir de 2007, o social será o “carro-chefe do governo”, com hegemonia da esquerda sobre os ministérios da área, e critica a gestão Lula por ter ficado “prisioneira”, até hoje, do discurso da Fazenda e do Banco Central.

Um segundo texto, com diretrizes para a elaboração do programa petista, admite que a obra do governo Lula ainda é “parcial, desigual e incompleta”. “Foi insuficiente (nem daria tempo!!!) para mudar de conjunto a realidade social afeitiva do País”, diz um dos trechos. A ênfase é para a necessidade de um novo mandato com “inflexão” no discurso do governo.

Os dois relatórios, obtidos pelo Estado, serão apresentados na reunião do Diretório Nacional, dias 18 e 19, em São Paulo. Preparados por comissões formadas por integrantes de várias tendências, os documentos servirão de subsídios para a plataforma de Lula à reeleição. São versões preliminares, que receberão emendas e terão de passar pelo crivo do diretório. Tudo o que ali for aprovado será submetido ao 13º Encontro Nacional do PT, no fim de abril.

“(...) Em nosso segundo mandato, o Banco Central incluirá entre seus objetivos, além da moeda, o crescimento e o emprego”, diz o texto sobre conjuntura, escrito pelo secretário de

Relações Internacionais do PT, Valter Pomar, no qual se lê “proibida a circulação”.

“O período 2003-2006 deve ser entendido como o de uma transição necessária de um ve-

Para partido, obra de Lula foi insuficiente para mudar realidade social

lho Brasil para um novo projeto nacional de desenvolvimento”, sustenta o documento redigido por Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Lula. Vice-presidente do PT, Marco Aurélio diz que “o último ano deste governo deve ser entendido como o primeiro do próximo”.

DEVASSA E ALIANÇA

Oscilações chegaram ao Palácio do Planalto e causaram preocupação pelo “alto teor de radicalidade” no que se refere à condução da economia, segundo definiu um ministro. Criticam o Banco Central, que recorre a altas taxas de juros como “solução” para o controle da inflação, o elevado superávit primário e observam que a política econômica “encobriu” os aspectos positivos do governo. São, na prática, o oposto do que o PT defendeu na *Carta ao Povo Brasileiro*, de junho de 2002.

As análises dos petistas abordam o “duro golpe” da crise de 2005 e pregam o confronto político-ideológico com o PSDB nessa temporada eleitoral. Marco Aurélio afirma que, se o candidato do PSDB for o prefeito José Serra, a campanha tucana adotará discurso “profundamente conservador”, com críticas à política econômica e “ace-

nos desenvolvimentoistas”.

Pomar, por sua vez, condena o governo Lula por não ter feito “nenhuma devassa” contra a administração do ex-presidente Fernando Henrique. Além disso, diz que essa atitude amistosa em relação ao PSDB só trouxe prejuízos ao PT e ao Planalto. “A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério (...), o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos: as recentes declarações do FHC, segundo o qual a ‘ética do PT é roubo’, são uma demonstração do baixo nível da oposição”.

Para a comissão petista que trata da política de alianças, o casamento de Lula com PTF, PP e PL, além dos feitos colaterais no campo da ética, construiu uma “maioria congressual instável”, sem hegemonia política. A proposta “preferencial” do grupo é de coligação no primeiro turno com partidos de esquerda (PC do B e PSB) e “alianças sociais com movimentos e setores democráticos”.

De qualquer forma, o documento menciona vários cenários e admite a possibilidade de alianças com siglas que integram a base do governo, mesmo as envolvidas no escândalo do mensalão. Observa, ainda, algumas “incógnitas” no horizonte. Na lista do imponentável cíta o desfecho da novela sobre a verticalização das alianças, regra que obriga os partidos a reproduzirem nos Estados a parceria para a disputa presidencial, e a prévia para a escolha do candidato do PMDB, dia 19. •

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TRECHOS DOS DOCUMENTOS RESERVADOS DO PARTIDO

• **Direita** – “O avanço da direita deveu-se, em certa medida, a opções políticas equivocadas do nosso partido e governo. Esses erros vão desde a contratação de R\$ 20 milhões em shows até a promiscuidade com personagens que funcionavam como caixas de campanha a favor do PSDB”.

• **Carro-chefe** – “Mesmo que haja controvérsia, dentro do PT, sobre o espaço da área econômica, está claro que um segundo mandato deve conferir à área social a condição de carro-chefe do governo. Esta opção ‘económista’ fez parecer que o Ministério da Fazenda era o pilar central, competindo inclusive com o presidente eleito”.

• **Alternativa** – “Tendo conduzido a transição de um paradigma neoliberal para outro padrão de desenvolvimento, a obra do governo Lula é ainda parcial e incompleta. Foi insuficiente (nem daria tempo!!!) para mudar a realidade do País”.

• **Adversários** – “O perfil dos pré-candidatos sugere uma candidatura PSDB-PFL que tentará articular discurso profundamente conservador com críticas à política econômica e a cenários desenvolvimentoistas, sobretudo se for Serra”.

• **Impotência** – “O partido não foi capaz de construir um discurso de apoio ao governo e manter sua independência. Ficou impotente e perplexo quando membros da executiva enveredaram pelo caminho da aventura, tentando, de forma temerária, construir uma base de sustentação a partir de prebendas de partidos aliados”.

• **Juros** – “Taxas de juros elevadas foram as únicas soluções do BC contra a inflação. As metas de inflação foram definidas de forma unilateral pelo BC, que tem de submeter-se mais à sociedade. Não pode ser apenas guardião da moeda, mas instituição preocupada com o crescimento e o emprego”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “União deu R\$79 mil a invasoras da Aracruz”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 14 de março do corrente.

A matéria mostra que o Movimento das Mulheres Camponesas recebeu ajuda de ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Segundo a matéria, “associações de mulheres camponesas que promoveram a invasão de instalações da Aracruz Ce-

lulose na semana passada contaram com dinheiro dos cofres públicos para atividades de formação”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

União deu R\$ 79 mil a invasoras da Aracruz

MARTA SALOMON

SÃO PAULO 14.3.06

Associações de mulheres camponesas que promoveram a invasão de instalações da Aracruz Celulose na semana passada contaram com dinheiro dos cofres públicos para atividades de formação. Em dezembro do ano passado, o Sasi (sistema informizado de acompanhamento de gastos federais) registrou o repasse de R\$ 79 mil a duas associações estatais subordinadas ao Movimento das Mulheres Camponesas.

Ao garantir a transferência de pouco mais de R\$ 26 mil à Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Roraima, em 23 de dezembro, o Ministério do Meio Ambiente detalhou o destino. O dinheiro é direcionado: “Potencializar as mulheres camponesas (...), promovendo melhores condições no exercício do debate e das práticas diárias no meio em que vivem”.

A associação estadual do Pará

recebeu quase R\$ 53 mil em 12 de dezembro, referente a uma parceria do contrato firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo do contrato é, segundo o ministério, “promover processos de mobilização para a gestão participativa do processo de desenvolvimento sustentável do território rural”.

Na madrugada da última quinta-feira, cerca de 2.000 mulheres invadiram o horto florestal da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS). O objetivo, segundo a Agência Eletrônica do MDM Brasil, é denunciar o avanço de plantações destinadas à produção de celulose. “Somos contra os desertos artificiais”, afirma o texto. “A terra deve cumprir função social, deve mentar a vida, não os lucros.” Eles foram destruídos 1 milhão mudas e material de pesquisa, utilizado de 15 a 20 de trabalho. Rosângela Cordeiro, da coordenação do Movimento das Mulhe-

res Camponesas, confirmou que as associações nos Estados do Pará e de Roraima, beneficiárias de repasses de recursos públicos, integram a entidade nacional e participam da Via Campesina, que assumiu a responsabilidade pela destruição de mudas e viveiros da Aracruz. Cordeiro disse que não acompanhou o repasse de verbas federais. Outras dirigentes do movimento não foram localizadas.

Contrato em curso

A assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário informou que o contrato com a associação das mulheres camponesas do Pará ainda está em curso e a prestação de contas só será exigida no final de setembro, de acordo com os prazos estabelecidos.

Segundo o ministério, o dinheiro foi destinado à mobilização das mulheres camponesas para participar de processos de desenvolvimento sustentável, não à invasão

de propriedades. O ministro Miguel Rossetto divulgou nota na semana passada condenando o ato.

Procurada pela Folha, a assessoria da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) não se manifestou até a conclusão desta edição.

As ordens bancárias e notas de empenho que beneficiaram as associações foram pesquisadas pela equipe do site Contas Abertas, especializado em acompanhamento de contas públicas.

Passeata

Uma passeata reuniu cerca de mil pessoas ontem em Guabá (região metropolitana de Porto Alegre), onde fica a fábrica para a qual era destinada a produção de Barra do Ribeiro, para dar apoio à empresa Aracruz.

Os manifestantes, organizados por moradores, comerciantes e a prefeitura, pediram punição e mais proteção.

Colaborou LÉO GERCHMANI, da Agência Folha, em Porto Alegre

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.s. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Delegado diz que entregará ‘provas cabais’ contra Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 7 de março do corrente.

Segundo a matéria, o delegado seccional da Polícia Civil em Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, vai entregar aos Senadores membros da CPI dos Bingos documentos que seriam “provas cabais” do esquema de corrupção na administração de Palocci em Ribeirão Preto em 2001/2004.

Segundo o delegado, “as provas são claras, são evidentes. Temos falsificação de documentos. Documentos foram apreendidos. Temos provas de que expediram

certidões e relatórios para justificar varrição que não era feita. Aí a prefeitura pagava valores exorbitantes. O dinheiro saía dos cofres públicos. O rastreamento mostra que parte desse dinheiro ia para um partido”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INVESTIGAÇÃO

Delegado diz que entregará ‘provas cabais’ contra Palocci

Valencise vai quinta à CPI e promete “mostrar tudo” que há no inquérito

Fausto Macedo

Benedito Antonio Valencise, delegado seccional da Polícia Civil em Ribeirão Preto, vai à CPI dos Bingos nesta quinta-feira para depor e entregar aos senadores documentos que, segundo ele, “são provas cabais” do suposto esquema de corrupção, superfaturamento, peculato, sonegação “e outros crimes” na administração municipal, período 2001/2004 – gestão Antonio Palocci, hoje ministro da Fazenda, e seu sucessor, Gilberto Marçalini.

“Vou levar cópias dos principais documentos e mostrar tudo o que tem no inquérito”, disse Valencise. “Eu não sou testemunha dos fatos, mas sou testemunha de que foi apurado. Vou à CPI para esclarecer tudo o que for necessário.” Sobre o que dirá de Palocci à comissão de inquérito, o delegado observou: “Quem acompanhar meu depoimento verá”.

As provas, informa o delegado, “atingem a gestão dele (Palocci) como prefeito e quem o substituiu”. Ele ressalva que não pode indicar o ministro nem tem autoridade legal para isso. A competência para investigar ministros é do Supremo Tribunal Federal.

“Eu não tenho nada a ver com o ministro, nem posso ouvi-lo, eu estou falando do prefeito e daquilo que foi apurado sobre atos ocorridos em sua gestão”, anota Valencise, 30 anos de carreira. “As provas são claras, são evidentes. Temos falsificação de documentos. Documentos foram apreendidos. Temos provas de que expediram certidões e relatórios para justificar varrição que não era feita. Aí a prefei-

Ele mantém clima de suspense: ‘Quem acompanhar meu depoimento verá’

tura pagava valores exorbitantes. O dinheiro saía dos cofres públicos. O rastreamento mostra que parte desse dinheiro ia para um partido. Não vou dizer o nome do partido, mas falo sem medo de errar: de 3 partes do contrato, duas eram ilegais.”

ROMBO

Palocci foi prefeito de Ribeirão pelo PT entre 2001 e 2002, quando deixou o cargo para assumir a coordenação da campanha de Lula à Presidência. “O rombo mesmo, ou melhor o roubo, era na varrição. Eles criaram uma tal varrição volante que nunca existiu. Vou dar um exemplo: eles registravam serviço em um bairro, mas esse bairro tal nunca foi varrido. Ouvimos os moradores. Eles disseram: ‘aqui ninguém varria nada’. Então está supercomprovado. Fomos às ruas, conversamos com moradores de vários bairros. Não há como falar em perseguição política.”

O delegado espera concluir até o fim de março o inquérito que incrimina a gestão Palocci e revela como eram fechados contratos e feitos os pagamentos. Ele pretende indicar “até 7 pessoas”.

Entre os papéis que comprova a investigação existem notas fiscais e livros que indicam o tamanho do rombo. A prefeitura pagava R\$ 1,2 milhão por mês pela varrição.

O contrato durou 4 anos. “Isso está comprovado. Todo mês a prefeitura pagava esse valor. Um terço efetivamente correspondia a trabalho realizado. Dois terços eram referentes a serviços que não aconteceram. Esó fazer o cálculo em 48 meses para apurar o prejuízo. Isso foi no contrato de limpeza em geral.”

Rogério Buratti, que assessorou Palocci na prefeitura e que denunciou o ministro como suposto receptor de uma caixinha de R\$ 50 mil mensais em Ribeirão, é testemunha-chave. “Ele forneceu dados muito importantes que completam a investigação”, diz o delegado.

FATOS GRAVES

O relatório de Valencise à CPI terá início às 11 horas. “Temos crimes de peculato, sonegação, superfaturamento, uma série de fatos graves que aconteceram. Temos documentos e depoimentos de testemunhas que comprovam tudo isso.”

Nó relatório final do inquérito que entregará à Justiça, o

“Se houver comprovação do envolvimento dele (Palocci) vou enviar ao Judiciário para que encaminhe ao STF.”

Os promotores de Justiça que investigam o esquema também avaliam que Palocci pode ser incriminado. “No que se refere ao ministro realmente há muita coisa que pode responsabilizá-lo.”

chefe da Polícia em Ribeirão Preto pretende “demonstrar todas as provas, inclusive contra outras pessoas que tiveram participação”. Na próxima sexta, ele vai tomar novos depoimentos, inclusive o de Wilney Barquet, ex-diretor da empresa Leão Leão, que teria sido uma das principais beneficiadas na gestão Palocci.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 12 de março do corrente.

Segundo a matéria, o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, chamou o Presidente Lula de “desgraçado” em comício realizado na cidade de Campos, na noite do dia 10 de março do corrente.

O ex-governador do Rio acusa governo de querer instalar cinco pedágios na BR-101 e de não instalar refinaria no Estado

Garotinho chama Lula de ‘desgraçado’

SÉRGIO TORRES

ENVIADO ESPECIAL A CAMPOS (RJ)

Pré-candidato do PMDB à Presidência da República, o ex-governador do Rio Anthony Garotinho chamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de “desgraçado” em comício realizado em sua cidade natal, Campos (280 km ao norte do Rio), na noite de anteontem. O presidente Lula estava ontem no Chile para acompanhar a cerimônia de posse do presidente Michelle Bachelet.

Diante de cerca de 3.000 pessoas reunidas na principal praça do município, Garotinho, 45, atacou Lula de maneira bastante dura.

“Esse desgraçado do presidente Lula, além de não dar a refinaria, quer botar cinco pedágios na BR-101 daqui até o Rio de Janeiro. A Rosinha [governadora do Estado do Rio pelo PMDB e mulher de Garotinho] disse que não aceita, mas a rodovia é federal. Temos que juntar todos os prefeitos da região e não deixar botar pedágio na BR-101. Daqui ao Rio você vai pagar R\$ 40 de pedágio”, disse.

A instalação de uma refinaria de petróleo no norte fluminense pelo governo federal é uma das rei-

vindações da administração Rosinha. A BR-040 corta o município. É o principal acesso de Campos ao norte e ao sul do país. A maior parte das cidades das regiões norte e noroeste do Estado é controlada por Garotinho, que teria facilidade em convocar prefeitos aliados para protestar contra a privatização da rodovia.

Sem Rosinha, que estava “muito febril”, Garotinho participou do último comício da campanha do peemedebista Geraldo Pudim à Prefeitura de Campos. A eleição de 2004 foi anulada pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), que concluiu ter havido irregularidades cometidas na campanha pelo prefeito eleito, Carlos Alberto Campista (PDT), e pelo próprio Pudim, que tinha o apoio explícito do casal.

Campista perdeu o mandato. Pudim, como Garotinho e Rosinha, em primeira instância na Justiça Eleitoral de Campos, foi tornado inelegível por três anos. O TRE absolveu os três. O Ministério Público Eleitoral recorreu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra a decisão de segunda instância. O TSE ainda não se manifestou sobre o recurso.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Campanha calma

Com cinco candidatos, a nova eleição teve uma campanha muito mais calma do que a anterior. Mesmo assim, acusações de uso das máquinas estadual e municipal têm sido feitas pelos candidatos. A principal queixa dos adversários de Pudim é, mais uma vez, quanto ao apoio explícito do casal Garotinho. As propagandas do candidato foram colocadas ao lado de outdoors que enaltecem programas e realizações do governo estadual. Na quarta, os outdoors foram retirados às pressas porque o PT ingressou na Justiça pedindo a impugnação da candidatura de Pudim.

Um dos adversários de Pudim é o deputado federal Paulo Feijó (PSDB), que recebeu na sexta-feira a visita de tucanos importantes, como o senador Artur Virgílio (AM) e o deputado federal Eduardo Paes (RJ). Outro adversário, o atual prefeito, Alexandre Mocai-ber (PDT), tem sido atacado por Garotinho, que o considera o principal adversário do peemedebista. Também concorrem candidatos do PT (Doutor Makhoul) e do PFL (Rockefeller de Lima).

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória
nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.
Prazo final: 13.4.2006

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em

favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.
Prazo final: 14.4.2006

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GEES; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25.4.2006

- 5 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória
nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

- 6 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória
nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28.4.2006

- 7 -

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplique-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor:

Prazo final: 28.4.2006

- 8 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória
nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinqüenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1º.5.2006

- 9 -

SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

- 10 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

- 11 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

– 13 –

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

– 14 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003),

Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts.

nº 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

– 16 –

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 12 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

AVISO

O Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no exercício da Presidência, comunica que a 2ª Reunião do Conselho está convocada para o dia 21 de março terça-feira, às 10 horas, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir a Senadora Heloisa Helena, e os Senhores Hugo Marques e Paulo dos Santos Freire, e a Senhora Maria das Dores Siqueira da Silva, nos autos da Denúncia nº 5, de 2005.

Senado Federal, 17 de março de 2006. – **Maria Amália Fiqueiredo da Luz**, Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento Diretora.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio - PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULAR(E)	SUPLENTE(E)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



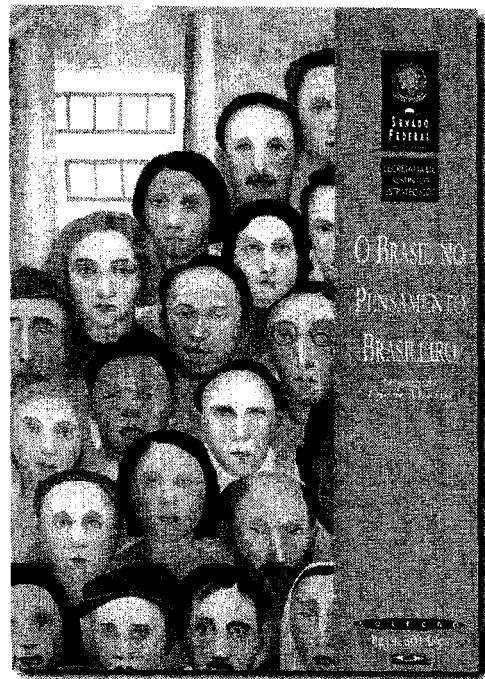
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 134 PÁGINAS